



ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
MESTRADO EM ECONOMIA DE EMPRESAS

Maria Célia Meirelles Toledo Cruz

INTEGRAÇÃO ECONÔMICA DA AMÉRICA LATINA:

Uma avaliação das experiências passadas e
uma perspectiva cautelosa para o futuro do
Mercosul

Dissertação apresentada ao
Curso de Pós Graduação da
FGV/EASP. Área de
Concentração: Economia de
Empresas, como requisito
para obtenção de título de
mestre em Administração.

Orientador: Prof. Carlos
Ernesto Ferreira.

SÃO PAULO
1994

Página de Avaliação

Maria Célia Meirelles Toledo Cruz

33

INTEGRAÇÃO ECONÔMICA DA AMÉRICA LATINA:

Uma avaliação das experiências passadas e
uma perspectiva cautelosa para o futuro do
Mercosul

Banca examinadora:

Prof. Orientador: Carlos Ernesto Ferreira
Prof.:
Prof.:



Fundação Getúlio Vargas
Escola de Administração
de Empresas de São Paulo
Biblioteca



616/94



1199400616

SÃO PAULO
1994

DEDICATÓRIA

À minha vozinha com 90 anos, a quem
fiquei devendo um presente de
aniversário,
dedico esta dissertação.

AGRADECIMENTOS

Faz tempo que ouço o espanto das pessoas quando conto os acasos que acontecem comigo: um encontro num banheiro de Ancara, com a amiga de um amigo ou surpreendida por uma italiana, que estudou comigo em Paris, quando estava apreciando um Monet, no Guggenheim em Nova Iorque.

Com essas e muitas outras, acabo por concluir que sou cidadã do mundo, como se auto denomina a profa. Vera Thorstensen.

Esta dissertação de tal modo me cativou exatamente por estar num contexto de mundo. Inicio-a com um agradecimento ao mundo, por ter nascido numa época em que ele já era pequeno, apesar de ainda caro.

Agradeço ao Prof. Carlos Ernesto Ferreira, meu orientador, que sempre viu nas minhas viagens um acréscimo à minha formação internacional e mesmo com todas as dificuldades acreditou na execução da dissertação, lendo-a com interesse por diversas vezes.

À Vera Thorstensen que com o tom empolgante usado em seus livros me estimulava na leitura solitária de Ubatuba. Somam-se a isso as inúmeras discussões sobre o conteúdo desta no Instituto Norte-Sul e os dados coletados no mesmo.

Ao Mark Lutes, meu orientador amoroso e acadêmico no Canadá que me alertou para um lado crítico das integrações, especialmente dos efeitos do NAFTA para o Canadá.

Aos diacevast¹ Beca, Marcelo e Ani que corrigiram meus pensamentos imperfeitos e sempre como grandes amigos me deram vastas emoções.

Ao Otacílio pela correção da ortografia lapsa e a Estela pela execução das inúmeras tabelas.

Aos meus pais, que apesar de não lidarem bem com a filha se apaixonando pelo mundo, sempre me lembravam que eu deveria fazer algo por aqui. Obrigada pelo suporte amoroso, econômico, revisor...

À Carminha que me fez aprender as dificuldades de se fazer uma tese e que organizou minha bibliografia. Ao Sinoel pelos bons papos políticos.

À Cris pelas mensagens e revisões e ao Mário pelo suporte na informática e pelos bons toques.

1 revisores de conteúdo e formalização da idéia.

Aos amigos da Meta, onde pela primeira vez me realizei como professora. Ali também recebi a proposta de escrever meu primeiro livro. Graças a ele pude ir ao Canadá. Em especial agradeço ao Dr. Hugo, Nancy e Newton e também ao Rogério Mori que fez mais do que uma correção no meu livro.

À Paty que me ajudou a entrar no mestrado e a Fernanda que me ajudou a sair com tantas aulas particulares.

Aos amigos especiais, que felizmente não são poucos: Neide, Carin e Marília amigas de longa data para longos encontros, além da super capa do livro feita pela Carin. Duncan e Christian, meus afilhados do Porto Seguro. William, Beto, Cláudia, Nemr, Doris, Kadu, Cris, Paulo, Lucila e Maurício, Luis Fernando, Márcio Nakane, Oswaldo, Renata, Vincenzo, Laura e Vasco, Maurício, Reinaldinho, Marcus, Andri, Guena, Jacques, Regina Del Papa, Nicole, Simone e Fabian, Wagner, Marcelo Goldstein, Serjão, Maria Eugênia, Luis Augusto, Fabinho e Moniquinha, Mara, Marcelo, Fábio, Paulo Kliass, Tiche e Dinho, Fernando Sampaio, Christian, Elcio... já faz tempo eu vi vocês na estrada, gente jovem reunida, agora já dizemos para respeitar os mais velhos! Ao Salla que sempre me deu muita forças. Lisa, Leo e Babsi pelo apoio artístico.

Às forças francesas, Ana Llobet, Otávio, Alexandra, Chico, Ana Ikeda, John, Felipe, Stephane, Helena, Bob e VITAE que me auxiliou economicamente.

À Lúcia Lamberti uma das minhas musas profissionais.

Aos amigos do IESP e CEBRAP em especial Tomás, Reynaldinho, Edu Guardia e Daise.

Ao Prof. Bresser Pereira que me fascinou com teorias e seus artigos sempre otimistas, obrigada por adotar a todos esses alunos do mestrado e doutorado.

Aos amigos da GV! Dalton, Vitória, Priscila, pelas super monitorias, Claudinha, Paulinha, Marco, Celso - o Russomano que foi prá Folha de S. Paulo -, Totó, Rogérios, Caio, Patrício, Renato, Virgínia e Padovani, Samuca, Roland, Paulo Arvate, Isabela, Ronaldo, Giba, Andréia, Toninho, Cleveland, Alê, Dany, Valquiria, Vitória, Priscila, Camila, Inês, Zé Mário, Passador. À Soninha e a Maria Lúcia pelo apoio aos meus intercâmbios. Ao pessoal da secretaria, do xerox, da biblioteca, do banco e do CPD. Às diferentes turmas de colegas, visto que eu devo ter pego quase que cinco turmas... obrigada pelas forças. E é claro, obrigado ao pão de queijo nosso de cada tarde e a cerveja nossa de cada noite na Haydée.

À todos os meus chefes, pois acho que tive a sorte de ter os melhores do mundo: Prof. Eurico Ueda, na FIPE da USP, que sempre cuidou bem de suas estagiárias. Prof. Frederico Mazzucchelli, o tão querido são paulino Fred, um super chefe que me deixava participar de todas as reuniões com os sabichões. Ao Prof. Tomás Malaga, na MBE, que foi um dos primeiros a discutir comigo minhas idéias de economista e me estimular para a vida acadêmica. Ao Plininho de Arruda Sampaio que tinha paciência em ler meus enormes "resumos" para as reuniões de conjuntura do CEBRAP. Ao Ofir, na IBM, que apesar de ser o único que sabia que eu não tinha a ver com aquilo, sempre acreditava em meu potencial e dava suas gostosas risadas de incentivo. Ao Michel Conat, meu primeiro chefe internacional, em Paris, que acreditou em mim apesar do meu francês. Ao Thom Sokoloski e a Laurel Smith-Devlin - minha primeira chefe super mulher e mãe - que primeiro me ensinaram o business em artes e cultura.

Aos tios queridos, em especial a tia Telê, que recebia todos os meus telefonemas a cobrar de Paris, Toronto, Ubatuba e sempre me contava as novidades nacionais e as últimas do Jô Soares.

À tia Tê e o tio Nico e aos primos pelo empréstimo da casa de Ubatuba que me deu as maiores inspirações numa dissertação que tinha que ser acabada com a mesma rapidez com que o mar apagava os meus desenhos na areia.

À vovó pelas potentes orações, aos tios e primos pela boa presença.

Ao padrinho Rui, um dos políticos mais honestos e que sempre me levou a achar algum otimismo no Brasil.

À minha bruxa de carteirinha Ann Phillips, esta canadense especialista em fertilidade no Brasil... obrigada pelas campanhas. Ao Pierre pelo incentivo em colocar metas na minha vida. À Mona e Catherine pela acolhida canadense.

Ao auxílio econômico dada pela CAPES.

À todos, obrigada.

"Eu já estou com o pé nessa estrada, qualquer dia a gente se vê."

ÍNDICE

Agradecimentos	i
SIGLAS	viii
INTRODUÇÃO	1
I - CONCEITOS, INSTRUMENTOS E ORGANISMOS RELACIONADOS À INTEGRAÇÃO	
1. Integração Econômica	6
2. Estágios Para Integração	9
3. Restrições à Integração	15
3.1. Restrições Tarifárias ou Restrições Alfandegárias	15
3.2. Restrições Não-Tarifárias (RNTs)	15
4. Regras utilizadas para a integração	16
4.1. Regra de Origem	16
4.1.1. Regras de origem na Comunidade Européia	17
4.2. Regras de Conteúdo Local	19
4.3. Regras Anti-Dumping	19
4.4. Regras Anti-Subsídio	19
5. Acordos	20
5.1. Acordos Preferenciais	20
5.2. Sistema Geral de Preferência	21
5.3. Preferência Tarifária Regional (PTR)	22
6. Instrumentos específicos utilizados como Programas da ALADI para a integração	23
6.1. Listas de Aberturas de Mercado (LAMs)	23
6.2. Programa de Recuperação e Expansão do Comércio (PREC)	23

6.3. Convênio de Crédito Recíproco (CCR)	24
6.4. Acordos de Alcance Parcial (AAP)	24
6.5. Cláusulas de salvaguarda	24
7. Organismos ligados à integração	25
7.1. GATT	26
7.1.1. Artigo XXIV	29
7.1.2. Rodada Uruguai	31
7.1.2.1. Resoluções	31

II - AS TENTATIVAS DE INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA 35

1. Movimentos Integracionistas da América Latina	38
1.1. MCCA (Mercado Comum Centro Americano)	39
1.2. CARIFTA (Associação Caribenha de Livre Comércio)	40
1.2.1. CARICOM (Comunidade do Caribe)	40
1.3. ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio)	41
1.4. Grupo Andino	43
1.5. ALADI (Associação Latino-Americana de Integração)	45
2. Observações sobre os insucessos dos processos de integração da América Latina	50

III - O FENÔMENO DA INTEGRAÇÃO NO MUNDO ATUAL 56

1. Fim da dicotomia e globalização da economia	56
2. O mundo em blocos	59

2.1. O Eurobloco	60
2.2. O Bloco das Américas	62
2.2.1. Acordo Norte Americano de Livre Comércio - North American Free Trade Agreement	62
2.2.2. Iniciativa para as Américas	63
2.3. APEC (Associação de Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico)	64
3. A América Latina dentro do contexto mundial	66
4. Relação da CE com a América Latina e a entrada de Portugal e Espanha na CE	68
5. As etapas de implantação do Mercosul	71
5.1. Integração Brasil e Argentina	71
5.2. Tratado do Mercosul	74
5.2.1. Estrutura do Mercosul	78
5.2.2. Assimetria entre os Países	81
5.2.2.1. Redução de Tarifas e a questão das regras de origem	84
5.2.3. O Brasil no contexto do Mercosul, da América Latina e do mundo em blocos	86
5.2.3.1. O Brasil dentro do Mercosul	86
5.2.3.2. O Brasil dentro da América do Sul e Latina	88
5.2.3.3. O Brasil no contexto do mundo em blocos	89
6. Análises das dificuldades e perspectivas para a América Latina e Mercosul neste contexto do mundo em blocos	90

IV - CONCLUSÃO	94
V - REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	102
VI - ANEXOS	102
1) Tabelas	112
2) União Européia ou ex-Comunidade Européia	148
3) Tratados de Integração Brasil-Argentina	156
4) Tratado do Mercosul	160
5) Iniciativa para as Américas	182
6) Países-membros do GATT	189
7) Resumo dos Artigos do GATT	192

SIGLAS

- ABRAMEX - Países dentro da ALADI com maior desenvolvimento: Argentina, Brasil e México
- AAP - Acordo de Alcance Parcial
- ACEs - Acordos de Complementação Econômica
- AHLC - Área Hemisférica de Livre Comércio
- ALADI - Associação Latino-Americana de Integração
- ALALC - Associação Latino-Americana de Livre Comércio
- ASEAN - Associação das Nações do Sudeste Asiático
- CARIFTA - Associação Caribenha de Livre Comércio)
- CCR - Convênio de Crédito Recíproco
- CE - Comunidade Européia
- CECA - Comunidade Européia do Carvão e do Aço
- CEE - Comunidade Econômica Européia
- CEEA - Comunidade Européia de Energia Atômica ou EURATOM
- CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina
- CEPALC - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe.
- A CEPAL ampliou a sua denominação
- GATT - General Agreement on Tariffs and Trade (Acordo Geral de Tarifas e Comércio). Organização Multilateral de Comércio é o novo nome do GATT.
- GRULA - Grupo das Embaixadas da América Latina
- G-7 - Grupo dos Sete
- LAMs - Listas de Aberturas de Mercado
- MCCA - Mercado Comum Centro Americano
- MERCOSUL - Mercado Comum do Sul

- NAFTA - North American Free Trade Agreement (Acordo Norte Americano de Livre Comércio)
- NMF - Nação Mais Favorecida
- OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
- PDI - Países dentro da ALADI com desenvolvimento intermediário: Colômbia, Chile, Peru, Uruguai e Venezuela.
- PICE - Programa de Integração e Cooperação Econômica Brasil (assinado dentro da Ata para Integração Argentino-Brasileira, julho de 1986)
- PMDRs - Países dentro da ALADI com menor desenvolvimento econômico relativo: Bolívia, Equador e Paraguai.
- PREC - Programa de Recuperação e Expansão do Comércio
- PTR - Preferência Tarifária Regional
- RNT - Restrições Não-Tarifárias
- SELA - Sistema Econômico Latino-americano
- SGP - Sistema Geral de Preferências
- UE - União Européia
- UNCTAD - Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento
- ZLC - Zona de Livre Comércio

INTEGRAÇÃO ECONÔMICA DA AMÉRICA LATINA: UMA AVALIAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS PASSADAS E UMA PERSPECTIVA CAUTELOSA PARA O FUTURO

"Assurer par une action commune le progress economique et social de leurs pays en éliminant les barrières que divisent l'Europe" Traité de Rome

"A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando a formação de uma Comunidade Latino-Americana de Nações" Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05/10/88

INTRODUÇÃO

Como é amplamente conhecido, o fim da dicotomia leste-oeste determinou novos centros de poder econômico através da constituição de blocos envolvendo países da Europa, das Américas e da região do Pacífico. Avaliar a influência desse fenômeno para a economia da América Latina é o objetivo desta dissertação.

Mais especificamente, procurar-se-á analisar o processo de integração econômica dos países latino-americanos à luz dessa nova realidade mundial.

Para adequada compreensão desse fenômeno, é importante fazer menção aos esforços integração latino-americana ocorridos no passado, levando em conta os acertos e, principalmente, os erros dessas experiências.

Cabe também adiantar que a questão da integração econômica na América Latina, tem tido muito de retórica,

às vezes, pouco além de meros acordos escritos. As razões para que essas tentativas se frustrem são várias, tais como: o nacionalismo dos governos, as diferenças culturais entre os países, a estreiteza dos mercados e a falta de harmonização das políticas macroeconômicas entre os países.

Seja em dia porém, os governos da América Latina parecem estar conscientes de que o fenômeno da integração econômica é um fato de amplitude mundial que não pode ser ignorado e que até países distantes geograficamente procuram se integrar comercialmente através de blocos econômicos. Em meio a esse novo quadro parece legítimo se pressupor que os países da América Latina se envolvam em um processo mais acelerado de integração. E a discussão desse fato não pode passar ao largo do processo de formação do Mercosul e das suas dificuldades, em especial, as relacionadas ao Brasil.

Quando estudamos as linhas de pensamentos que prevalecem sobre o fenômeno da integração econômica encontramos que há divergências a respeito de suas vantagens e desvantagens. De forma superficial essas divergências podem ser caracterizadas pelas correntes de pensamento, destacadas pelo prof. Wilson Cano. Conforme Cano existiriam dois modelos, o neoliberal e o "organizado-defensivo".

O modelo neoliberal defende a integração econômica de forma rápida e extensiva; o modelo "organizado-defensivo", por estar mais atento às desvantagens que a integração pode apresentar, recomenda um processo mais lento

e de fases definidas dentro de um projeto/programa de abertura comercial.

O modelo neoliberal é totalmente favorável a integração econômica: sugere uma abertura de forma abrupta e total da economia nacional através da liberalização do comércio exterior com redução tarifária, juntamente com forte ajuste ortodoxo macroeconômico na economia nacional, contendo a eliminação do déficit público, o enxugamento do Estado (privatização), acordos com os credores internacionais (FMI, Banco Mundial) e "flexibilização" das relações trabalho-capital.

Autores como Litte, Scitovsky e Scotty apóiam esta linha neoliberal e observam que países em desenvolvimento, com políticas de liberalização comercial voltadas para fora, cresceram mais rapidamente do que aqueles onde predominaram medidas restritivas ao comércio, voltadas para dentro¹.

Cabe também destacar que os Estados Unidos têm optado por esta visão liberalizante e, por intermédio de organismos internacionais, têm conseguido pressionar países latino-americanos a abrir seus mercados.

Já o modelo "organizado-defensivo" opta não por "um simples enxugamento do Estado e sua desregulamentação, mas, sobretudo, uma profunda reformulação do Estado, retomando o

1 LITTE, I. M. D., SCITOVSKY, Tibor, SCOTTY, M. *Industry and trade in some developing countries: a comparative study*. London and New York : Oxford University Press for the Development Centre of the Organization for Economic Cooperation and Development (OECD), 1970.

seu poder estruturante"². Nesta linha o comércio exterior, acostumado com subsídios e favores do Estado, para sobreviver, deveria ser aberto gradualmente e programadamente buscando uma complementaridade internacional, defendendo os interesses da nação através de acordos regionais-setoriais.

Pontos positivos ou negativos de cada um desses modelos serão levados em conta no decorrer desta dissertação. E já podemos adiantar que na nossa perspectiva parece mais adequado uma integração cautelosa, principalmente no âmbito do Mercosul.

Para uma adequada compreensão desta nossa posição a dissertação foi estruturada da seguinte forma: no capítulo I, conceituaremos os termos utilizados no assunto, os instrumentos usados, bem como os principais organismos ligados ao comércio exterior. No capítulo II, analisaremos as tentativas de integração da América Latina, de 1950 a 1980, apontando alguns sucessos e fracassos.

No capítulo III enfocaremos o cenário mundial pós guerra fria com a queda do Muro de Berlim, e o fortalecimento dos espaços regionais (Europa, América e Pacífico), bem como a inserção da América Latina neste novo cenário e as perspectivas para o Mercosul.

2 CANO, Wilson. Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional. 2a ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; São Paulo: FAPESP, 1993, p. 35.

Na parte final são mostradas as principais conclusões, através da observação das falhas das integrações passadas, para em seguida apontar diretrizes para os países da América Latina e para o Mercosul; são também apresentadas ações que devem ser levadas em conta nesse processo.

De acordo, então, com essa estrutura, passamos a seguir a considerar os conceitos, os instrumentos e as organizações ligadas a integração.

BIBLIOTECA NACIONAL DO BRASIL

I - CONCEITOS, INSTRUMENTOS E ORGANISMOS RELACIONADOS À INTEGRAÇÃO

O processo de integração econômica, do estágio mais inicial, com acordos entre países, a estágios mais avançados como o de uma união monetária, passa por um crescente número de acordos e concessões entre os países-membros. Veremos a seguir os diferentes instrumentos e regras utilizados nesse processo, bem como uma análise do principal organismo regulador do comércio internacional, o GATT.

1. Integração Econômica

A despeito de já haver referência a acordos bilaterais³ com tarifas reduzidas para os países-membros desde 1830, é no século XX que o conceito de integração toma maiores dimensões; entre os anos 1939 e 1942 o termo passa a ser utilizado com o significado de "combinar economias separadas em regiões econômicas mais amplas"⁴ obtendo ganhos deste aumento de mercado.

3 Acordos bilaterais ou sub-regionais são acordos entre dois ou mais países de uma região. Estes podem ser considerados como um desvio do multilateralismo comercial pelo fato de às vezes conduzirem ao estabelecimento de relações exclusivamente bilaterais, indo contra qualquer projeto de intensificação de integração e de aumento do comércio com diferentes países. Por outro lado, o fato de acordos bilaterais intensificarem o comércio entre dois países pode trazer resultados positivos do aproveitamento, por exemplo, da proximidade geográfica ou por complementaridade entre países vizinhos.

4 MACHLUP, Fritz 1976, p. 62-63, citado in CARVALHO, Marcelo, A **integração econômica do Brasil e da Argentina**. Os termos do desejável e os limites do possível. São

As conceituações em torno da integração aqui apresentadas serão as de José Ângelo Estrella Faria; Renato Baumann e Juan Carlos Lerda; Rubens Antônio Barbosa e Bela Balassa, por considerá-las bem representativas do que é o conceito.

Para José Ângelo Estrella Faria a "integração econômica se baseia na vontade política dos Estados de, através dela, obter vantagens econômicas, sob a forma de um aumento do nível ou taxa de crescimento da produção ou de alguns de seus componentes, através basicamente dos seguintes resultados:

a) aumento de produção em virtude da especialização, que explora as vantagens comparativas, e de um melhor aproveitamento das economias de escala;

b) estímulo à eficiência da produção, pelo aumento da concorrência interna;

c) melhoria dos termos de troca do grupo com terceiros países".⁵

Observa-se, como consequência, que, nesta teoria, a integração econômica poderia ter impactos positivos sobre a atividade econômica, melhorando a situação do mercado de trabalho, do déficit público, do desequilíbrio externo e das pressões inflacionárias.

Paulo: Universidade de São Paulo/Faculdade de Economia e Administração, 1991.

5 FARIA, José Ângelo Estrella. *O Mercosul: Princípios, Finalidade e Alcance do Tratado de Assunção*. Brasília : Ministério das Relações Exteriores. Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior. Núcleo de Assessoramento Técnico (MRE/SGIE/NAT), 1993, p. xiv.

Segundo Renato Baumann e Juan Carlos Lerda "o termo integração é reservado para caracterizar um processo político entre governos nacionais, visando reduzir, parcial ou totalmente, as barreiras (tarifárias ou não-tarifárias) que limitam o comércio recíproco. Tal processo pode ou não incluir acordos relativos às barreiras dos países signatários em relação ao resto do mundo, e o âmbito da integração pode ser bilateral ou multilateral, incluindo apenas uma parte ou a totalidade dos bens potencialmente transacionáveis entre os membros da Comunidade".⁶

Um acordo bilateral inclui concessões feitas entre os países no sentido de ampliar o comércio recíproco. Já uma integração multilateral é aquela em que todos os países participariam na tomada de decisões sobre o comércio mundial. Para isso seria preciso uma liberalização do comércio, sem um sistema de preferências ou proteção como o que ocorre com a formação dos blocos regionais. "O multilateralismo defende a liberalização do comércio mundial, o livre-acesso aos mercados, a queda de barreiras e o fim do protecionismo".⁷ A formação de blocos regionais dificulta a defesa de igualdade entre todos os parceiros comerciais, enfraquecendo o multilateralismo.

Barbosa diz que o conceito de integração sofreu importante evolução, principalmente no sentido de que esta

6 BAUMANN, Renato, LERDA, Juan Carlos. Brasil - Argentina - Uruguai: A integração em Debate. São Paulo: Editora Marco Zero, 1987, p. 13.

7 THORSTENSEN, Vera. Comunidade Européia: Líder do Comércio Internacional. São Paulo: Aduaneiras, 1993, p. 30.

cria as condições para que haja negociações em diferentes níveis dependendo do estágio de relacionamento de uma integração regional, seja ela bi,pluri ou multilateral. A integração deixa de ser vista apenas pelo aspecto comercial, englobando a cooperação econômica e complementação industrial.⁸

Da consideração de que os processos de integração ocorrem em diferentes níveis e dependendo de seus estágios de relacionamento entre os países integrados é que nos propomos a discutir esses estágios no item a seguir.

2. Estágios para Integração

Existem visões diferentes quanto aos estágios de integração.⁹

Por ser mais apropriada para o que pretendemos ressaltar, utilizaremos neste texto a contribuição de Baumann e Lerda¹⁰ os quais colocam a existência dos seguintes estágios: Áreas de Tarifas Preferenciais, Zona de

8 BARBOSA, Rubens Antonio. *América Latina em Perspectiva: A Integração Regional da retórica à realidade*. São Paulo: Aduaneiras, 1991, p. 73.

9 Segundo Balassa (1986, p. 17) existem quatro estágios para a integração, são eles:

a) **Integração Comercial:**

Liberalização das barreiras ao comércio.

b) **Integração de Fatores:**

Liberalização do movimento de fatores.

c) **Integração das Políticas Econômicas:**

Harmonização das políticas econômicas nacionais.

d) **Integração Total:**

A completa unificação dessas políticas.

10 BAUMANN, Renato, LERDA, Juan Carlos. *Brasil - Argentina - Uruguai: A integração em Debate*. São Paulo: Editora Marco Zero, 1987, p. 13-15.

Livre Comércio, União Aduaneira, Mercado Comum, União Monetária ou Econômica e União Política. Esses estágios são adotados nesta dissertação como uma seqüência presente na evolução de quase todos os acordos comerciais entre diferentes países (sugerimos também acompanhá-los pelo quadro I, elaborado pela CEPAL).

A) Área de Tarifas Preferenciais

Os países de uma determinada área dão uma margem de preferência em favor dos países da área.

B) Zona de Livre Comércio

Países-membros (2 ou mais) decidem eliminar totalmente as tarifas que incidem sobre as importações intra-área, ou seja, haveria uma alíquota alfandegária zero, mantendo seus próprios sistemas tarifários em relação a terceiros países. Esta eliminação de tarifas é feita através de acordos preferenciais (vide item 5.1 desse capítulo).

Inicia-se com a criação de uma área onde haverá um livre comércio baseado em alguns produtos de um reduzido número de setores e depois amplia-se.

Para a implantação de zona de livre comércio, será preciso que os Estados-membros que se uniram eliminem todas as restrições de troca entre si, mantendo as tarifas de importação para outros países.

Segundo Jaime De Melo e Arvind Panagariya,¹¹ a partir destas medidas, a Zona de Livre Comércio pode ter como resultados a criação ou o desvio do comércio dependendo de três fatores: tarifa inicial, demanda e tarifa externa.

a) Tarifa inicial:

É a tarifa que o país possuía antes do acordo. Quanto maior, maior a possibilidade de criação de comércio, pois com a sua retirada o país terá melhores preços no mercado internacional.

b) Demanda:

Quanto maior for a demanda de bens em cada um dos países-membros melhor será a oportunidade de especialização e, portanto, de criação do comércio.

c) Tarifa externa:

Quanto mais baixas as tarifas externas da Zona de Livre Comércio menor a possibilidade de haver desvio de comércio, pois tem-se acesso aos melhores preços.

É preciso ser cauteloso na análise das observações dos autores quando mencionam que há criação de comércio, pois esta, não traria obrigatoriamente a melhoria do bem-estar, por também incluir emprego e muitas vezes ao criar-se comércio com um país, dado que o preço de produção fosse menor, isto poderia levar a um desmantelamento da indústria

11 DE MELO, Jaime, PANAGARIYA, Arvind. **The new regionalism in trade policy.** The World Bank, Washington, D.C., 1992.

nacional e, portanto, ao desemprego. Neste sentido que Wilson Cano recomenda uma reestruturação do comércio -- abertura internacional -- gradativa, com justiça social.

Outro aspecto a ser considerado nas Zonas de Livre Comércio é que, como os países pertencentes ao bloco possuem tarifas externas diferenciadas, porém, intrabloco esta é unificada, a tendência é que países com menores tarifas externas importem produtos e exportem estes intrabloco a um preço melhor do que o encontrado nos países com tarifas externas altas. Para que isto não ocorra é preciso ser rigoroso com as regras de origem (vide item 4.1, Regras de Origem, neste capítulo).

C) *União Aduaneira*

Os países-membros possuem uma alíquota alfandegária zero no comércio dentro da comunidade e adotam uma estrutura uniforme de barreiras tarifárias em relação à importação de produtos do resto do mundo, ou seja, todos os países do bloco seguem a mesma tarifa para uma negociação comercial com outros países como parte de uma mesma política comercial.

Com a União Aduaneira elimina-se a necessidade de regras de origem (vide item 5 no capítulo II).

D) *Mercado Comum*

É definido a partir de uma União Aduaneira em que se permite a livre mobilidade de fatores de produção através

das fronteiras dos países-membros. A criação de um Mercado Comum pressupõe a livre circulação de bens, serviços, pessoas e capital entre os países. É necessário, portanto, dar tratamento igual a todos os países pertencentes ao Mercado Comum com respeito aos instrumentos de política econômica que afetem as decisões de alocação de recursos no bloco, que vão desde a coordenação de políticas domésticas - como regras tributárias, tratamento ao capital estrangeiro, políticas de subsídio, promoção das exportações -- até normas técnicas¹² e encargos sociais pagos pelos empregados e empregadores.

Assim, por exemplo, para haver mobilidade da mão-de-obra exige-se prévia compatibilização do sistema de previdência social, seguro-desemprego, sindicalismo e lei de greve, política salarial, padronização de leis, de política tributária, desburocratização etc. A mobilidade do fator capital pressupõe uma legislação comum em matéria de investimentos, reinvestimentos estrangeiros, pagamento de royalties, tratamento de tributos e repatriamento de lucros, imposto sobre patrimônio etc. Resumindo, é preciso haver uma redução das diferenças entre os sistemas.

12 Estas são reguladas no Código de Normas Técnicas (acordo relativo a barreiras técnicas ao comércio) do GATT. Segundo este acordo, os signatários comprometem-se, ao adotarem legislações sobre padrões técnicos relativos à saúde pública, segurança, proteção do consumidor ou ambiental, a não criar obstáculos desnecessários ao comércio.

E) União Monetária ou Econômica

É um Mercado Comum cujos membros decidem adotar uma moeda comum¹³ sob o controle de um Banco Central único (autoridade comum). Para a União Monetária pressupõe-se uma política monetária comum e um "mecanismo cambial e de intervenção dos Bancos Centrais, visando a estabilidade monetária das moedas".¹⁴

F) União Política

Ocorre quando todos os países possuem uma política externa comum e uma política comum de defesa e segurança.¹⁵

Passaremos a observar em que sentido os instrumentos utilizados servem para diferenciar os estágios observados acima.

13 Na Comunidade Européia adotou-se uma política monetária comum e uma moeda única - o ECU (European Currency Unit) - que corresponde a uma cesta das moedas dos países pertencentes à Comunidade segundo o peso econômico de cada membro. Esta união européia dar-se-á em três estágios: 1º) em julho de 1990 com a coordenação das políticas monetárias, 2º) em 1994 com a criação do embrião do Banco Central Europeu; e a 3º) fase: em 1999, quando está previsto que o ECU se torne a única moeda.

14 THORSTENSEN, Vera. *Comunidade Européia: Líder do Comércio Internacional*. São Paulo: Aduaneiras, 1993, p. 39-40.

15 Para o processo integracionista europeu, além da área econômica se fortaleceu a área política. Com a união política os países-membros da Comunidade negociaram a União Européia que substitui a Comunidade Européia englobando CE, CECA e CEEA e já está em vigor desde 1993.

3. Restrições à Integração

São medidas de caráter administrativo, financeiro, cambial ou de qualquer outra natureza, mediante as quais um Estado Parte impeça ou dificulte, por decisão unilateral, o comércio recíproco.

3.1. Restrições Tarifárias ou Restrições Alfandegárias

As restrições tarifárias são tarifas impostas por governos na importação de produtos específicos no sentido de proteger o seu mercado. Também chamadas de gravames, podem assumir a forma de um imposto, uma tarifa, direitos aduaneiros e quaisquer outras medidas de efeito equivalente que incidam sobre o comércio exterior.

Já a *Desgravação Tarifária* é a retirada da incidência de tarifa sobre o produto, como por exemplo a eliminação das tarifas aduaneiras (eliminação das restrições tarifárias) ou simplesmente de uma preferência tarifária regional.¹⁶

3.2. Restrições Não-Tarifárias (RNTs)

São concessões, renegociação de concessões, subsídios, licenças, quotas, sistema de controle (*surveillance*), barreiras técnicas (gado com excesso de hormônio, controle de inseticida nos hortifrutigranjeiros) etc.

Estas barreiras não-tarifárias ou não-alfandegárias são normalmente usadas para proteger as balanças comerciais

¹⁶ BARBOSA, Rubens Antonio. *América Latina em Perspectiva: A integração regional da retórica à realidade*. São Paulo: Aduaneiras, 1991, p. 80.

de seus países. Apesar de o processo integracionista almejar, quase sempre, a eliminação total de barreiras não-tarifárias entre os países, na prática, isto não acontece.

O subsídio, enquanto barreira não-tarifária, nem sempre é totalmente eliminado, pois é parte importante de projetos de desenvolvimento econômico tanto de países em desenvolvimento quanto de países desenvolvidos. Sua aceitação advém de objetivos de ordem regional ou de apoio a um ramo específico da atividade industrial. Os governos devem ter na política de subsídios uma forma de manutenção do desenvolvimento dos países.

4. Regras Utilizados para a Integração

Os vários blocos regionais em seus diferentes estágios de integração utilizam-se de regras específicas que permitem a aplicação de restrições que limitam as importações. Essas regras tentam organizar o comércio e minimizar as perdas e são mencionados a seguir.

4.1. Regra de Origem

A regra de origem é um instrumento de proteção internacional no qual se determina e define a origem dos produtos com vistas a facilitar a aplicação tarifária sobre produtos em um bloco econômico para efeitos aduaneiros. Para isto é preciso definir bem que tipo de produto é considerado originário dos Estados Partes:

a) Produtos elaborados integralmente no território de qualquer um deles, quando em sua elaboração forem utilizados exclusivamente materiais originários dos Estados Partes;

b) Produtos originários em seus respectivos territórios, como por exemplo da pesca, minerais, vegetais etc.

Alguns produtos poderão ser considerados originários dos Estados Partes desde que mais de 40% das peças sejam de origem nacional.¹⁷

"São regras importantes quando existem tarifas preferenciais, ou quando são impostas sanções contra práticas não aceitas de comércio como o *dumping*, ou ainda, quando são aplicadas restrições quantitativas a produtos de determinado país e se quer evitar a montagem dele em outro país (*circunvention*) para posterior exportação."¹⁸

Com as regras de origem os países só podem exportar intrabloco os produtos por ele produzidos, tendo que provar a origem dos componentes utilizados.

4.1.1. Regras de Origem na Comunidade Européia

Na Comunidade Européia existem dois tipos de Regras de Origem:¹⁹

17 Anexo II - Regime Geral de Origem, Capítulo I, Artigo Primeiro - Tratado de Assunção.

18 THORSTENSEN, Vera. *Tudo sobre Comunidade Européia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992, p. 213.

19 A Comunidade Européia utiliza-se de regras de origem em seus acordos de comércio preferenciais com zonas de livre-comércio como a EFTA, acordos de associação com Malta e Chipre, acordos comerciais com os ACP e a Europa Central e dentro do Sistema Geral de Preferências da CE. In THORSTENSEN, Vera.

a) Regras de Origem Não-Preferenciais de uso geral e aplicadas como os demais instrumentos da Política Comercial Comum, que vigora na CE, como as tarifas, as regras de conteúdo local, regras anti-dumping, regras anti-subsídios, acordos de restrições voluntárias às exportações.

Neste caso, emite-se um parecer referente ao produto segundo a sua última passagem geográfica que o tenha transformado, ou quando um produto é totalmente produzido em outro país, emite-se um parecer sobre a sua origem.

b) Regras Preferenciais aplicadas aos acordos especiais de comércio da CE com outras regiões ou dentro de acordos específicos.

Neste caso, devido às áreas que possuem acordos preferenciais com a CE, é feito um estudo mais detalhado de cada componente utilizado no produto, para averiguar se não há produtos de origem diferente da daquele que recebe as preferências tarifárias.

O que ocorre de fato é que nem sempre os países são rigorosos na execução das regras de origem, que não são claramente determinadas e nem cumpridas de forma similar em todos os países.

Mesmo com uma tarifa externa comum, são necessárias as regras de origem que são aplicadas no controle de produtos provenientes de países que possuem acordos de comércio preferenciais. Este é um dos pilares da integração e da

modernização da economia, pois assim não se admitem negociações triangulares. Esta vem sendo uma das preocupações do Mercosul.

4.2. Regras de Conteúdo Local

Estas regras limitam o mínimo de peças/componentes nacionais que determinado produto precisa ter no sentido de estimular a indústria nacional e no estímulo ao emprego. É essencial na discussão de *dumping*. Neste conceito leva-se em consideração a qualidade do produto.

4.3. Regras Anti-Dumping

Um produto é objeto de *dumping* quando um país negocia a venda de um produto nacional a outro país por preço menor que o praticado no mercado local do produtor, como forma de ganhar o mercado internacional. Para se tomar medidas contra algum país que esteja fazendo *dumping* é preciso provar e mostrar que isto está causando dano à indústria nacional, tomando por base artigos do Código Anti-dumping do GATT, que com o fim da Rodada Uruguai ficaram mais restritivos, esperando-se que o *dumping* seja menos utilizado.

4.4. Regras Anti-Subsídio

Determinados governos, visando aumentar suas exportações ou ganhar mercados internacionais, dão subsídios a determinados produtos ou apoio a determinados exportadores. Estas regras procuram impedir que isso

aconteça. É importante mencionar que várias medidas punitivas contra *dumping*, na verdade são causadas pelo fato de produtos terem recebido subsídios de governos.

5. Acordos

Somam-se aos instrumentos e regras os acordos especiais feitos entre os países que decidem voluntariamente aceitar certas exigências que passam a valer no comércio de seus produtos.

5.1. Acordos Preferenciais

Estes acordos realizados entre dois países ou entre um bloco de países e um terceiro país tem o objetivo de dar a este último vantagens no comércio com o bloco através de tarifas reduzidas ou quotas especiais.

Segundo Vera Thorstensen "tais acordos são muitas vezes questionados no GATT porque violam um dos seus princípios básicos, o da não-discriminação entre países quanto a obrigações e vantagens comerciais (cláusula da nação mais favorecida). Mas o próprio GATT, no seu Artigo XXIV, dá abrigo a tais exceções, ao permitir o estabelecimento de uniões aduaneiras ou áreas de livre comércio com outros países no sentido de aumentar as correntes de comércio".²⁰

²⁰ THORSTENSEN, Vera. *Tudo sobre Comunidade Européia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992, p. 219.

Ainda segundo a autora a própria formação da CE é legitimada por esse artigo, bem como seus arranjos comerciais com os países da EFTA. "As medidas são permitidas se contribuírem para a liberalização do comércio, devendo incluir: parte significativa do comércio da região e ser completada dentro de um período razoável de tempo".²¹

Estes acordos são necessários também para envolver os setores empresariais no processo integracionista.

5.2. Sistema Geral de Preferência

Com o objetivo de facilitar o acesso de produtos originários de países em desenvolvimento aos mercados das nações industrializadas, foi criado em 1970 o Sistema Geral de Preferências, através de acordo aprovado pela Junta de Comércio e Desenvolvimento da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento).

"Mediante esse Sistema, os países desenvolvidos membros da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) concedem redução ou isenção do imposto de importação incidente sobre determinados produtos originários e procedentes de países em desenvolvimento. O prazo de aplicação inicialmente previsto para o SGP era de dez anos. Entretanto, os países outorgantes têm renovado seus esquemas à medida que esse prazo é atingido."²²

21 THORSTENSEN, Vera. *Tudo sobre Comunidade Européia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992, p. 219.

22 SISTEMA Geral de Preferências. CACEX 5-21, nov. 87.

5.3. Preferência Tarifária Regional (PTR)

É a redução percentual da alíquota das tarifas incidentes sobre as importações, apenas para produtos provenientes da mesma região do acordo multilateral.

Este instrumento surgiu em 1984, no âmbito da ALADI, a fim de promover o intercâmbio regional através de acordo multilateral de desgravação tarifária. A ALADI fixaria o nível percentual de redução a que os países teriam direito, segundo maior ou menor grau de desenvolvimento econômico. Porém, segundo exemplos dados por Rubens Antônio Barbosa, este percentual não obrigatoriamente reflete o nível de desenvolvimento do país.²³

A PTR se aplica a todo o universo tarifário excluindo-se as "listas de exceções"²⁴.

Para que a PTR se torne um real instrumento de auxílio do processo de integração, estas listas de exceções devem ser reformuladas. Apenas 1/6 dos produtos negociáveis na

23 "O nível básico de 5% de preferência tarifária acordado em 1984 - a partir do qual se aplicam os tratamentos diferenciais segundo as categorias de países e de acordo com um fator de ponderação uniforme - foi aprofundado para 10% em 1987 e, para 20%, em 1990. Assim, por exemplo, o Brasil concede uma preferência de 40% ao Equador (PMDER), 38% à Colômbia (PI) e 20% ao México (ABRAMEX), Bolívia (PMDER) e Paraguai (PMDER), na qualidade de países mediterrâneos, recebem uma margem adicional a esses níveis (de 8%)." in BARBOSA, Rubens Antonio. *América Latina em Perspectiva: A Integração Regional da retórica à realidade*. São Paulo: Aduaneiras, 1991, p.81.

24 Número de itens nas listas de exceções por grupo de países:
 1920 itens para PMDRs (Países dentro da ALADI com menor desenvolvimento econômico relativo)
 960 itens para PDI (Países dentro da ALADI com desenvolvimento intermediário)
 480 itens para os ABRAMEX (Países com maior desenvolvimento na América Latina: Argentina, Brasil e México).

região da ALADI não constam das listas de exceções, o que demonstra a proteção de mercado desses países.

6. Instrumentos específicos utilizados como programas da ALADI para a integração

A seguir apresentaremos programas especiais implementados pela ALADI que visavam o incremento da integração entre os países de suas regiões através do estímulo ao comércio regional.

6.1. Listas de Aberturas de Mercado (LAMs)

São listas de produtos de países de menor desenvolvimento dentro ALADI no sentido de eliminar totalmente a incidência sobre estes das tarifas aduaneiras.

Elas visam resolver um dos grandes problemas existentes nas integrações, a má distribuição dos custos e benefícios. Com elas, esperava-se uma distribuição mais eqüitativa.

Porém, este instrumento não foi muito utilizado, principalmente pela falta de oferta de produtos exportáveis por estes países.

6.2. Programa de Recuperação e Expansão do Comércio (PREC)

Este programa entrou em vigor em 1989 visando a substituição de importações de produtos provenientes de países não-membros da ALADI. O programa dava preferências

tarifárias às importações intra-ALADI, no sentido de beneficiar os produtos dos países-membros.

Esta medida está limitada pela falta de oferta de produtos com alta tecnologia por países-membros, o que não os torna competitivos internacionalmente.

6.3. Convênio de Crédito Recíproco (CCR)

É um mecanismo de pagamento que, através de linhas de crédito, visa atender a iliquidez dos países-membros. Criado pela ALADI em 1966, tenta minimizar as conseqüências desse impacto nas integrações regionais, buscando aplicar medidas corretivas no sentido de evitar o risco no sistema de pagamentos.

6.4. Acordos de Alcance Parcial (AAP)

São acordos feitos entre grupos de países-membros da ALADI que dão concessões especiais a países como preferências ou desgravações sobre produtos segundo determinadas datas. Os acordos podem ter um caráter comercial, de complementação econômica e agropecuários.²⁵

6.5. Cláusulas de salvaguarda

As cláusulas de salvaguarda, um importante ponto do Tratado de Assunção, são aquelas pelas quais, por exemplo,

²⁵ O que se observou é que estes AAP implantados dentro da América Latina foram pouco aproveitados. Constata-se que apenas 70% das concessões feitas são aproveitadas. Os países que mais negociaram estes acordos foram os do Mercosul.

se a importação de algum produto causar dano ou ameaça de dano ao mercado interno, o Estado Parte pode solicitar ao Grupo Mercado Comum (sobre este grupo vide item 5.2.1.b) do capítulo III) a eliminação da importação. Essa medida deve ser utilizada em casos importantes, como na defesa do nível de emprego ou mesmo no sentido de manter o nível de produção do país. Estas cláusulas de salvaguarda deverão ser examinadas para não se tornarem protecionistas e valerão por um ano, prorrogáveis por mais um.²⁶

7. Organismos ligados à integração

Existem diversos organismos ligados ao comércio internacional como um todo e mais especificamente aos processos de integração da América Latina.

Entre os organismos internacionais temos a UNCTAD (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento), a OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e o GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio).

Dentre os interlocutores da América Latina temos o Grupo do Rio criado em 1988 formado por onze países-membros da ALADI²⁷ representados por seus chanceleres. O GRULA, de Bruxelas, é o Grupo das Embaixadas da América Latina que conduz acordos para a cooperação econômica-comercial entre a América Latina e a Comunidade Européia. Estes acordos podem

²⁶ Anexo IV, Cláusulas de Salvaguarda, Artigo 2, 3 e 5.

²⁷ Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

ser bilaterais (CE e países-membros da ALADI) ou plurilaterais (CE e grupos, como por exemplo o Grupo Andino). Ainda é importante mencionar o SELA (Sistema Econômico Latino-Americano).

Sem dúvida alguma o principal organismo internacional que trata dos acordos comerciais é o GATT.

7.1. GATT

O GATT (General Agreement on Tariffs and Trade) - Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio é considerado o juiz dos acordos comerciais do mundo.

Foi inicialmente criado como um simples acordo comercial de caráter provisório e mais tarde firmou-se como uma instituição voltada para o fortalecimento do comércio mundial. Originalmente era composto por representantes de oito governos: Austrália, Bélgica, Estados Unidos da América, França, Irlanda, Luxemburgo, Países Baixos e Reino Unido. Somaram-se a estes os governos do Brasil, Birmânia, Canadá, Ceilão, China, Cuba, Índia, Líbano, Noruega, Nova Zelândia, Paquistão, Rodésia, Síria, Tchecoslováquia e a União Sul-Africana. Congrega, hoje, 117 países-membros (vide no anexo 6 a lista de todos os países-membros).²⁸

Esta organização internacional autônoma, ainda que dentro da ONU (Organização das Nações Unidas), foi criada no

²⁸ O Paraguai não pertencia ao GATT até a assinatura do Mercosul. As negociações encontram-se em curso.

pós-guerra, em 30 de outubro de 1947,²⁹ com sede em Genebra. Neste mesmo ano, proibiu-se a formação de novas áreas preferenciais. De início, admitia-se apenas a permanência das áreas preferenciais já existentes. Mais tarde, apenas países desenvolvidos poderiam conceder preferências tarifárias aos países em desenvolvimento, mecanismo conhecido como o Sistema Geral de Preferências (SGP).

O GATT busca estabelecer o conjunto de direitos e obrigações que rege as relações de troca entre as várias nações que o integram. No processo de harmonizar as regras do comércio internacional, principalmente na globalização, este organismo coordena os países sobre uma base de reciprocidade e vantagens mútuas,³⁰ de forma a se chegar a uma redução substancial de tarifas aduaneiras, de entraves ao comércio e discriminações no comércio internacional. Todas estas medidas buscam liberalizar o mercado e as trocas. Funciona de forma semelhante aos acordos de negociações que ocorrem na formação de Zonas de Livre Comércio.

O GATT é financiado pelos países-membros, proporcionalmente à respectiva participação no total do

29 O Protocolo de Aplicação Provisória do Acordo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio foi assinado nessa data, provisoriamente, entrando em vigor em 1º de janeiro de 1948.

30 Nessa linha de reciprocidade e vantagens mútuas inclui-se o conceito, segundo o GATT, de "concessão tarifária" que é um compromisso assumido por uma parte contratante de não aplicar um direito aduaneiro maior do que aquele acordado com outra parte para um determinado produto ou item tarifário, fruto de uma negociação que consolidou tal entendimento.

comércio internacional. Estes recursos são usados para fazer injeções de dinheiro nas economias dos países membros com o propósito de atingir a globalização da economia.

Normalmente, o GATT tende a refletir os interesses dos países industrializados, mais especificamente do Grupo dos Sete (G-7: Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Itália, Grã-Bretanha e Canadá) em detrimento das posições dos países em desenvolvimento. Estes sete países "representam apenas 12% da população, mas são donos de 75% do PIB mundial".³¹

No sentido de reverter esta situação o Brasil, em 28 de novembro de 1979, apresentou idéias para melhorar as relações comerciais entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. "São os seguintes os acordos alcançados sob o Grupo de Reforma do GATT: Tratamento diferenciado e mais favorável; reciprocidade e participação mais completa dos países em desenvolvimento."³²

Nas decisões a serem tomadas cada país tem direito a um só voto (sem ponderação), e apesar de serem raras as votações, neste caso as decisões são tomadas por maioria simples.

O GATT, levando em conta suas políticas, estaria mais alinhado com as idéias neoclássicas e trabalharia em conjunção com o FMI (Fundo Monetário Internacional), principalmente com respeito às questões de câmbio, reservas monetárias e balanço de pagamentos.

³¹ GUIA do Poder. Folha de S. Paulo. São Paulo, 12/12/93, (Encarte especial B e C).

³² "O GATT faz 40 anos", Revista CACEX 22 (1054)3-22, nov. 87.

7.1.1. Artigo XXIV

Tem como assuntos principais a aplicação territorial, tráfego de fronteira, uniões aduaneiras e áreas de livre comércio e condições para enquadramento de Nação Mais Favorecida (NMF) para associações regionais.

Com a tendência ao regionalismo o GATT perdeu espaço, visto que defende que todos os seus países-membros não podem discriminar nações através de acordos preferenciais. O que ocorre é que a formação de blocos econômicos se baseia justamente nesta idéia de acordos preferenciais. Observa-se que 50% do comércio internacional ocorre no âmbito de acordos preferenciais.

O fato é que neste artigo XXIV, considerado um dos mais problemáticos do GATT, mencionam-se duas formas de integração econômica: a zona de livre comércio e a união aduaneira, ou seja, uma exceção à cláusula de Nação Mais Favorecida.³³

No parágrafo 4º deste artigo, determina-se que tanto na formação de uma União Aduaneira quanto numa Zona de Livre Comércio deve-se ter por objetivo facilitar o comércio entre os Estados-membros, porém que isto não venha a se tornar uma oposição ao comércio de outras Partes Contratantes com esses

33 O Tratamento de Nação Mais Favorecida está consagrado no Artigo I do GATT: "Todas as vantagens, favores, privilégios ou imunidades acordadas por uma parte contratante a um produto originário de ou destinado a todos os países serão estendidas, imediata e incondicionalmente, a todo aquele produto similar originário de ou destinado a todos os territórios de todas as outras partes contratantes..."

territórios. Este artigo pretende a criação de mais correntes de comércio e não de desvio de comércio.

Este artigo reconhece como "desejável aumentar a liberdade de comércio pelo desenvolvimento"³⁴ e aceita a progressividade da união aduaneira ou área de livre comércio, através de períodos transitórios para o estabelecimento destas.³⁵ É ainda descrito neste artigo o controle pelo GATT da criação de tais esquemas de integração.

O GATT precisa ser reformulado e, neste sentido, Jaime De Melo e Arvind Panagariya sugerem transformar o problemático art. XXIV da seguinte forma: "Excluir Zona de Livre Comércio e permitir apenas Uniões Aduaneiras".³⁶ As Uniões Aduaneiras possuem uma tarifa externa comum a todos os países-membros do bloco e, neste caso, o papel do GATT deveria ser o de assegurar que essa tarifa caísse ao menor nível existente dentro do bloco. Mas o que se tem visto é que quase todos os acordos regionais vão contra as regras do GATT, ainda que este não as impeça de continuarem suas transações. No sentido de reformular e fortificar o GATT a Rodada Uruguai, um acordo organizado pelo GATT e iniciado em 1987 e encerrado em dezembro de 1993, obteve certos ganhos.

34 Artigo XXIV, parágrafo 4º do GATT.

35 Artigo XXIV, parágrafo 5º do GATT.

36 DE MELO, Jaime, PANAGARIYA, Arvind. *The new regionalism in trade policy*. The World Bank, Washington, D.C., 1992.

7.1.2. Rodada Uruguai

A Rodada Uruguai do GATT é o maior tratado comercial da história das negociações comerciais multilaterais. Concluído por representantes de 117 países em Genebra em 15 de dezembro de 1993, tem em seu bojo ampliar o poder de influência do GATT sobre uma redução geral das tarifas de importação, os instrumentos não tarifários de controle de importações, arranjos institucionais do Acordo Geral, e ainda sobre temas amplos como serviços, propriedade intelectual, agricultura etc.

Se, de um lado, ocorreu um grande avanço na liberalização do mercado mundial de produtos agrícolas e manufaturados, de outro, a liberalização e regulamentação do mercado mundial de serviços (transporte, seguros, bancos etc.) não obteve avanços.

Na Rodada Uruguai também se discutiu a arbitrariedade na execução das Regras de Origem bem como o nível mínimo de peças nacionais em um produto para que este seja considerado como local e subsídios dados por governos a determinados produtos. Porém um dos temas mais importantes foi a discussão sobre o *dumping*. Neste acordo, foram implementadas leis para impedir a exportação de produtos a preços artificialmente baixos.

7.1.2.1. Resoluções

No que se refere a resoluções tomadas durante a Rodada Uruguai, tem-se como efeito para os países participantes a

liberalização comercial, o acesso ampliado aos mercados e a redução de barreiras não-tarifárias.

"Do ponto de vista dos países latino-americanos, não houve a esperada reestruturação radical dos mercados agrícolas mundiais, com a redução e eliminação dos subsídios à exportação".³⁷ Mesmo assim, houve ganhos no sentido de que os subsídios agrícolas dos países industrializados serão cortados em 20% a partir de 1999, o que favorecerá os países em desenvolvimento grandes exportadores de produtos primários. Nesses países os subsídios também deverão ser cortados em 13,3%.

Em favor dos países latino-americanos, países desenvolvidos que usualmente fechavam seu mercado agrícola passam a ser obrigados a importar pelo menos 3% da demanda interna até 1998, para em 1999 atingirem o nível de 5%.³⁸ O acordo prevê, ainda, cortes de, em média, 37% nas tarifas de importações sobre produtos agrícolas. Isso representa um dos maiores ganhos para o Brasil dando-lhe maior acesso a mercados antes fechados. Alguns setores onde os impactos positivos de cortes nas tarifas americanas de importação poderão ser vistos imediatamente são os de suco de laranja, papel e celulose.

37 SACCOMANDI, Humberto. Insatisfação ronda tratado sobre comércio.
Folha de S. Paulo. São Paulo, 16/12/93, p. 2-11 (Caderno Mundo).

38 SACCOMANDI, Humberto. Insatisfação ronda tratado sobre comércio.
Folha de S. Paulo. São Paulo, 16/12/93, p. 2-11 (Caderno Mundo).

Em outras áreas, entretanto, o esforço regulatório atualmente em curso terá efeitos incertos para os países latino-americanos, ou pelo menos exigirá deles um empenho de adaptação às novas regras e realidade, elaboradas precisamente para atender às novas demandas e interesses dos países desenvolvidos. É o caso do quadro institucional que se quer criar para o comércio de serviços, para os fluxos de investimentos e para os aspectos comerciais da propriedade intelectual".³⁹

Dentro do empenho de adaptação às novas regras, será preciso que países latino-americanos passem por um rebaixamento de tarifas preferenciais numa queda que vai de 10% a 40%. O acordo prevê cortes de, em média, 37% nas tarifas de importação sobre produtos industrializados.

Até 1995, quando o acordo entra em vigor, teremos a União Européia reduzindo suas tarifas em média em 45%. Os EUA, em 30% e o Japão em 50%. Essa é mais uma medida favorável ao Brasil, estimulando suas exportações.

A preocupação brasileira está na liberalização do setor de serviços onde a nossa balança já é deficitária. Caso isso ocorra o que veremos é um agravamento desta situação, pois a tendência é os países em desenvolvimento venderem "serviços intensivos em mão-de-obra não especializada, de baixo valor agregado e não competitivos

³⁹ BARBOSA, Rubens Antonio. *América Latina em Perspectiva: A Integração Regional da retórica à realidade*. São Paulo: Aduaneiras, 1991, p. 42-43.

internacionalmente"⁴⁰ frente aos serviços intensivos em conhecimento e tecnologia ofertados pelos países desenvolvidos.

O grande avanço da Rodada Uruguai é sem dúvida um reforço do sistema multilateral, limitando ainda mais o uso de medidas unilaterais, as quais precisam ser submetidas ao GATT.

No acordo da Rodada Uruguai referente a propriedade intelectual (patentes etc.) as leis são endurecidas para a proteção dos direitos autorais. Este é um dos pontos mais delicados para o Brasil, que defende que este acordo "não pode ser utilizado para concentrar a tecnologia e know-how em poucos países desenvolvidos".⁴¹

Finalizando, o GATT, que passa a ser chamado MTO (Organização Multilateral do Comércio), fiscalizará a aplicação dos acordos e passará a cobrar, de quem desrespeitar as regras, uma compensação ao país prejudicado.

Tendo em mente o que foi dito acima, passaremos agora a uma análise dos processos integracionistas latino-americanos.

40 BARBOSA, Rubens Antonio. *América Latina em Perspectiva: A integração regional da retórica à realidade*. São Paulo: Aduaneiras, 1991, p. 47.

41 Embaixador Luis Felipe Lampréia. Como acordo afeta o Brasil. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 16/12/93, p. 2-11 (Caderno Mundo).

II - AS TENTATIVAS DE INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

Em termos mundiais a idéia de integração regional não é nova e já no final da década de 40 e início da década de 50 surgiram tentativas de regionalismo na América Latina, na África e na Europa. 50's:
↑integr.

Um histórico das experiências de integração ocorridas na América Latina⁴² e dos seus reflexos sobre os países que a compõem se faz necessário para clarear o contexto em que elas se implantaram e os cuidados a serem tomados nas próximas tentativas.

O processo de integração na América Latina ganhou impulso através da idéia da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina)⁴³ que surge em 28 de fevereiro de 1948 como um ramo regional do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas. 48:
↑CEPAL
(Pl integr.)
↓(CEPAL, BIRD, BM)

A relação entre a CEPAL e organismos como BIRD e Banco Mundial era bastante conflituosa, visto que propunha uma visão alternativa à neoclássica no que se refere ao desenvolvimento da América Latina.

42 O conceito de América Latina utilizado neste trabalho é o mesmo usado nos relatórios da CEPAL, abrangendo os seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

43 Também conhecida como CEPALC (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe) numa ampliação da denominação da CEPAL. Nesta dissertação utilizaremos esta última denominação por ser a mais utilizada.

A CEPAL introduziu conceitos sobre desenvolvimento industrial, processo de substituição de importações (que era a base para o discurso cepalino para atingir o desenvolvimento das economias periféricas), deterioração dos termos de troca etc.

conceitos
CEPAL

Os técnicos da CEPAL, na época liderados pelo argentino Raúl Prebisch, começavam a ter apoio na América Latina e começavam a difundir as idéias de substituição de importações para impulsionar a indústria nascente e a criação de um mercado comum latino-americano como forma de solucionar os problemas causados pelas limitações dos mercados nacionais.

CEPAL:
integr. pl
↑ ind.

Foi em 1949, através do seu "Manifesto" (publicado em 1950 pelas Nações Unidas) "El desarrollo económico de América Latina y sus principales problemas" que a CEPAL expôs idéias que viriam a ter grande influência na elaboração do planejamento desses países.

49:
Manifesto
CEPAL

Assim é que, na década de 50, a visão predominante era a de que a proteção comercial era necessária para promover, através da substituição de importações, a tão desejada industrialização (que livraria a região da tendência declinante dos termos de troca). Esta percepção colocava desde logo uma restrição ao conjunto de opções de política de comércio exterior, pois rejeitava-se a priori a alternativa de liberalização unilateral. Dada esta restrição, a integração regional faria de fato sentido, pois ampliaria os "estreitos" mercados nacionais. As indústrias

proteção
pl ind

(i. integr.)

nascentes aprenderiam primeiro a exportar dentro do mercado regional protegido para mais tarde enfrentar o mercado mundial.

Na busca de seu objetivo mais amplo de industrialização por substituição de importações, a CEPAL considerava sensata a busca da integração regional em oposição a um isolamento autárquico, particularmente pelo aproveitamento de economias de escala. Para a CEPAL, os benefícios da integração estavam vinculados à redução das margens de capacidade ociosa, com pelo menos três efeitos:

CEPAL p/
integr.
(em isolamento)

benefícios
integração

a) Alívio na Balança de Pagamentos pelo melhor aproveitamento das divisas destinadas à aquisição de equipamentos importados.

(1) ↑ BP

b) Aumento da industrialização com conseqüente aumento da taxa global de crescimento do comércio e incremento do comércio com o resto do mundo.

(2) ↑ ind

c) Possibilidade de exportar manufaturados para o resto do mundo, a partir de uma maior eficiência de suas indústrias.

(3) exp.
manufa-
turados

É importante destacar que a CEPAL enfatizava os efeitos da integração sobre a dinâmica do desenvolvimento periférico e mostrava-o como um instrumento eficaz para reduzir as tensões e desequilíbrios próprios do desenvolvimento voltado para dentro.

integr. 2º
CEPAL

Em sua visão a solução integracionista é de importância fundamental, como diriam seus técnicos: "No queda en consecuencia, otro camino que el de establecer un

proceso gradual de integración que lleve a una unión económica de los países latinoamericanos. La integración regional, en las condiciones actuales de las técnicas de producción y de la política económica mundial aparecen como la única solución eficaz para crear nuevos impulsos dinámicos y otra estructura nacional de crecimiento, más flexible y productiva que la que brindó el proceso de sustitución"⁴⁴.

Ainda na linha de raciocínio desses técnicos havia uma idéia básica: as economias de escala exigem grandes volumes de produção que por sua vez requerem uma grande demanda consumidora. Dado que nos países latino-americanos a demanda é insuficiente (mercados limitados), a solução que se vislumbra é a integração dos mercados. Além disso a integração passou a ser fator determinante na competição internacional.

A partir dessas idéias foram iniciados vários processos de integração regional, dos quais os principais são apresentados abaixo.

1. Movimentos Integracionistas da América Latina

Começaram na década de 50 quando o processo de integração regional era visto como a via para a industrialização e a alteração do quadro de que todos os países da América Latina eram exportadores de produtos

44 BEHAR, Jaime. Una Interpretación Crítica de la Integración Latino-Americana. *Comércio Exterior*, México, 30 (5), p. 424, maio 1980.

CEPAL:
integr.
↓
↑(Dem, Of)

→
50's

primários. Com isso, imaginava-se conseguir uma maior independência do mercado internacional, obtendo uma base mais estável para o comércio intra-regional.

Estes movimentos de integração na América Latina aparecem com variações substanciais no grau de redução das barreiras comerciais internas, estabelecendo tarifas externas e promoção da industrialização regional.

↓ box. com.
↑ TEC

1.1. MCCA (Mercado Comum Centro Americano)

MCCA (59)

Assinado em 1959, este mercado é constituído por Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Nicarágua e Honduras. O MCCA foi, durante certo tempo, uma das mais bem-sucedidas experiências de integração na América Latina e Caribe, ressaltando que eram países de tamanho similar e com renda per capita variando pouco entre si. Foi através da industrialização substitutiva de importações que se conseguiu um aumento significativo do comércio intra-zonal, principalmente em manufaturas.

subst. import
↓
↑ econ

A base para esta bem-sucedida integração era a redução de tarifas internas e externas sem discriminação entre os países. Houve também a implementação de um controle de qualidade dos produtos. Os países-membros fizeram investimentos que foram direcionados para políticas comuns e investimentos domésticos.

I, contr. qualid.,
pol. harmoniz.

57-70

Os bons resultados desta integração podem ser vistos pelos dados abaixo. As exportações intra-regionais passaram de 1,8% do PIB entre 1957-60 para 10% em 1966-70. Fato ainda

↑ exp. intra-reg.

notável é a estabilidade da taxa de comércio extra-comunidade. Um dos pontos negativos, porém, é que os benefícios não foram divididos igualmente entre os países-membros.

Em 1968, considerado o último ano de normalidade do processo, já se observavam as primeiras evidências de *desequilíbrios com.* comerciais crônicos e profundos.

Honduras e Nicarágua aparecem com importantes saldos negativos no seu comércio intra-regional, enquanto a Guatemala aparece como claro ganhador.

A disputa armada entre El Salvador e Honduras, em 1969, agravaria a situação.

1.2. CARIFTA (Associação Caribenha de Livre Comércio)

68: CARIFTA

Criado em 1º maio de 1968 e constituído por: Barbados, Guiana, Jamaica, Trinidad-Tobago e 7 territórios, o inicialmente CARIFTA estabeleceu áreas de livre comércio e criou um banco de desenvolvimento do Caribe. Com pouca duração, logo foi transformado em:

1.2.1. CARICOM (Comunidade do Caribe)

73:

CARICOM

Criado em 1º de agosto de 1973, estabeleceu uma tarifa externa comum e um programa de liberalização comercial intra-regional com vistas à industrialização substitutiva de importações, como preconizava a CEPAL. Destas ações, pode-se observar um crescimento do comércio comparável aos bons resultados do MCCA.

Nestes vinte anos trabalhou no sentido de reorientar e impulsionar esse processo, tentando avançar na meta de um mercado comum.

1.3. ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio)

GO:

ALALC

Criada através do Tratado de Montevidéu em 18 de fevereiro de 1960, com sede em Montevidéu (República Oriental do Uruguai), a ALALC constituiu-se, de início, pelos seguintes países: Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai. Mais tarde recebe adesões da Colômbia (30/09/1961), Equador (03/11/1961), Venezuela (31/08/66) e Bolívia (08/02/1967).

Sua meta principal era a constituição de um mercado comum regional num prazo de doze anos, passando por uma zona de livre comércio.

A ALALC era formada pelos maiores e mais avançados países da região, assim como por países médios e pequenos com vários graus de desenvolvimento industrial e diversificação econômica.

Seus mecanismos e metas principais para promover a integração foram:

metas:

1) Acordos complementares entre países para desenvolver diferentes sub-ramos ou estágios de produção de novas indústrias. Quando a produção se iniciava esses produtores recebiam preferências tarifárias previstas no acordo. Com isso buscava-se a ampliação dos mercados.

=izações
ind

2) Negociação país a país, produto a produto. Através de um programa de liberalização do intercâmbio, conseguia-se acabar com medidas protecionistas, rebaixando tarifas e eliminando as restrições não-tarifárias (reduções das barreiras alfandegárias).

↓ restrições
n-tarifárias

A criação da ALALC representou um esforço válido na busca da integração, mas seus resultados foram muito tímidos em virtude de as prioridades nacionais, representadas por governos autoritários que se instalavam na maioria dos países da região, predominarem sobre o objetivo do acordo. Somou-se a isto uma forte oposição do setor privado.

s. priv. x +
gov. s/demo
↓
↓ integr.

Um problema grave foi a má distribuição de seus benefícios e custos entre os países-membros, resultando na heterogeneidade entre os países. Outro problema foi a má administração da lista de concessões com a retirada de itens em número maior do que a inclusão.

má adm.

São elogiáveis, no entanto, as diferentes tentativas de manter a coesão e a criação do Convênio de Créditos Recíprocos como um sistema regional de financiamento e que beneficiou a todos os países partes e que continua a existir dentro da ALADI, sobrevivendo a todos os problemas da crise da dívida externa desses países.

Convênios

Em função do insucesso em fazer a ALALC sair do imobilismo, alguns países decidiram criar um subgrupo regional, sem sair formalmente da ALALC. É o caso do Grupo Andino.

ALALC
?
Grupo Andino

A ALALC se transformou, posteriormente, na ALADI (vide item 1.5 deste capítulo).

1.4. Grupo Andino

Constituído como um subgrupo regional da ALALC, o Grupo Andino foi criado através do acordo de Integração Sub-regional de Cartagena em 1969 e era composto pelos seguintes países-membros: Chile, Bolívia, Colômbia, Equador e Peru. Mais tarde houve a adesão da Venezuela (1973) e a saída do Chile (1976).

Suas propostas principais eram:

- 1) Adoção de uma tarifa externa única até 1980;
- 2) Diminuição gradual das tarifas intrablocos;
- 3) Plano comum para o desenvolvimento setorial da indústria visando equilibrar as desvantagens relativas dos países menores, pela especialização e distribuição setorial;
- 4) Adoção de políticas comuns na área de investimentos estrangeiros;
- 5) Criação de um organismo de financiamento.

Tentou-se implantar uma estratégia de substituição de importações em nível regional. Pretendia-se dividir as indústrias entre os países-membros que tentariam se aproveitar das economias de escala.

No caso do Grupo Andino, as cifras revelam a ocorrência de freqüentes problemas pelo não cumprimento dos acordos e nos resultados acumulados da Balança Comercial entre 1970-1983. Esses resultados não são, precisamente, os

69:

Grupo
Andino

Propostas

Pol. de subst.
de import.

Problemas

que corresponderiam a um avanço eqüitativo, solidário, sem ganhadores ou perdedores. Além disso, a crítica condena a falta de envolvimento governamental e dos setores empresariais. *desenvolvimento*

A Colômbia teve saldos anuais permanentemente *desequilibrados* favoráveis (exceto em 1983), por outro lado a Venezuela apareceu com saldos desfavoráveis. Os países de menor desenvolvimento econômico, como a Bolívia e o Equador, tiveram na maior parte do período saldos negativos como pode ser visto na tabela 3.

O comércio regional intra Pacto Andino cresceu pouco, passando de 0,5% do PIB durante 1964-1968 para 1,6% do PIB em 1974-1978. *com. internac.*

Na década de 70 o Grupo Andino atravessou sua maior crise devido aos desentendimentos entre os países-membros com relação ao estabelecimento de uma tarifa externa comum, ao tratamento que deveria ser dado ao capital estrangeiro e, principalmente, devido às crises internas a cada país. **'s entre Países*

Em 1983 o Pacto Andino passou por uma reformulação na tentativa de aprofundar a integração entre os cinco países, mas esta não teve muito sucesso pelo não cumprimento das metas estabelecidas. *83: Δ Pacto (1º sucesso)*

Foi só em 1990, na reunião do Conselho Presidencial, em La Paz, que os presidentes dos países-membros resolveram atualizar o processo de integração nos moldes contemporâneos, dinamizando as negociações e a definição da tarifa externa comum intensificando a integração comercial e *90: Δ Integr (2º sucesso)*

econômica. Dados atualizados do PIB destes países podem ser vistos na tabela 4.

Neste processo de vinte anos, o Grupo Andino conviveu com períodos de avanço e retrocesso, e até o presente momento não conseguiu atingir seus objetivos, eliminando a idéia de alcançar uma estratégia única de desenvolvimento.

integr. e
sucesso

1.5. ALADI (Associação Latino-Americana de Integração)

80:
ALADI

Através do Tratado de Montevideu, em 1980, substituindo a ALALC, entra em vigor em 12 de agosto de 1980 a ALADI. Os países pertencentes à ALADI são divididos em três grupos: de menor desenvolvimento econômico relativo (PMDR), de desenvolvimento intermediário (PDI) e os demais com um maior desenvolvimento chamados de ABRAMEX.

3 grupos

Os países de menor desenvolvimento econômico relativo são: Bolívia, Equador e Paraguai. Os países de desenvolvimento intermediário são: Colômbia, Chile, Peru, Uruguai e Venezuela. E por fim, os países de maior desenvolvimento relativo dentro da região são: Argentina, Brasil e México.

Em 1987 os países do Grupo Andino cortam as relações que mantinham com a ALADI e tornam-se um subgrupo regional dentro dela sem serem limitados pelas cláusulas do Tratado de Montevideu de 1980.

87:

✓ (Gr. Andino -
ALADI)

A substituição da ALALC pela ALADI dava maior flexibilidade ao acordo, estabelecendo metas graduais e progressivas de integração, através de arranjos bilaterais.

ALADI ≠ ALALC

Desta vez, embora mantendo-se a idéia de chegar a um mercado comum, os objetivos eram um pouco menos ambiciosos. O projeto estabeleceria primeiramente uma área de preferência tarifária.

Se a ALALC sofreu com sua rigidez proveniente dos acordos multilaterais, a ALADI, sem eliminá-los, torna-se mais flexível nos acordos bilaterais ou por grupos de países.

ALADI +
flexível

As principais metas da ALADI são descritas a seguir:

metas

1) "Estabelecer um esquema regional de promoção e regulação do comércio recíproco e cooperação econômica para o desenvolvimento, através da configuração de uma área de preferência econômica, como etapa intermediária."⁴⁵

ALADI

2) Multilateralização gradual das ações de caráter parcial. Isso significa que se, por um lado, esses acordos eram mais flexíveis ao permitir acordos bilaterais ou por grupos de países, por outro os benefícios deveriam ser trazidos a todos os países-membros da ALADI.

3) Fomento da complementação econômica entre os membros.

4) Estímulo a atos de cooperação econômica que servissem para ampliar os mercados.

Porém, a realidade era que a ALADI já começava numa atmosfera de conjuntura recessiva e, assim, os países-membros deixavam em segundo plano suas expectativas

Problemas:
conjuntura
recessiva

45 BARBOSA, Rubens Antonio. *América Latina em Perspectiva: A integração regional da retórica à realidade*. São Paulo: Aduaneiras, 1991, p. 63

comunitárias. A crise do petróleo de 79 e a crise da dívida externa dos três países latino-americanos de maior desenvolvimento (Argentina, Brasil e México), cujo ápice foi o pedido de moratória do México em 82, constituem um pano de fundo para uma integração que já começou mal.

Em 1981, todos os países-membros assinaram o Acordo de Santo Domingo no sentido de fazerem frente às deficiências transitórias de liquidez dos Bancos Centrais. Porém, não conseguindo o refinanciamento dos déficits globais das Balanças de Pagamento, o acordo foi suspenso causando um maior descrédito no comércio regional. A preocupação imediata era a de melhorar os saldos nas balanças comerciais, para isso tentando aumentar as exportações e reduzir as importações, inclusive as regionais, e aumentando os acordos bilaterais.

Houve mesmo uma queda da participação relativa das exportações da ALADI nas exportações mundiais totais. Em 1970, ainda como ALALC, estas eram de 4% e em 1990 (já como ALADI) caíram para menos de 3,5%. Do lado das importações também houve queda. Se a participação das importações da ALADI era de 4,8% das cifras mundiais em 1975, caiu para pouco mais de 2,5% em 1990.⁴⁶

Não é possível provar através dos dados de crescimento se estes foram resultados da integração promovida pela ALADI, mas é fato que seus países-membros conseguiram um

⁴⁶ BARBOSA, Rubens Antonio. *América Latina em Perspectiva: A integração regional da retórica à realidade*. São Paulo: Aduaneiras, 1991, p.18.

crescimento do PIB (13,2%) maior do que o crescimento do PIB da América Latina e Caribe (11,7%) na década de 80. E mesmo que com uma queda no PIB *per capita* (-7,05%), esta ainda foi menor do que a queda apresentada pela América Latina (-8,3%) segundo dados da CEPAL.

Os três maiores países da região, Argentina, Brasil e México, não foram os mais beneficiados pela integração mas sim Colômbia, Chile e Brasil, nessa ordem. Por outro lado, houve retrocesso em países como a Argentina. Outro dado importante é que 77% do PIB global pertencia aos três maiores, sendo que só o do Brasil representava 40% do total (vide tabela 1).

A região passou, nos anos 80, pelo período de declínio da sua história, quando infelizmente o crescimento das décadas de 60 e 70 não se repetiu.

De qualquer forma houve um incremento, ainda que limitado, do intercâmbio global da região e também do comércio intra-regional, e os maiores responsáveis por isso foram a permissão para a criação de sistemas sub-regionais e o estímulo à celebração de acordos bilaterais. Argentina e Brasil participaram ativamente desse incremento de comércio, assim como os países do Pacto Andino.

Numa análise conclusiva sobre a ALADI observamos que há hoje uma exposição maior da região à economia internacional e que a grande contribuição que ela ainda tem prestado à América Latina é o seu impulso na criação de condições para o surgimento de outras iniciativas mais

desequilíbrios
econ.

mercados

acordos bilaterais

cond. p/ novos
acordos

realistas de colaboração entre os países, com uma liberalização das trocas sem discriminação entre os países e uma reavaliação da importância da intervenção do Estado.

Quanto às expectativas em torno do papel que a ALADI pode vir a desempenhar, espera-se que a associação se constitua num centro de informação com um banco de dados para a América Latina, tornando-se útil à dinamização do comércio intra-região e mais ainda da região com o mundo. Que sirva como elo negociador entre este bloco e os demais, como Comunidade Européia, NAFTA ou Pacífico.

*subsídios
p/ novas
integrações*

No nível técnico, seria preciso haver um investimento conjunto de todos os países-membros no desenvolvimento de novas tecnologias que possa ajudar no desenvolvimento tecnológico da região.

Tecnol.

A preocupação em desenvolver a região como um todo passa pela interligação dos espaços físicos. Faz-se necessária a criação de vias de transporte modernas que unam seus comércios, favorecendo seu incremento e a prestação de serviços, os quais tendem a ser o ponto forte do comércio exterior.

*vias de
Transp.*

Estas sugestões e tantas outras fazem parte do rol de ações que deveriam ser tomadas no sentido de se aprofundar a integração da ALADI individualmente e da América Latina como um todo. A seguir mencionaremos alguns dos motivos que fizeram com que os esforços de integração latino-americanas não atingissem o êxito esperado.

2. Observações sobre os insucessos dos processos de integração da América Latina

Se por um lado houve algum incremento do comércio regional na América Latina, o fato é que nem sempre este aumento foi causado pelo incentivo ocorrido dentro dos processos integracionistas.

Uma das explicações básicas para o referido insucesso está relacionada à união de países em desenvolvimento. Esses possuíam produções industriais pouco competitivas não *ex. competitividade* podendo fazer face aos outros blocos que se formavam, como o caso da Comunidade Européia. Assim, essas integrações latino-americanas não conseguiram produzir o retorno esperado. Outro fato está relacionado aos problemas estruturais desses países, como baixa renda per capita, *ex. Y per capita* renda acumulada nas mãos de poucos, baixo nível educacional, *com Y* colocando-os num estágio similar e baixo de desenvolvimento *ex. educação* econômico. As integrações latino-americanas não alteraram esse quadro.

Observa-se, ainda, que não houve repercussões no crescimento substancial do comércio recíproco intra América Latina como um todo, que passou de 10% para 12% do valor das exportações totais (18% se se excluïrem combustíveis) entre *ex. com. intrazonal* as décadas de 70 e 80. Essa situação contrasta com as zonas de integração de países industrializados, como a Comunidade Européia, onde o valor do comércio intrazonal supera 50% do comércio total.

A integração pressupõe mudanças nas estruturas econômicas que afetam interesses já consolidados da sociedade. Isso se reflete na composição das classes dominantes e na estrutura política dos países. Outra razão para o insucesso é que no caso latino-americano, mesmo quando houve a passagem de governos autoritários e nacionalistas para democráticos, não ocorreu de fato a transformação das estruturas de poder. Os governos da região, em geral, não incentivaram as integrações, estando mais interessados em se manterem no poder e/ou na sua soberania nacional. Com a carência de um órgão supranacional o que se viu foi a sobreposição de interesses individuais de países, quando não de simples governos, sobre o que deveria ser a grande meta: o desenvolvimento da região como um todo.

resistências soc.,
pol. e econ.

↑ demo
*
↓
Δ pol

Uma observação interessante de Barbosa no sentido de mostrar a irrelevância dos processo integracionistas para os governos latino-americanos é que, caso estes tivessem realmente como prioridade sua união, saldariam primeiramente seus compromissos intrabloco. O que ocorria, na verdade, é que eles priorizavam suas dívidas com países terceiros⁴⁷.

O desenvolvimento de setores industriais foi muito desarticulado e muito dependente das importações. Por outro lado, a persistência das políticas protecionistas originou preços internos muito elevados em relação ao mercado

pol. protecionistas

47 BARBOSA, Rubens Antonio. *América Latina em Perspectiva: A integração regional da retórica à realidade*. São Paulo: Aduaneiras, 1991, p. 87, 88 e 89.

internacional e não houve nenhum incentivo da região como um todo para que se desenvolvessem setores complementares. A indústria atrasada possuía um baixo nível de competitividade internacional e atraso tecnológico. Devido a um não-desenvolvimento das capacidades próprias, manteve-se a dependência em relação aos desenvolvidos.

dependência
Tecnológica

A existência de blocos latino-americanos com países em desenvolvimento não estimulou, também, a instalação de indústrias nos países parceiros. Não se observou, portanto, um crescimento industrial expressivo resultante destas integrações nem a criação de uma regulamentação sobre a implantação de novas indústrias.

S/↑ ind

As integrações na retórica podiam almejar uma real independência da região com relação aos países desenvolvidos através de um progresso sócio-econômico, mas a prática ficou bem aquém. A dependência da América Latina continuou.

Particularmente, a partir do segundo "Choque do Petróleo" associado ao "Choque dos Juros Internacionais" em 1979, a fragilidade externa da América Latina impôs graves restrições a esses esquemas integracionistas. De fato, com o agravamento da crise da dívida externa, que eclodiu em 1982 com a moratória mexicana, o comércio intra-regional sofreu uma redução dramática na década de 80, colocando em xeque o futuro dos blocos regionais da América Latina.

crise
80's

As economias latino-americanas eram cada vez mais dependentes do mercado internacional e não do mercado

regional. A crise do endividamento externo fez que estas economias, voltadas agora para atender as instituições internacionais credoras, tentando aumentar suas receitas de exportação, procurassem obter megasuperávits, em detrimento da integração regional.

Outro fator que prejudicou as integrações latino-americanas foi a tendência decrescente dos termos de troca. Os termos de troca entre os países em desenvolvimento da América Latina e os países desenvolvidos têm apresentado constante deterioração, em detrimento dos países em desenvolvimento. Observando-se as pautas de exportação e importação das duas regiões, mais de 80% das exportações latino-americanas para a Comunidade Européia são de produtos primários, enquanto mais de 90% das exportações da Comunidade Européia para a América Latina são compostas por produtos industrializados e que exigem alta tecnologia. Estes produtos industrializados tendem a ter seus preços sempre crescendo, enquanto os produtos de países em desenvolvimento, como produtos agrários, normalmente têm os seus preços variando sazonalmente e, no longo prazo, numa tendência decrescente.

Além das causas apresentadas acima, apresentaremos a seguir outras, relacionadas ao gradativo desrespeito ao que foi definido nos acordos.

a) Abandono do Princípio de Reciprocidade pelo qual o país teria garantido um aumento das exportações correspondentes ao incremento das suas importações da

↓ rel. troca

↓ Princípio
Reciprocidade

região. O cumprimento do princípio do comércio equilibrado mostrou-se extremamente difícil.

b) Plurilateralismo, isto é, a generalização compulsória das concessões obtidas que revelou-se muito mais problemática que a concessão bilateral de reduções alfandegárias. Mesmo assim, é preciso que, dada uma concessão bilateral, esta seja transferida a todos os países da região, no sentido de se caminhar para um multilateralismo.

c) A ausência de harmonização das políticas macro, em geral, e das políticas comerciais, em particular, foi certamente uma das razões do insucesso de quase todas essas integrações.

Em função dos elementos acima mencionados surgiram vários efeitos que prejudicaram os processos de regionalização: redução na taxa de investimento externo e interno, instabilidade de preços, variação enorme nas taxas de câmbio refletindo diretamente nas exportações e na incerteza para o intercâmbio comercial, falta de articulação política entre os países, falta de investimento no desenvolvimento tecnológico deixando estes países sem competitividade no âmbito internacional etc. Tudo isso tem como reflexo a desordem macroeconômica em que quase todos os países entraram.

Tendo em mente esse breve relato histórico, passamos agora a considerar o cenário internacional que se formou a

difícil
multilateral
p/↓tx.

2/ harmoniz.
pd. macro

desequilíbrios

Δp
 ΔI

$\Delta L \times C$

partir da queda do Muro de Berlim. A partir desses dois conjuntos de informações estaremos em melhor condição para analisar as circunstâncias do Mercosul hoje, o que será também feito no capítulo III.

III - O FENÔMENO DA INTEGRAÇÃO NO MUNDO ATUAL

Após o declínio das integrações regionais que ocorreu na década de 70, e com a defesa de políticas não discriminatórias entre as nações, é na década de 80 que o regionalismo volta a surgir como a nova tendência do comércio internacional, repleto de acordos preferenciais entre os países.

O cenário internacional atual mostra que cada vez mais os blocos econômicos de livre comércio ganham relevância e se acentuam a abertura internacional e a liberalização econômica interna. Aderindo à onda liberalizante, governantes de grandes potências como Ronald Reagan nos Estados Unidos e Margareth Thatcher na Inglaterra, adotaram políticas de abertura dos países para fora e aumento das inter-relações econômicas conduzindo a formação de blocos.

Falaremos a seguir desses processos dos anos 80 e 90.

1. Fim da dicotomia e globalização da economia

A partir do fim da dicotomia economia de mercado *versus* economia centralizada, planejada surge a concepção de um mundo global. Desaparece o confronto militar Leste-Oeste para surgir uma competição econômica comercial. Esta determina em parte o novo quadro mundial no qual predominam as forças de mercado.⁴⁸

⁴⁸ Observa-se, porém, que "economias de mercado não excluem a existência de relações estratégicas entre o setor privado e o Estado ou de vínculos específicos que são criados entre os

Com o amortecimento da bipolaridade Leste-Oeste
desaparecem as pequenas concessões econômicas antes feitas
aos países em desenvolvimento como estratégia de manutenção
da hegemonia de cada superpotência. Por exemplo, a adesão
irrestrita aos princípios da política externa norte-
americana gerava a garantia de empréstimos do FMI ou Banco
Mundial ou ainda em certos casos a "proteção militar".

Dentro do novo cenário, no campo da produção, existe
um novo "modelo que incluía a globalização de produção, dos
investimentos e da tecnologia e que permita ao consumidor de
qualquer parte do mundo ter hábitos semelhantes: tomar os
mesmos refrigerantes, comer os mesmos sanduíches e vestir as
mesmas roupas coloridas, enquanto ouve as mesmas músicas em
aparelhos de som com as mesmas marcas e guiando carros dos
mesmos modelos mundiais. Massificação global ou império da
monocultura, o que importa para as decisões estratégicas das
empresas são as máximas administrativas que falem em
globalização da produção, que tenham a competitividade como
meta e, talvez, a reestruturação industrial como única
saída."49

Indicadores como o aumento da participação do comércio
internacional e a elevação do nível de transações
financeiras internacionais no produto mundial podem ser
analisados como efeito da globalização. Esta pode ser vista

diversos grupos da sociedade." In PEREIRA, Lia Valls -

Mercosul: Uma resposta aos desafios do novo quadro mundial?

49 THORSTENSEN, Vera. *Comunidade Européia: Líder do Comércio*

Internacional. São Paulo: Aduaneiras, 1993, p. 28-29.

como a causa do aumento do grau de interdependência entre os países.

O aumento do nível de transações financeiras internacionais pode ser ilustrado, por exemplo, pelo crescimento destas transações entre os países da Comunidade Européia (CE), que aumentaram de 1,5% para 24,9% neste processo de constituição da União Monetária.

Ainda nesta análise surge a questão das multinacionais ou empresas transnacionais. Sua localização em diferentes países possibilita sua produção segundo as vantagens comparativas em cada país, e devido à abertura de mercado a estratégia de venda passa a considerar o mercado mundial e não mais uma determinada área. A globalização aumentou os mercados consumidores.

Para a América Latina essa onda globalizadora impõe padrões de competitividade que exigem da região uma reestruturação industrial para que possa se manter na competição internacional e até mesmo no sentido de atrair multinacionais, as grandes responsáveis pela reestruturação industrial e defensoras dessa globalização.

Das questões da produção aos problemas econômicas, o centro das atenções dos diferentes países está na formação ou solidificação de blocos regionais e na abertura de mercado. Trataremos a seguir dos três maiores blocos.

2. O mundo em blocos

Nesta nova ótica do mundo em blocos consideramos importante mencionar a tipologia descrita pela profa. Vera Thorstensen onde distinguem-se os blocos em econômicos, comercial e de produção.

"Bloco econômico - é o mais completo modelo de integração e inclui a livre-circulação de mercadorias, pessoas, serviços e capitais. O exemplo mais bem acabado de bloco econômico é a CE que tem como meta a construção de uma Europa social.

Bloco comercial - é um meio caminho de integração, onde o modelo defendido é uma zona de livre-comércio. O alvo pretendido é o estabelecimento do livre-acesso comercial, objetivando assim o desenvolvimento, porém impedindo o descontrole das migrações de pessoas."⁵⁰ São exemplos: o NAFTA e as CE com os países da Europa do Leste ou com alguns países do Norte da África.

"Bloco de produção - é um conjunto de países que possui apenas o seu sistema produtivo operando de forma concentrada"⁵¹, não havendo porém um livre-acesso comercial. O exemplo é dado pelo Japão e toda a Bacia do Pacífico."⁵²

Hoje, é preciso analisar as relações comerciais entre esses blocos, suas interações e interdependências, visto que

50 THORSTENSEN, Vera. *Comunidade Européia: Líder do Comércio Internacional*. São Paulo: Aduaneiras, 1993, p. 29.

51 THORSTENSEN, Vera. *Comunidade Européia: Líder do Comércio Internacional*. São Paulo: Aduaneiras, 1993, p. 29.

52 THORSTENSEN, Vera. *Comunidade Européia: Líder do Comércio Internacional*. São Paulo: Aduaneiras, 1993, p. 29.

o comércio inter e intrablocos já representa 80% do comércio internacional.

Essa concentração do comércio regionalizado parece nos anos 90 um processo irreversível e em progressão. Países isolados hoje passam a fazer seu comércio não mais numa relação país a país, mas suas exportações e importações se dão entre país e blocos.

A dinâmica internacional não pode mais ser alterada pela decisão de um país apenas, nem mesmo os Estados Unidos consegue alterá-la sozinho. As grandes decisões capazes de reorientar a economia mundial são, hoje, tomadas através de blocos, estes sim capazes de alterar a dinâmica internacional em benefício de seus países-membros. Surge agora uma interdependência mundial das ações tomadas.

Neste sentido consideramos importante uma análise dos três grandes blocos liderados pela Europa, Japão e Estados Unidos para mais adiante apresentar a América Latina dentro dessa ótica e apontar de que forma isso influi no surgimento do Mercosul.

2.1. O Eurobloco

Na última década, a Comunidade Européia (CE), se destacou no comércio internacional como a maior potência econômica. Sob sua influência e através da sua agressividade no contexto internacional é formado o Eurobloco.

O Eurobloco ou como é conhecido atualmente, o Espaço Econômico Europeu (EEE) reúne os países da União Européia

(antiga CE) e EFTA (European Free Trade Association, ou Associação Européia de Livre Comércio com os países escandinavos⁵³). Segundo Vera Thorstensen o "Eurobloco é centrado na CE e inclui regiões para as quais a CE vem desenvolvendo uma política econômica global, que inclui comércio, apoio financeiro e econômico, cooperação técnica e ajuda ao investimento na área da infra-estrutura e da indústria. O que diferencia a política econômica da CE para tais regiões é o seu alto nível de privilégios, quando comparada com a política desenvolvida para as demais regiões do globo"⁵⁴. Com quase todos estes países existem acordos preferenciais.

O Espaço Econômico Europeu começou a funcionar em 1º de janeiro de 1994 como maior bloco comercial do mundo. Este imenso e mais poderoso bloco possui 372 milhões de habitantes e um PIB de US\$ 7,5 trilhões,⁵⁵ correspondendo a cerca de 45% do comércio internacional (comércio intra CE incluído).⁵⁶

Sendo a União Européia o maior centro de poder político e econômico, decidimos colocar no Anexo 2 uma descrição de sua composição e estrutura.

53 A EFTA é composta dos seguintes países: Suécia, Noruega e Finlândia - mais a Islândia, Áustria, Suíça e Liechtenstein. Porém estes dois últimos países não fazem parte do Espaço Econômico Europeu.

54 THORSTENSEN, Vera. *Comunidade Européia: Líder do Comércio Internacional*. São Paulo: Aduaneiras, 1993, p. 225-226.

55 "O mundo em blocos". *Folha de S. Paulo*. São Paulo. 04/01/94, p. 2 (Editorial).

56 THORSTENSEN, Vera. *Comunidade Européia: Líder do Comércio Internacional*. São Paulo: Aduaneiras, 1993, p. 226.

2.2. Bloco das Américas

Os Estados Unidos, a maior potência econômica, são o centro de um bloco que, por enquanto, só existe como proposta: o Bloco das Américas. O que existe de fato é o NAFTA (North American Free Trade Agreement) o qual tem passado por dificuldades na incorporação do México e já conta com um retardamento da assinatura do acordo de livre-comércio que incorporará o Chile.

2.2.1. Acordo Norte Americano de Livre Comércio - North American Free Trade Agreement (NAFTA)

Formado pelos Estados Unidos, Canadá e México, entrou em vigor em 1º de janeiro de 1994.

Sob a hegemonia dos Estados Unidos, o NAFTA tem como meta a eliminação gradual de tarifas aduaneiras entre EUA, Canadá e México e o fim de barreiras comerciais entre os três países num prazo de quinze anos. Com uma população total de 363 milhões de habitantes e um produto (PIB) de US\$ 6,5 trilhões,⁵⁷ o NAFTA já possui um motor próprio com diversos acordos setoriais entre os países que faz com que o comércio entre estes seja muito grande.

Este é um bloco comercial e como tal defende uma zona de livre comércio.

57 ÁREAS de livre comércio são a nova ordem. Países se unem em grupos regionais para encarar nova realidade do mundo dominado pela competição econômica. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 21/11/93, p. 21.

A partir da percepção de que a "Fortaleza Européia" se fortificava, os Estados Unidos propõem a Iniciativa para as Américas.

2.2.2. Iniciativa para as Américas

Em junho de 1990 o presidente dos EUA, George Bush, através da "Iniciativa para as Américas", sugeriu a criação de uma zona de livre comércio entre os países da América do Norte, do Sul e Central. Nesta iniciativa tentar-se-ia constituir a Área Hemisférica de Livre Comércio (AHLC) do Alaska à Terra do Fogo. Assinado entre Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai (assinado com reserva) e Estados Unidos da América, tem como meta incrementar as relações de comércio internacional, de investimento entre as Partes e o crescimento econômico através da redução de barreiras.

Com esta iniciativa Bush mostrou que no processo "crescente" de "absorção" de países dar-se-ia preferência à grupos de países que querem liberalizar o comércio. Nesse sentido alguns países da América Latina intensificam seus acordos e esperam integrar-se ao NAFTA.⁵⁸

Ocorre que este processo encontra-se ainda a uma longa distância temporal e segundo Wilson Cano esta iniciativa é

⁵⁸ São 3 blocos americanos que tentam integrar-se ao NAFTA como um degrau para a Iniciativa para as Américas. Mercado Comum da América Central (Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá); Mercosul (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai) e Grupo dos 3 (Colômbia, México e Venezuela). in *Áreas de livre comércio são a nova ordem*. Países se unem em grupos regionais para encarar nova realidade do mundo dominado pela competição econômica. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 21/11/93, p. 21.

"mais uma peça de retórica para tentar acalmar os ânimos latino-americanos do que uma proposta com sentido concreto".⁵⁹

Ainda com medo da fortificação do Eurobloco, Estados Unidos e Japão se unem em 1989 para criarem a APEC.

2.3. APEC (Associação de Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico)

A hegemonia japonesa aparece nas últimas décadas com um rápido desenvolvimento, alto padrão tecnológico e sua balança comercial bastante favorável e começa a ampliar o seu poderio no Extremo Oriente, englobando não apenas os Tigres Asiáticos como também a Malásia, Tailândia e Indonésia, e mais recentemente tem-se visto também uma aproximação com a China. Por último tem-se em 1989 a união com os Estados Unidos, Canadá, Austrália e outros países no sentido de formar uma zona de livre comércio mas sem data definida, a APEC (vide tabela 13).

"Mesmo os esforços atuais de cooperação naquela região destinam-se mais a criar um consenso do Pacífico com vistas à edificação de uma política econômica que assegure o crescimento sustentado da região no próximo século, do que a criar um mega bloco comercial similar a seus congêneres da Europa e da América do Norte. Por enquanto este é considerado apenas um bloco de produção.

⁵⁹ CANO, Wilson. Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional. 2a ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; São Paulo: FAPESP, 1993, p. 23.

A história da região se modificou, hoje um mercado com 2 bilhões de habitantes, representando 40% da população mundial e em torno de 40% da demanda mundial e com um PIB total de US\$ 12.098,5 bilhões já começa a ser a meta de acordos que foram assinados em 1993. A Alemanha e a China, em novembro de 1993, fizeram um acordo que inclui cooperação tecnológica e exportações em torno de US\$ 1 bilhão. Também os Estados Unidos promoveram no mês de novembro a primeira conferência com os países da região no sentido de incrementarem as exportações e cooperações de produtos como computadores. Por outro lado, as indústrias asiáticas pretendem aumentar as exportações de produtos têxteis.

Até mesmo países da ex-União Soviética, hoje começam a procurar seus vizinhos regionais para uma integração no sentido de contrabalançar as perdas derivadas do declínio das trocas antes feitas pelas ex-repúblicas.

O bloco Pacífico ocupa a terceira posição como parceiro comercial da América Latina depois da Comunidade Européia e do NAFTA, principalmente com produtos agrícolas e minerais.

A seguir apresentaremos como a América Latina tem se inserido neste mundo em blocos, para então apresentarmos as relações da América Latina com a Comunidade Européia por ser esta a maior parceira comercial daquela região.

3. A América Latina dentro do contexto mundial

Durante o período 1989-1991 houve um aprofundamento da integração européia, somando-se a isto a ruptura do bloco socialista do Leste europeu e da União Soviética. Todos esses fatos vieram a dificultar a retomada de crescimento da América Latina, seja pela não-recuperação dos fluxos de investimentos externos na região, seja pela dificuldade de a América Latina expandir suas exportações e com isso melhorar suas contas externas.

"Por último, acrescente-se o constrangimento do capital, na forma do fechamento dos financiamentos externos e da acentuada contração dos investimentos de risco provenientes dos países desenvolvidos para a maior parte dos países subdesenvolvidos devedores."⁶⁰

Com a crise dos países de economia planificada, cresceu a pressão dos países líderes para que houvesse uma maior abertura comercial da América Latina, juntamente com um estímulo à constituição de blocos e à privatização. Estas idéias se solidificaram no movimento do neoliberalismo econômico que se difundiu em toda a região como já vimos na introdução.

Acreditamos que a questão da abertura internacional e principalmente da América Latina deve ser cautelosamente negociada e programada, de modo a evitar a destruição dos nossos setores produtivos.

⁶⁰ CANO, Wilson. Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional. 2a ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; São Paulo: FAPESP, 1993, p. 25.

Esse processo passa por uma articulação e compatibilização entre as políticas do comércio exterior e as políticas de industrialização nacionais. Esta sucessão de transformações estruturais qualitativas necessita ser sustentado politicamente pelos partidos que dão apoio aos planos econômicos. Para isso o regime democrático precisa ser solidificado.

Nesta nova direção surge a necessidade de uma harmonização entre as políticas dos países que desejam ver crescentes fluxos comerciais e financeiros com seus parceiros. Países latino-americanos participaram da discussão no sentido de viabilizar o comércio com os países industrializados e intensificar as integrações.

"A mudança de enfoque nesta nova fase da integração é nítida: os acordos setoriais e a preocupação com a obtenção de complementaridades intra-setoriais por meio da reestruturação industrial passam a segundo plano, atribuindo-se ao mercado o papel de principal mecanismo de realocação de recursos em resposta à integração e limitando-se a capacidade dos governos de interferir diretamente na alocação de recursos e na localização das atividades econômicas."⁶¹

61 SAMPAIO, Fernando. Mercosul - desempenho e perspectivas. In: Fator S.A. Corretora de Valores e Câmbio/Departamento de Análise. **Fator - Caderno de Mercado de Capitais.** São Paulo: Fator S.A., fev. 1993. Ano 1, n. 10, p. 6-9.

Passaremos a seguir a uma análise de como a América Latina, na busca da sua inserção mundial, tem se relacionado com a Comunidade Européia. Apresentamos ainda um conjunto de sugestões sobre a utilização da experiência da comunidade para dinamizarmos os processos integracionistas latino-americanos, enfatizando a cautela que deve existir para evitar reflexos sociais indesejáveis.

4. Relação da Comunidade Européia com a América Latina e a entrada de Portugal e Espanha na CE

A América Latina também se preocupa com a formação da "Fortaleza", visto que isso representa um fechamento deste mercado a países que não possuam acordos preferenciais.

Se por um lado a CE ainda é um dos maiores parceiros comerciais para a maioria dos países da América Latina, sendo, por exemplo, o maior importador de produtos brasileiros (vide tabela 42), por outro lado, as exportações comunitárias destinadas à América Latina, que já eram baixas, vêm diminuindo, caindo de 6% em 1980 para 4% em 1990 (vide tabela 11). O que se tem em vista é a perda de importância da América Latina como parceiro comercial da Comunidade Européia, ficando aquela como uma das últimas prioridades nas relações comerciais desta.⁶²

62 Nos grupos preferenciais anteriores aos nossos, temos: os países que já são candidatos à adesões, países-membros da Associação Européia de Livre Comércio, Estados Unidos, Canadá, Japão (para estes três só estariam reguladas as relações comerciais via GATT), Turquia, Chipre e Malta, os 66 países da ACP (África, Caribe e Pacífico), Norte da África e Golfo Pérsico, países em desenvolvimento que gozam do Sistema

Soma-se a isso uma mudança estrutural na pauta de importação da CE. Se na época da sua criação 76% da pauta de importação da Comunidade eram produtos primários, em 1984 esta participação estava reduzida a 47% (apesar do forte aumento do peso do petróleo). Isso pode servir como uma previsão desfavorável à América Latina com relação às suas exportações de produtos primários, mas ainda com um efeito incerto sobre os produtos industrializados.

No que diz respeito a favorecimento da América Latina pela CE espera-se que um grande propulsor dos acordos entre a América Latina e a Comunidade Européia seja a entrada de Portugal e Espanha na Comunidade. Estes dois países, responsáveis por nosso histórico colonial hoje passam a ser nossos interlocutores e, esperamos, que possam conseguir acordos especiais para suas ex-colônias como os conseguidos pela França⁶³.

Até o momento, a ajuda recebida está mais na retórica do que na prática, pois pouco se viu em termos de um

Geral de Preferências (SGP), como o Brasil e os países que vieram de uma economia planificada.

Estes últimos, mais especificamente o Leste Europeu, tornaram-se, com a queda do Muro de Berlim, foco de atenções da Comunidade Européia, priorizando-se uma grande rede de acordos com estes países e discutindo reduções de barreiras, apoio financeiro e tecnológico. Com isso a Comunidade Européia (CE) deixou a América Latina em último plano.

⁶³ Nas Convenções de Lomé (foi realizada a IV) estabeleceram condições que beneficiariam países da África, Caribe e Pacífico, somando 66 países ligados historicamente a países-membros da Comunidade Européia. Normalmente são ex-colônias que recebem tarifas preferenciais e acesso facilitado para seus produtos industriais e agrícolas (café, cacau) e ainda recebem assistência da Comunidade para o desenvolvimento. Somam 470 milhões de habitantes.

incremento no comércio, nos investimentos ou na cooperação. Sabe-se que Portugal e Espanha não possuem o mesmo poder que a França no sentido de defender suas ex-colônias,⁶⁴ mas espera-se que estas relações favoreçam a América Latina e suas integrações e se transformem inclusive em estímulos à entrada de investimentos como também a uma retomada da credibilidade da região.

Quanto a isso, Portugal, por exemplo, intermediou encontros entre o Mercosul e a Comunidade Européia. A partir do encontro de Roma, em 1990, a Comunidade Européia estabeleceu um diálogo constante com três reuniões em nível ministerial por ano com o Mercosul. Estas reuniões ainda se encontram na fase de colocação dos problemas e não de negociação.

Passamos a seguir a analisar o surgimento do Mercosul, a despeito das críticas ao alcance limitado das integrações Sul-Sul⁶⁵, e inserindo-o neste contexto internacional.

64 A média ponderada das tarifas aplicadas pela Comunidade Européia para produtos da América Latina é de 2,6%, enquanto para a África é de 0,2%. No caso das barreiras não-tarifárias elas incidem sobre 27,7% dos produtos latino-americanos exportados, enquanto só atingem 10,4% das exportações africanas.

65 Junto com o regionalismo voltam a surgir, no final dos anos 80 e início dos anos 90, teóricos que desencorajam as tentativas integracionistas Sul-Sul (América Latina e África), como por exemplo Max Corden, da School of Advanced International Studies:

"The plain fact is that such free trade areas (or preferential areas) would not make a great deal of difference, and have not in the past.

...It is far better for Argentina to go for the world market -i.e., to liberalize unilaterally and in a nondiscriminatory fashion, as she has been doing- than just

5. As etapas de implantação do Mercosul

É bom ter em mente que a razão para a integração mudou drasticamente do seu início para cá. Se nos idos anos 70 ela era uma forma de proteção contra os países estrangeiros, hoje ela passa a ser o meio de se inserir no comércio internacional juntamente com aqueles países estrangeiros.

Assim é que em 1985 os presidentes da Argentina e do Brasil iniciam mais um processo de integração que acabaria desembocando no Mercosul.

5.1. Integração Brasil-Argentina

É através da Ata de Iguazu, assinada em novembro de 1985 pelos presidente José Sarney (Brasil) e Raul Alfonsín (Argentina) que foi iniciado o Programa de Integração e Cooperação Econômica Brasil-Argentina (PICE) o qual só teve início de fato em julho de 1986.

Assim, a partir de 1986, apesar das diversas experiências de integração na América Latina, ou experiências Sul-Sul de integração, não terem alcançado os resultados esperados, Brasil e Argentina iniciam a assinatura de protocolos de colaboração comercial.

to go for the Brazilian market. Brazil has the largest economy in the Third World, and yet it is smaller than Canada's (as measured by the dollar value of GDP). And this applies even more to Brazil." In DE MELO, Jaime, PARANAGARIYA, Arvind. The new regionalism in trade policy. World Bank, Washington, D.C., 1992.

Já em novembro de 1988 surgiu o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento (com 24 protocolos; vide Anexo 3) que tinha como meta a formação de um espaço econômico comum num prazo de dez anos, a eliminação (total) dos obstáculos alfandegários e não-alfandegários e a gradual liberalização do comércio bilateral com uma tarifa externa comum. Neste tratado havia, também, a idéia de complementação dinâmica de setores específicos da economia como núcleo de um processo gradual de formação de um mercado comum. Tudo isso com base nos princípios de *gradualismo, flexibilidade, equilíbrio e simetria*.⁶⁶

É através da Ata de Buenos Aires assinada pelos presidentes Fernando Collor (Brasil) e Carlos Menem (Argentina) em julho de 1990, que se fez o Acordo de Complementação Econômica. Este antecipou o prazo de efetivação do Mercado Comum para 31 de dezembro de 1994, regulou as relações econômico-comerciais dos dois países no período transitório 1991-1994 e estabeleceu a meta de um mercado comum bilateral com a livre circulação de bens, serviços e fatores de produção.

"Esta reorientação (...) empreendida por estes dois governos conduziu a alterações importantes na agenda de negociações entre o Brasil e a Argentina: o processo de integração bilateral foi ampliado e acelerado, ao mesmo tempo em que ambos os países passaram a implementar

66 I - Objetivos e Princípios, Artigo 2 - Tratado de Integração Brasil e Argentina.

políticas gerais de liberalização comercial, de caráter unilateral."⁶⁷

Mesmo havendo um certo grau de similaridade entre estes dois países no que diz respeito à tecnologia e nas potencialidades de recursos naturais, levando-nos a crer que não haveria grandes vantagens comparativas, ainda assim, existia um potencial de complementaridade, observando-se certos benefícios através do aproveitamento de economias de escala.

Como primeiro resultado de uma diminuição de barreiras comerciais conseguiu-se a diminuição do custo de produção.

De início a Argentina foi a mais beneficiada por essa integração bilateral, vendo suas exportações para o Brasil dobrarem, e o Brasil passou a ser seu maior parceiro comercial, deixando os Estados Unidos para trás. Isso resultou em enormes saldos comerciais com o Brasil (US\$ 586 milhões em 1989 e US\$ 600 milhões em 1990). O que é de se espantar é que 50% desses produtos exportados eram manufaturados industriais.

O comércio intra-regional aumentou cerca de 12% ao ano desde a metade dos anos 80, chegando a US\$ 1,8 bilhão em 1989 e US\$ 2,0 bilhões em 1990.

Pontos favoráveis a essa integração estão na flexibilidade das negociações que foram feitas no sentido de

67 SAMPAIO, Fernando. Mercosul - desempenho e perspectivas. In: Fator S.A. Corretora de Valores e Câmbio/Departamento de Análise. **Fator - Caderno de Mercado de Capitais**. São Paulo: Fator S.A., fev. 1993. Ano 1, n. 10, p. 6-9.

uma real complementação de diversos setores industriais dos dois países. A idéia é de que as estruturas produtivas dos dois países juntas e complementares se tornariam competitivas no mercado internacional.

Uma iniciativa do programa é o fato de haver um programa de desgravação tarifária linear e automática, assim como uma redução direta de 40% dos níveis vigentes para países terceiros e uma redução nas listas de exceções até o seu completo desaparecimento em 31/12/94. Cabe ressaltar o fato de que todas essas medidas devem ser seguidas com cautela sobre os efeitos que podem causar no bem-estar da população da região.

Com a intensificação do processo integracionista, o Paraguai e o Uruguai são convidados a juntar-se ao Brasil e à Argentina.

5.2. Tratado do Mercosul

Em 26 de março de 1991, os presidentes da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai assinam o Tratado de Assunção, já ratificado pelos respectivos Congressos, com a meta de até 31/12/94 constituírem um Mercado Comum entre as Partes Contratantes, com livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, tarifa externa comum, política comercial comum em relação países ou grupo de países não-membros, tarifa zero intra-região e harmonização de políticas macroeconômicas e setoriais.

Acreditando que o mercado internacional se rege hoje por regras marcadas e é regionalizado o Tratado de Assunção, criando o Mercosul (Mercado Comum do Sul), incorporou o Paraguai e o Uruguai à integração Brasil-Argentina no sentido de não ficar isolado economicamente.

O Mercosul, apesar de não sofrer interferência direta da ALADI como entidade, encontra-se "sob o 'guarda-chuva' institucional do Tratado de Montevideu."⁶⁸

O Mercosul é apenas do início de um processo que objetiva propiciar, através da integração, melhores condições de desenvolvimento aos quatro países do Cone Sul, pelo melhor aproveitamento de suas potencialidades, através do intercâmbio. Cenário novo também pode ser visto em relação aos diferentes setores da sociedade, que, se ainda não se envolveram diretamente com o projeto, pelo menos se encontram favoráveis a ele.

Os maiores defensores das integrações são as diplomacias dos diferentes países, antes mesmo dos governos. A política externa brasileira junto com uma ação diplomática tem conseguido engajar diferentes setores da economia nesta proposta integracionista na década de 90, convencendo os governos da necessidade de órgãos supranacionais ou pelo menos desnacionalizados.

Fator importante para o sucesso foi a redução das pressões nacionalistas no âmbito do próprio Estado,

68 BARBOSA, Rubens Antonio. *América Latina em Perspectiva: A integração regional da retórica à realidade*. São Paulo: Aduaneiras, 1991, p. 68.

permitindo uma maior abertura para a integração na América Latina.

A maioria dos setores empresariais se mostram favorável, a ponto de auxiliar até mesmo numa reforma do setor tarifário.

A imprensa, assim como grandes formadores de opinião junto à população consciente deste processo, como intelectuais e acadêmicos, encontram-se a favor do Mercosul.

O Tratado de Assunção possui os mesmos objetivos integracionistas do Tratado de Roma (que cria a Comunidade Econômica Européia), porém este não comporta nenhum procedimento do tipo comunitário, nem prevê órgãos supranacionais. O Tratado assume todos os acordos positivos que foram implementados pelo Acordo de Complementação Econômica que uniu Brasil e Argentina.

O Mercosul é uma estrutura em transição de uma União Aduaneira para chegar a um Mercado Comum do tipo simplificado.

O Tratado de Assunção deixa em aberto novas adesões desde que aprovadas pelos países-membros da ALADI.⁶⁹

Como instrumento apresenta-se um cronograma para a liberalização comercial, que prevê reduções tarifárias progressivas, generalizadas, lineares e automáticas junto com a eliminação total (tarifa de importação zero em

69 Artigo 20 do Tratado de Assunção.

31/12/94) de restrições não-tarifárias sobre o universo de produtos tarifáveis.⁷⁰

Esse cronograma, iniciado com o tratado bilateral entre o Brasil e a Argentina e depois ampliado para os outros países do Mercosul, previa uma redução inicial das tarifas de importação de 47% em 1991, e a "ampliação semestral do percentual de desgravação para 54%, no final de 1991; 61%, em 30/06/92; 68%, em 31/12/92; 75% em 30/06/93; 82%, em 31/12/93; 89%, em 30/06/94; e, por fim, 100%, em 31/12/94. Chegando-se à tarifa zero entre os países do Mercosul, seriam estabelecidas tarifas comuns em relação aos demais países para eliminar problemas de lucros através das importações triangulares."⁷¹

As listas de exceções, que incluem uma série de produtos, também devem ser eliminadas gradativamente. Este prazo para o Paraguai e Uruguai será estendido até 31 de dezembro de 1995.⁷² Estudiosos do Mercosul discutem esta data para a entrada em vigor do Mercosul por não acreditarem que haverá tempo hábil para haver uma harmonização das diferentes políticas, como é o caso das legislações.

70 Artigo 5 e no Anexo I, Artigo Terceiro do Tratado de Assunção encontram-se as datas e percentual de desgravação e na Mercosul - desempenho e perspectivas. SAMPAIO, Fernando. Mercosul - desempenho e perspectivas. In: Fator S.A. Corretora de Valores e Câmbio/Departamento de Análise. Fator - Caderno de Mercado de Capitais. São Paulo: Fator S.A., fev. 1993. Ano 1, n. 10, p. 7.

71 SAMPAIO, Fernando. Mercosul - desempenho e perspectivas. In: Fator S.A. Corretora de Valores e Câmbio/Departamento de Análise. Fator - Caderno de Mercado de Capitais. São Paulo: Fator S.A., fev. 1993. Ano 1, n. 10, p. 7.

72 Anexo I, Artigo 7 - Tratado de Assunção.

No tocante à soberania, os governos estão em parte aptos a aceitar decisões de política econômica tomadas no sentido de atender às prioridades comuns. O fato é que organismos desnacionalizados são necessários. Isso não significa, porém, que o número de representantes de cada país deva ser igual. Deve haver uma representação com peso segundo os habitantes ou a participação no comércio da região.

A seguir descreveremos a estrutura do Mercosul.

5.2.1. Estrutura do Mercosul

Os órgãos que estarão encarregados da execução do Tratado de Assunção, portanto, do Mercosul são o Conselho do Mercado Comum e o Grupo Mercado Comum.

a) Conselho do Mercado Comum (Artigos 10, 11, 12)

Este é o órgão superior do Mercosul e a ele cabem a condução política do mesmo e a tomada de decisões para se atingirem os objetivos estabelecidos. Seus representantes são os ministros das Relações Exteriores e da Economia dos países-membros que se revearão na presidência a cada seis meses.

b) Grupo Mercado Comum (Artigo 13)

Este é o órgão executivo do Mercosul, germe da futura Secretaria Geral, que será integrado por quatro membros titulares, e quatro membros indicados, designados por cada país, representando o Ministério das Relações Exteriores, o

Ministério da Economia e seus equivalentes nas áreas de indústria, comércio exterior e coordenação econômica e do Banco Central, e que farão cumprir as decisões do Conselho.

O Grupo Mercado Comum é dividido em onze subgrupos.⁷³

No subgrupo de normas técnica existem nove comissões relacionadas a: alimentos, indústria automobilística, produtos para a saúde, metrologia legal, metrologia científica industrial, telecomunicações, qualidade industrial, normalização e comitê Mercosul de normalização.

É importante ficar de alerta na tomada de medidas por consenso, significando que todos os países possuem o mesmo peso. Se por um lado dar maiores poderes a determinados países pode ter o risco de torná-los hegemônicos, por outro lado o Brasil é o detentor do maior mercado (maior que os três mercados juntos), com uma economia industrial desenvolvida e com uma população muito maior, mesmo que aquém do nível de consumo desejado. Portanto, decisões eqüitativas não representariam o mercado mas apenas os governos. Por exemplo, facilmente neste processo Argentina, Paraguai e Uruguai defenderão propostas que venham a

73 Assuntos Comerciais (tratará do certificado de origem, do imposto de importação com taxa zero, tarifas, restrições não-tarifárias, drawback, regras de origem, tarifa externa comum, normas e procedimentos cambiais, compras do Estado); Assuntos Aduaneiros; Normas Técnicas (normas técnicas e harmonização de normas de metrologia); Política Fiscal e Monetária relacionada com o comércio; Transporte Terrestre; Transporte Marítimo; Política industrial e tecnológica; Política agrícola (medidas fitossanitárias); Política energética; Coordenação de políticas macroeconômicas. In BARBOSA, Rubens Antonio. *América Latina em Perspectiva: A Integração Regional da retórica à realidade*. São Paulo: Aduaneiras, 1991, p. 105.

favorecer suas exportações em detrimento do Brasil. Sem peso, o Brasil é voto perdido por exemplo na implantação e fiscalização de regras de origem, as quais, apesar de serem bem definidas no Tratado de Assunção (Anexo 4), não têm sido postas em prática.

Uma sugestão seria seguir o modelo da Comunidade Européia onde as decisões são tomadas pela maioria dos países, mas algumas são ponderadas pelo tamanho da população.

Outra preocupação é a questão da soberania nacional. "No caso do Mercosul, o Tratado de Assunção nada dispõe a respeito. Fiel ao individualismo que caracteriza as relações entre os países latino-americanos e impregnado da noção exclusivista de soberania nacional que ainda domina a diplomacia do continente, o Tratado não outorga o exercício de nenhuma fração dos direitos de soberania dos Estados Partes aos órgãos por ele instituídos."⁷⁴

À primeira vista, com o problema de que os países latino-americanos possuem certa resistência à perda de soberania, temos que estas "constatações poderiam levar a que se concluísse que os governos dos quatro países não têm real intenção de promover uma integração profunda de suas economias, pois deixaram de prever os meios necessários para tanto. Contudo, a evolução dos acontecimentos nos últimos

74 FARIA, José Ângelo Estrella. *O Mercosul: Princípios, Finalidade e Alcance do Tratado de Assunção*. Brasília : Ministério das Relações Exteriores/Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior/ Núcleo de Assessoramento Técnico (MRE/SGIE/NAT), 1993, p. 72.

dois anos tem contrariado a opinião inicial dos mais céticos."⁷⁵

5.2.2. Assimetria entre os países

Devido às disparidades sociais entre os países do Mercosul este deve ter com base de suas ações uma responsabilidade social, elevando as condições dos países-membros ao nível do melhor país do bloco. Porém, na união de quatro países em desenvolvimento esta tentativa pode se tornar sem sentido, pois, assim como em toda América Latina, nos países do Mercosul esta discrepância também existe dentro do próprio país.⁷⁶

A existência de assimetrias entre os países, pode ser vista pelos desequilíbrios entre as economias dos Estados Partes, que apesar de serem apenas quatro países, são muito heterogêneos, a começar por diferentes tipos de colonização, diferentes estruturas sociais, desequilíbrios econômicos, culturais, educação etc. (vide tabela 14).

Outros dados também comprovam os contrastes dentro da região como os da Tabela 23 e 24. A economia brasileira gerou, em 1990, Produto Interno Bruto (PIB) quatro vezes maior do que a soma dos PIBs das outras três nações.

75 FARIA, José Ângelo Estrella. *O Mercosul: Princípios, Finalidade e Alcance do Tratado de Assunção*. Brasília : Ministério das Relações Exteriores/Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior/ Núcleo de Assessoramento Técnico (MRE/SGIE/NAT), 1993, p. 73.

76 Os processos de integração na Europa pressupõem também uma harmonização do grau de desenvolvimento social.

Em contrapartida, o Uruguai foi o país que teve melhor desempenho em 1992 no que se refere ao Produto Interno Bruto (PIB), com crescimento de 7,7%.

Mesmo sendo o Paraguai a economia mais fraca da região, ainda assim consegue apresentar um bom índice de inflação em 1992, 17,8%, um crescimento do PIB de 1,7% e do setor de serviços de 5%.

A Argentina por sua vez é o único país que tem incrementado suas exportações com todos os países do Mercosul de 1988 a 1992 (vide tabela 18).

Apesar de as economias dos países do Mercosul serem mais abertas do que a do Brasil, este último exportou duas vezes mais do que a soma dos outros países. Quanto às importações, as do Brasil atingiram um valor maior do que as dos outros países.

Outro fato relevante é que o peso das exportações de produtos industriais brasileiros é muito maior do que nos outros três países, e do lado das importações o peso dos produtos industriais nas pautas de importação da Argentina, Paraguai e Uruguai é bem maior do que na pauta brasileira. (vide tabela 23).

É preciso ter claro que o Mercosul representa apenas 1,33% do comércio mundial (US\$ 45,9 bilhões em US\$ 3.441,7 bilhões em 1991; vide tabela 2), ou seja, no que diz respeito ao comércio internacional este bloco ainda é quase que desprezível.

Continuando a análise, veremos que para os demais membros do Mercosul, o Brasil significa a ampliação em muitas vezes de seus mercados. Para o Brasil o Mercosul representa apenas 1,5 vez o seu mercado; já para a Argentina o Mercosul representa 8 vezes o seu mercado, enquanto para o Uruguai são 65 vezes e para o Paraguai são 75 vezes.

Para que o Mercosul também tenha reflexos positivos para o Brasil, os outros países-membros devem se esforçar para aumentar suas ofertas de produtos exportáveis e a sua demanda de produtos brasileiros. É preciso que seus governos invistam nestas áreas e que haja uma convergência no sentido de fazerem políticas de investimentos setoriais direcionadas e combinadas.

O Mercosul é fundamental para Paraguai e Uruguai, que pretendem que 50% dos seus produtos sejam consumidos no Brasil. Neste sentido, como a profa. Vera Thorstensen tem ressaltado, é preciso ser rígido na questão das regras de origem durante o período de transição de uma zona de livre comércio para uma união aduaneira, pois sem elas o Uruguai e o Paraguai, que possuem tarifas de importação menores, poderão importar produtos e simplesmente revendê-los no Brasil.

Não se pode mais observar o processo integracionista do Mercosul como apenas um relacionamento econômico-comercial entre os Estados-membros. O sucesso do processo integracionista pressupõe uma unificação de políticas públicas e uma harmonização do ambiente econômico. Neste

sentido, diferença entre as taxas de inflação dos países-membros ou disparidade na política cambial causam problemas no comércio intra-regional, como por exemplo fluxos instáveis e a incerteza de uma reestruturação das indústrias nacionais.

Além do combate à inflação, a região tem que investir em conjunto no desenvolvimento tecnológico para modernizar seus produtos e torná-los competitivos internacionalmente.

Os países do Mercosul têm intensificado sua abertura comercial, sendo que Argentina, Paraguai e Uruguai possuem suas economias muito mais abertas do que o Brasil, o que pode se tornar um risco para o Brasil devido à possibilidade de triangulação de produtos estrangeiros que entrariam no Brasil via outros países do Mercosul que possuem uma tarifa de importação menor.

5.2.2.1. Redução de Tarifas e a questão das regras de origem

A redução das tarifas de importação para os países do Mercosul ainda está em discussão: 85% dos produtos encontram-se com tarifas de 0% a 15%; e os 15% restantes têm tarifas de 15% a 35%.

Ainda existe uma série de grupos de produtos que constam da lista brasileira de exceções, como por exemplo: informática, automobilística, química fina e área agrícola. Estas listas de exceções causam problemas que devem prorrogar a definição de uma tarifa única para 2001.

No caso, por exemplo, da informática, a Argentina não aceita que a tarifa externa seja de 35%, pretendendo uma tarifa 0. Por outro lado, o Brasil, que aos poucos vem reduzindo sua reserva de mercado, quer os 35%. Em julho de 1993, a tarifa média de importação dos nossos parceiros estava em torno de 14,2%. Estes problemas só serão minorados em 2001 quando o Mercosul se transformar em uma União Aduaneira com tarifa externa única.

Neste período intermediário entre Zona de Livre Comércio e União Aduaneira as regras de origem se tornaram uma das maiores preocupações para a região, em especial para o Brasil, visto que todos os países do Mercosul são mais abertos, com tarifas de importação menores do que as do Brasil.

A Regra de Origem, portanto, é necessária no sentido de evitar a chamada triangulação, ou seja, controlar a entrada de produtos estrangeiros, ou produtos produzidos nos Estados-membros com componentes estrangeiros e depois revendidos em países onde as tarifas aduaneiras para países terceiros seja maior. Será preciso rigor na determinação e execução dessas regras ou implantarem uma tarifa externa única.

Para se eliminar o descaso na execução das regras de origem deveria ser criado pelos órgãos responsáveis do Mercosul um Grupo de Certificação para cada grupo de produtos. Este seria o responsável pela averiguação dos componentes que compoem cada produto e seu país de origem, e

assim emitir os certificados de origem que devem ter um prazo limite de, por exemplo, 180 dias, como sugerido no Capítulo II, Artigo Décimo Terceiro do Tratado de Assunção.

O que vem ocorrendo é que já existem regras de origem para alguns setores, mas estas precisam ser ampliadas para os demais setores e ser mais específicas produto a produto. Para isso governo e, principalmente, membros do setor em questão e usuários devem se envolver para estabelecer os critérios de determinação de origem.

Conscientes de que o Brasil é centro desses problemas e, ainda, o principal país, economicamente falando, dentro do Mercosul, faremos a seguir algumas observações sobre o Brasil relacionado com o Mercosul, com a América Latina e dentro do contexto do mundo em blocos.

5.2.3. O Brasil no contexto do Mercosul, da América Latina e do mundo em blocos

Analisaremos, primeiramente o Brasil frente aos outros países do Mercosul, com especial atenção para as pautas de importação e exportação.

5.2.3.1. O Brasil dentro do Mercosul

Como mencionado anteriormente, os governos devem fazer investimentos setoriais combinados e nesse sentido o Brasil também pode se favorecer, constituindo associações com empresas dos outros países, joint-ventures, participações

acionárias entre as empresas brasileiras e as dos outros países-membros onde deveriam se instalar, e conseguindo com isso novos mercados.

Quanto à questão da abertura, ela pode ser vista principalmente no âmbito da economia argentina. Se observarmos a estrutura da pauta de importações dos países do Mercosul veremos que em 1990 a Argentina era o país que recebia maior volume de importação de produtos provenientes dos países desenvolvidos, seguida pelo Brasil, com 58,9% e 54,8% respectivamente. A análise revela também a maior importância do Mercosul para o Paraguai, Uruguai e Argentina em relação ao Brasil. Em relação a este último somente 5,6% das importações se originam no Mercosul, enquanto para a Argentina este percentual é de 21,5% no ano de 1990 (vide tabela 15).

Observando a estrutura da pauta de exportação por destino dos países do Mercosul, ressalta-se a relativa perda de importância do mercado dos países industrializados para o Uruguai e Paraguai e, em menor grau, para a Argentina. Enquanto em 1990 os mercados dos países industrializados respondiam por 67,8% do destino das exportações brasileiras, este percentual era de 49,6% para Argentina, 37,7% para o Paraguai e 36,8% para o Uruguai. Percebe-se, porém, que estes três países elevaram suas participações nas exportações para o Mercosul. Ao contrário, o Brasil apresenta uma queda da participação de suas exportações destinadas ao Mercosul, que passa de 5,9% para 3,9%.

5.2.3.2. O Brasil dentro da América do Sul e Latina

O desempenho do Brasil, desde 1990, vem revertendo um quadro de estagnação quanto às exportações para a América do Sul, que subiram de US\$ 2,688 bilhões em 1990 para US\$ 6,517 bilhões em 1992. Em porcentagem, a participação das exportações brasileiras no bloco da América do Sul aumentou de 8,6% para 18% (vide tabelas 36 e 37).

É interessante destacar que dessas exportações apenas 4,3% do total de produtos básicos se dirigiram a América do Sul, enquanto 22,7% dos produtos industrializados, 27,2% dos produtos manufaturados e 6,3% dos produtos semimanufaturados também foram para esta região (vide tabelas 38, 39, 40 e 41).

Do lado das importações brasileiras provenientes da América do Sul, temos que desde 1988 elas voltaram a evoluir atingindo US\$ 3.237,9 milhões, mas pode-se perceber que a maior parte destas é proveniente do Mercosul, US\$ 2.214,5 milhões (vide tabelas 31.1, 31.2, 32 e 33).

Entre os principais parceiros do Brasil na América Latina, observamos que nos anos 80 40% a 50% das transações foram realizadas com as economias do Mercosul, sendo o maior parceiro a Argentina (28%), seguida por Chile (13,4%), México (9,6%), Paraguai (9,6%), Uruguai (12,2%), o restante (27,2%) ficando com os outros países, (vide tabela 31.1, 31.2 e 34).

5.2.3.3. O Brasil no contexto do mundo em blocos

Observando o valor das exportações brasileiras para o mundo temos que o Espaço Econômico Europeu (EEE) é o maior parceiro econômico do Brasil, já que recebe a maior parte delas, US\$ 11,2 bilhões (30,8%) em 1992, de um total de US\$ 36,2 bilhões. Dentro do EEE a Comunidade Européia se destaca com 29,6% das exportações ou US\$ 10,7 bilhões. O NAFTA é o segundo maior parceiro do Brasil, com US\$ 8,5 bilhões, ou 23,5% das nossas exportações. Sem dúvida o nosso maior parceiro comercial no NAFTA é os Estados Unidos que recebeu US\$ 7,0 bilhões (19,3% das exportações).

O terceiro maior parceiro do Brasil é a América do Sul, para onde o Brasil exportou US\$ 5,3 bilhões ou 14,7% das exportações. Nesta região, o principal receptor das exportações brasileiras foi o Mercosul, que recebeu US\$ 4,7 bilhões (13,0% das exportações).

Por último encontra-se o Bloco Asiático para onde o Brasil exportou US\$ 5,3 bilhões (14,7% das exportações). É interessante ressaltar que apesar dos valores em US\$ estarem crescendo, a participação das exportações brasileiras para o Espaço Econômico Europeu, a Comunidade Européia e o NAFTA em relação ao total destas tem tido uma tendência decrescente (vide tabelas 41 e 42).

Passaremos a seguir a resumir as dificuldades e algumas perspectivas para a América Latina e o Mercosul.

6. Análises das dificuldades e perspectivas para a América Latina e o Mercosul neste contexto do mundo em blocos

A partir dos dados analisados acima, é difícil dimensionar o quanto do acréscimo do comércio regional foi causado pela integração econômica, mas é certo que o Mercosul tem intensificado o comércio intra-regional.

A América Latina, novamente, se organiza internamente com suas diferentes integrações como forma de se inserir competitivamente na economia mundial. Uma das grandes dificuldades da região, nesse sentido, é a retomada do seu crescimento para voltar a ter suas taxas históricas de desenvolvimento. Outro fator fundamental é tornar acessível aos países latino-americanos a tecnologia vigente, pois sem ela não se consegue uma transformação produtiva, fator essencial para ser competitivo no mercado internacional.

O endividamento externo é um dos grandes culpados pelo não-inserção no processo integracionista, pois os países ficam limitados, apenas atendendo às exigências de seus credores, e suas políticas de exportação voltam-se para o cumprimento dessas obrigações.

Segundo Rubens Antônio Barbosa uma das perguntas essenciais que deve ser posta para a América Latina é: "Será possível compatibilizar uma abertura generalizada para a economia internacional com o aprofundamento da integração regional?"

Os países latino-americanos parecem haver optado por levar adiante, conjuntamente, os dois processos. Nesse caso, um elemento de suma importância será a adequação das políticas de abertura com as políticas de integração."⁷⁷ A abertura para o mundo, importante para o aumento da competitividade, a modernização e a atração de investimentos externos devem ser programadas e devem efetuar-se dentro de limites que permitam a preservação de uma margem de preferência em favor dos países-membros da zona de integração, de modo a assegurar o acesso dos produtos regionais aos mercados integrados.

Neste rol de dificuldades, é preciso lembrar que por mais que a América Latina cresça, com 400 milhões de pessoas e com um PIB de US\$ 891.266 milhões em 1991, o nosso comércio com o mundo não ultrapassa os 4% do comércio mundial (vide tabelas 1 e 2).

É interessante que a América Latina, com todas as suas experiências de integração e em especial o Mercosul, crie uma nova cultura nos seus habitantes, a "cultura política de integração", e com isso este processo vá além da integração comercial e chegue a acordos de complementação econômica, harmonização de políticas econômicas e sociais.

Uma nova ótica surge neste novo processo de integrações que difere do ocorrido nas décadas de 50/60.

77 BARBOSA, Rubens Antonio. *América Latina em Perspectiva: A integração regional da retórica à realidade*. São Paulo: Aduaneiras, 1991, p.73.

Naquela época integrações econômicas aconteciam entre países em desenvolvimento ou entre países desenvolvidos e próximos geograficamente. No atual cenário do mundo em blocos incluem-se Zonas de livre Comércio entre países desenvolvidos e em desenvolvimento e não obrigatoriamente vizinhos.

A condição para a entrada de países em desenvolvimento em blocos econômicos com países desenvolvidos é a reforma doméstica daqueles países, estabilizando suas economias.

Outro fato novo das integrações latino-americanas, diferenciando-as das tentativas anteriores é a convergência dos objetivos dos diferentes países neste processo. Assim, podemos ver harmonizações de políticas de comércio exterior, de projetos de industrialização, de políticas macroeconômicas, eliminação das restrições não-tarifárias, tudo isso num processo mais dinâmico, onde as negociações passam por todos os setores da sociedade.

Os detentores da coordenação das políticas internas precisam trabalhar no mesmo sentido do discurso integracionista, como vem sendo feito pelos setores diplomáticos, apenas se valendo dos instrumentos de proteção ou dando subsídios em casos de projetos especiais de desenvolvimento do país.

Não imaginemos, porém, que isso é tudo para que a América Latina, com seus países em desenvolvimento, saia da sua tendência à marginalização política, da sua falta de espaço no comércio internacional, da sua falta de

capitalização dos investimentos estrangeiros, apenas por fazer parte de um bloco econômico como o das Américas.

É preciso que a América Latina seja cautelosa quanto a sua entrada em algum bloco se isto implicar o impedimento de acordos bilaterais. Para a América Latina é importante não fechar o seu mercado só para as Américas, mas manter relações comerciais com o Espaço Econômico Europeu e a Ásia.

Países desenvolvidos devem pressionar suas indústrias e suas instituições a se instalarem nos países em desenvolvimento pertencentes às Zonas de Livre Comércio. Porém, estes países atraentes devem também reformular seu sistema educacional, para a formação de uma mão-de-obra especializada que atraia o novo investidor. É preciso, também, ter políticas de modernização da economia de longo prazo para a atração de investimentos estrangeiros também de longo prazo.

Pode-se concluir que o grau de integração entre os países desenvolvidos tende a aumentar enquanto os países em desenvolvimento mantêm o seu grau de dependência dos industrializados.

IV - CONCLUSÃO

A partir dos conceitos, estratégias, evolução cronológica e análises políticas e teóricas ligadas à integração, passamos às principais constatações desta dissertação.

Da análise das teorias sobre o processo de integração da América Latina constata-se que as principais falhas estão relacionadas à falta de harmonização das políticas macroeconômicas, à dificuldade de se unir países em desenvolvimento, a governos autoritários que não têm permitido a existência de órgãos supranacionais e à não-divisão eqüitativa entre os países-membros dos benefícios obtidos pela integração.

Devido à complexidade do quadro formado pelos problemas acima citados é que optamos por sugerir um processo cauteloso de abertura, onde no mínimo estariam envolvidas as seguintes diretrizes: a) harmonização das políticas macroeconômicas, b) cuidados com fatores conjunturais externos, c) intensificação dos acordos bilaterais, d) expansão do comércio para novas áreas, e) colaboração tecnológica com troca de *know how* e controle de qualidade e abertura gradual e programada.

Detalhando cada um desses aspectos:

a) Harmonização das políticas macroeconômicas

É preciso haver disposição dos países-membros dos blocos regionais em harmonizar suas políticas

macroeconômicas, entre elas as políticas tributária e cambial.

Uma reforma tributária e fiscal precisa levar em conta as estruturas tributárias dos outros países-membros, bem como o papel do Estado e suas formas de financiamento.

É preciso buscar, na medida do possível, uma harmonização da política cambial da região, visando evitar grandes distorções de preços relativos entre os países-membros. Como a instabilidade do câmbio dificulta a tomada de decisões de investimento, uma gestão adequada da política cambial é essencial para o processo de reestruturação e modernização industrial. Vale destacar ainda a necessidade de compatibilizar as políticas industriais de forma a evitar que uma abertura precipitada desestruture a indústria doméstica.

b) Cuidados com fatores conjunturais externos

A América Latina como um todo deve estar atenta aos fatores conjunturais externos, como as variações nos preços do petróleo e, principalmente, a recessão nos países desenvolvidos, que acarreta reduções nas nossas exportações e nos fluxos de investimentos provenientes principalmente desses países para a região.

A taxa de juros internacional também deve receber atenção dos países latino-americanos, pois ela afeta o nosso endividamento e o fluxo de recursos financeiros para a América Latina. Como exemplo, o aumento de taxas de juros

internacionais elevaria o serviço da dívida e causaria um menor fluxo de capitais para a América Latina.

Visto que as taxas de juros na América Latina geralmente são mais altas do que nos países desenvolvidos, se a região assegurasse estabilidade, poderia se tornar atraente para os recursos financeiros internacionais.

O possível fechamento dos blocos também pode trazer dificuldades aos países latino-americanos, principalmente no tocante a restrições a acordos bilaterais.

Enfim , é preciso buscar compatibilizar as reações dos países da região a mudanças negativas (ou positivas) da conjuntura internacional, de forma a que as reações individuais não comprometam o processo de integração regional.

c) Intensificar os acordos bilaterais

Um bloco econômico deve entender o regionalismo como uma forma de se chegar a um multilateralismo comercial, ainda que admitindo-se políticas especiais de proteção vinculadas a projetos de desenvolvimento.

É preciso cuidar para que o regionalismo assegure uma complementação econômica e comercial e que não fragmente o mundo em blocos voltados apenas para o seu comércio intrabloco. Nesse sentido os blocos regionais devem flexibilizar e intensificar a possibilidade de acordos bilaterais baseada na configuração de acordos regionais que mantenham os ganhos para a região como um todo.

Numa região pobre como a América Latina é preciso evitar ao máximo o isolamento, buscando essa flexibilização dos acordos, país a país ou por grupos de países, mas os benefícios devem ser trazidos a todos os países-membros.

É preciso, porém, advertir que na realidade a tendência é oposta. A Argentina, por exemplo, tem se mostrado interessada em participar do NAFTA. Caso isto ocorra, ao contrário de reverter os benefícios adquiridos desses pretendidos acordos preferenciais para os outros três países, o que se imagina é que haveria uma pressão por parte dos Estados Unidos para que a Argentina saísse do Mercosul.

d) Procurar novas áreas para compensar o decréscimo comercial com países do Primeiro Mundo

Os acordos restritivos assinados entre países-membros do NAFTA e da Comunidade Européia mostram que a tendência é a continuação do decréscimo comercial entre os países latino-americanos e estes blocos (vide tabela 42). Soma-se a estes acordos restritivos a atual recessão do Primeiro Mundo. Resta aos países latino-americanos procurar novas saídas, como por exemplo o bloco do Pacífico, que vem mostrando uma evolução no comércio com a região.

Estímulos ao comércio intra-regional latino-americano devem continuar a existir de forma a manter o aumento expressivo que tem sido observado do comércio na região.

e) Colaboração tecnológica, troca de *know how* e controle de qualidade

É preciso haver uma livre circulação das informações com colaboração paralela entre os países latino-americanos que dê acesso aos avanços tecnológicos feitos pelos países-membros. Seriam necessários investimentos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico e garantia de acesso de todos os países a esse *know how* desenvolvido.

Cabe ressaltar a importância do acesso às novas tecnologias, mas também que isso não deve significar a reprodução da composição de oferta dos países industrializados na região latino-americana. Espera-se que a região procure escolher estratégias que permitam o uso de novas tecnologias em setores que viabilizem competitividade no mercado internacional, melhoria das condições domésticas para o crescimento econômico e uma distribuição de renda mais eqüitativa.

Se os países integrados tiverem alta complementaridade de seus produtos, nada melhor do que envolvê-los em conjunto na implementação de projetos que exijam um alto desenvolvimento tecnológico.

O desenvolvimento tecnológico da região deve vir junto com um controle de qualidade dos produtos, uma das prioridades no comércio internacional atual. A região como um todo deveria fazer investimentos neste sentido.

f) Abertura gradual e programada

Como mencionado em todo o trabalho, uma visão de integração cautelosa deve levar em conta a abertura dos mercados, pois ela é importante para nos tornarmos competitivos e inserirmos a América Latina no contexto de um mundo dividido em blocos.

Esta abertura, porém, deve ser gradual e programada, de forma que os setores produtivos participem dos planos de desenvolvimento e estejam conscientes de quais são os interesses da economia regional. Para isto a divulgação e a implantação de políticas industriais de longo prazo seriam favoráveis aos setores produtivos dos países em questão.

Além das diretrizes gerais apontadas acima para a América Latina achamos necessário ressaltar alguns pontos para a viabilização específica do Mercosul.

O Mercosul sofre pela falta de divulgação dos benefícios que pode trazer para os países-membros e seus habitantes. A sociedade como um todo precisa estar a par dos acontecimentos no âmbito da integração regional, e o governo deve difundir sistematicamente junto à população, aos setores empresariais e mesmo nas suas esferas medidas que vêm sendo tomadas nessa direção e os benefícios oriundos da mesma. Caso isso não ocorra a sua execução poderá se frustrar na própria apatia da sociedade, destruindo os possíveis ganhos dessa integração.

Dado que o Mercosul é apenas uma Zona de Livre Comércio e que só se tornará uma União Aduaneira em 2001⁷⁸, é preciso ser rigoroso neste período de transição com respeito à execução das regras de origem para os produtos comercializados, cabendo um papel destacado aos organismos que emitirão a certificação de origem⁷⁹ para grupos de produtos.

Sem essas medidas, corre-se o risco, no período de transição, de que os outros três países se tornem plataformas de montagem de produtos estrangeiros visando entrar no mercado brasileiro.

É preciso entender também a importância de se criarem acordos setoriais para explorar a questão da complementaridade. O Mercosul tem a vantagem de haver iniciado sua integração via acordos setoriais. É preciso utilizar-se disso para aumentar as exportações setoriais e entrar no comércio internacional.

Uma política industrial bem definida complementa esta estratégia para estimular os acordos setoriais e para a criação e intensificação do comércio entre os países.

78 Para se transformar em uma União Aduaneira o Mercosul deverá determinar uma tarifa externa comum, equivalente à menor tarifa vigente na região.

79 A certificação de origem será dada por uma repartição oficial ou entidade de classe com personalidade jurídica credenciada pelo Governo do Estado Parte exportador.

Concluindo, é importante ressaltar que o processo de integração será imoral se não incluir preocupações de caráter social e o objetivo de diminuir as desigualdades entre os países e grupos sociais. Partindo do pressuposto de que os países da América Latina também tenderão a participar de grandes blocos, a preocupação com a cautela está acima de tudo ligada à garantia de que a maioria da população vá efetivamente se beneficiar desse processo de integração.

V - REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

LIVROS

1993

001. CANO, Wilson. **Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional.** Campinas : UNICAMP/FAPESP, 1993, 184 p.
002. FARIA, José Ângelo Estrella. **O Mercosul: Princípios, Finalidade e Alcance do Tratado de Assunção.** Brasília: Ministério das Relações Exteriores. Subsecretaria Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior. Núcleo de Assessoramento Técnico (MRE/SGIE/NAT), 1993, 193 p.
003. THORSTENSEN, Vera. **Comunidade Européia: Líder do Comércio Internacional.** São Paulo: Aduaneiras, 1993, 318 p.

1992

004. DE MELO, Jaime, PANAGARIYA, Arvind. **The New Regionalism in Trade Policy.** Washington : The World Bank, 1992, 27 p.
005. PRESSER, Mario Ferreira. **Abertura Externa e integração regional: O Caso do Mercosul.** In: BATTAGLINI, Elena et al. **Mercosul: Integração na América Latina e relações com a Comunidade Européia.** Editora Cajá/Projeto IRES/DESEP, 1992, 194 p.

006. THORSTENSEN, Vera. **Tudo sobre Comunidade Européia.**
São Paulo : Editora Brasiliense, 1992, 285 p.
1991
- × 007. BARBOSA, Rubens Antonio. **América Latina em
Perspectiva: A Integração Regional da retórica à
realidade.** São Paulo : Aduaneiras, 1991, 247 p.
008. ECO, Humberto. **Como se faz uma tese.** São Paulo:
Editora Perspectiva S.A., 1991, 170 p.
1989
009. HERZOG, Philippe avec DIMICOLI, Yves. **Europe 92:
construire autrement et autre chose.** Paris :
Messidor/Éditions sociales, 1989, 307 p.
1988
010. VENTURINI, Patrick. **Un Espace Social Européen a
L'Horizon 1992.** Luxembourg : CECA/CEE/CEEA,
1988, 116 p.
1987
011. BAUMANN, Renato, LERDA, Juan Carlos. **Brasil -
Argentina - Uruguai: A integração em debate.** São
Paulo: Marco Zero, 1987, 280 p.
1986
012. BALASSA, Bela et al. **Uma Nova Fase de Crescimento para
a América Latina.** Rio de Janeiro : Instituto de
Economia Internacional, 1986.

1970

013. GERSCHENKRON, Alexander. El atraso economico en su perspectiva historica. In: **Atraso Economico y Industrialización**. Barcelona: Ariel, 1970.
Tradução de Economic Backwardness in Historical Perspective: A Book of Essays. New York : Praege, 1962, p. 7-48.
014. LITTE, I. M. D., SCITOVSKY, Tibor, SCOTTY, M. **Industry and trade in some developing countries: a comparative study**. London : Oxford University Press for the Development Centre of the Organization for Economic Cooperation and Development (OECD), 1970.

EVENTOS

1993

015. CRUZ, Maria Célia Meirelles T. Economic Development/Sustainable Development in Argentina. In: UNITED NATIONS FORUM/York University/Faculty of Environment Studies/Centre for Refugee Studies and Bethune College, York University, 5/6 march 1993. **Today's International Relations: Environment, Development and Global Security - Conference '93**. Toronto : United Nations Forum/York University, 1993.

1991

016. WEFFORT, Francisco C. **Democracia e Desenvolvimento Econômico** - texto preliminar para o "First International Meeting of Ngos and UN System Agencies", 6-9 de agosto, Rio de Janeiro, 1991.

1976

017. MACHLUP, Fritz (ed.). **Economic Integration: Worldwide, Regional, Sectorial; Proceeding of the 4th Congress of the Integration Economic Association Held in Budapest, Hungary.** London : MacMillan Press, 1976.

PUBLICAÇÕES SERIADAS

018. PEREIRA, Edgard Antônio e ROMANO, Ricardo. **O Mercosul e as Zonas Francas, Zonas de Processamento de Exportações, Áreas de Livre Comércio e Áreas Aduaneiras Especiais.** Projeto Mercosul, texto para discussão nº 283. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Brasília, dez. 1992, 23 p.

019. SAMPAIO, Fernando. **Mercosul - desempenho e perspectivas.** In: Fator S.A. Corretora de Valores e Câmbio/Departamento de Análise. **Fator - Caderno de Mercado de Capitais.** São Paulo: Fator S.A., fev. 1993. Ano 1, n. 10, p. 6-9.

020. SOUTO-MAIOR, Luis Augusto Pereira. **Dumping e o Mercosul**. Texto para Discussão nº244. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Brasília, fev. 1992, 14 p.
021. VEIGA, Pedro da Motta. **A Evolução do Mercosul no período de transição: Hipóteses alternativas e cenários**. Texto para Discussão nº269. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Brasília, mar. 1992, 45 p..

TRABALHOS

1993

022. CHAPMAN, Anthony. **North American Free Trade Agreement: Rationale and Issues**. Library of Parliament, BP-327E, Toronto, Jan. 1993, 32 p.

SEM DATA

023. PEREIRA, Lia Valls. **Mercosul: Uma resposta aos desafios do novo quadro mundial?**. São Paulo, s.n.t. 41 p. (mimeo - CUT).
024. **IMPACT of trade liberation on the city of Toronto (North American Free Trade Agreement)**. City of Toronto, Department of the City Clerk. Clause embodied in report nº 10 of the Economic Development Committee. Toronto, aug. 1992, 25 p.

PERIÓDICOS

1993

025. CASTAÑEDA, Jorge G. e HEREDIA, Carlos. **O México e o NAFTA: é possível propor outro acordo de livre comércio?** Política Externa, vol. 2 nº1, jun. 1993, p. 70-161

X026. **Integración latinoamericana**, Buenos Aires, v. 18, n. 191, p. 1-89, jul. 1993.

X027. **Integración latinoamericana**, Buenos Aires, v. 18, n. 187, 75 p., mar./abr. 1993.

028. O SHOPPING global. Com a conclusão do mais importante acordo comercial da história, na Suíça, o mundo fica mais rico e os preços devem cair. **Revista Veja**, São Paulo, p. 96-97, 22 dez. de 1993.

1992

029. CARDOSO DE MELLO, João Manuel. Consequências do Neoliberalismo. **Economia e Sociedade** - Revista do Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, nº 1, p. 59-67, ago. 1992 (publicação semestral).

030. FRIEDMAN, Sheldon. **NAFTA as Social Dumping**. Challenge, Sep.-Oct. 1992, p. 27-32.

031. FURTADO, Celso. O Subdesenvolvimento Revisitado. **Economia e Sociedade** - Revista do Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, nº 1, p. 59-67, ago. 1992 (publicação semestral).

032. DORNBUSCH, Rudiger. Los Costos y Benefícios de la Integración Económica Regional. *Integración Latinoamericana*, Buenos Aires, ano 11, nº 113, jun. 1992.

1991

033. PEREIRA, Lia Valls. Breve histórico da criação e evolução do GATT. *Revista do IRB*, Rio de Janeiro, v. 52, n. 257, jul./set. 1991.
034. ----- . Breve histórico da criação e evolução do GATT - Continuação. *Revista do IRB*, Rio de Janeiro, v. 52, n. 258, p. 33-38, out. 1991.

1990

035. BEKERMAN, Marta. La coordinación de las políticas económicas y la integración de América Latina. *Comércio Exterior*, México, v. 40, n. 8, p. 734-738, ago. 1990.
- X 036. PAZOS, Felipe. La integración como via para reactivar la economía latinoamericana. *Integración Latinoamericana*, Buenos Aires, v. 15, n. 153, p. 9-14, enero-febrero de 1990.

1987

037. O GATT faz 40 anos. *Revista CACEX*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1054, p. 3-22, nov. 1987.
038. SISTEMA Geral de Preferências. *Revista CACEX*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1055, p. 5-21, nov. 1987.

1986

039. MALDONADO, Carlos Palacios. Integración económica latinoamericana: los resultados de la balanza comercial intrarregional y la distribución de beneficios. **Integración Latinoamericana**, Buenos Aires, v. 11, n. 113, p. 27-32, jun. 1986.

X 040. STANCANELLI, Néstor. Dinamización del proceso de integración latinoamericana". **Integración Latinoamericana**, Buenos Aires, v. 11, n. 113, jun. 1986.

1980

X 041. BEHAR, Jaime. Una interpretación crítica de la integración Latino-Americana. **Comércio Exterior**, México, v. 30, n. 5, p. 423-432, maio 1980.

1979

042. KAPLAN, Marcos. Crisis de la integración, integración de la crisis. **Comercio Exterior**, México, v. 29, n. 1, p. 45-49, ene. 1979.

043. VAITOSOS, C.V. Crisis en los procesos de integración económica. **El Trimestre Económico**, México, v. 46, n. 181, p. 35-128, jan./mar. 1979.

1977

044. JANKA, Helmut. La "racionalidad de la integración" y la "irracionalidad" de la realidad. **Comercio Exterior**, México, v. 27, n. 7, p. 762-770, jul. 1977.

RELATÓRIOS

1985

045. IPEA/ECLAC Agreement/Institute for Economic and Social Planning/Economic Commission for Latin America and the Caribbean. **Protectionism in the European Community against Brazilian Exports.** Brasília, 1985.

SEM DATA

046. SOUZA, Carlos Alberto Diniz de. **Mercosul: Análise e Perspectivas.** São Paulo : KSP-Foreign Trade, s.n.t. (mimeo).
047. PRASAD, Satendra. **Dependency Theory: A Critical and Historical Overview.** Department of Sociology, University of New Brunswick, 49 p.

JORNAIS

1994

048. O MUNDO em blocos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 04 jan. 1994, p. 2 (editorial).

1993

049. ÁREA de livre comércio são a nova ordem. Países se unem em grupos regionais para encarar nova realidade do mundo dominado pela competição econômica. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 nov. de 1993. p. 21.

050. COMO o acordo afeta o Brasil. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 de dez. de 1993, p. 2-11 (**Caderno Mundo**).
051. ENTENDA o Tratado de Maastricht. *Folha de S. Paulo*, **Caderno Mundo**. São Paulo, 10 nov. 1993, p. 2-7.
052. **GUIA do Poder**. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 dez. de 1993 (Encartes especiais B e C).
053. SACCOMANDI, Humberto. Insatisfação ronda tratado sobre comércio. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 dez. de 1993, p. 2-11 (**Caderno Mundo**).
054. SACCOMANDI, Humberto. CE inicia hoje sua união política: O Tratado de Maastricht entra em vigor para criar os "Estados Unidos da Europa". *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 de nov. 1993. p. 2-7 (**Caderno Mundo**).

DISSERTAÇÃO

- X 055. CARVALHO, Marcelo. **A integração econômica do Brasil e da Argentina**. Os termos do desejável e os limites do possível. São Paulo: Universidade de São Paulo/Faculdade de Economia e Administração, 1991, 314 p. (Dissertação de mestrado).

V - ANEXOS

ANEXO 1: QUADRO E TABELAS

Quadro I
Modelos Teóricos de Integração

Características	Área Tarif. Preferencial	Zona de Livre Comércio	União Aduaneira	Mercado Comum	União Monet. ou Econômica
1. Redução de Tarifas entre os países- membros	x	x	x	x	x
a) Parcial					
b) Total					
2. Tarifas dos países- membros em relação a alguns países do mundo:					
a) Diferenciadas	x	x	x	x	x
3. Tarifas dos países- membros em relação ao resto do mundo					
b) Iguais			x	x	x
4. Livre movimento de fatores entre os países-membros				x	x
5. Moeda comum e Banco Central entre países-membros					x

Fonte: CEPAL.

abela 1
Indicadores Básicos da América Latina

País	PIB 1991 US\$ mi (US\$ 88)	PIB (%)				PIB Per Capita		Taxa cresc. PIB 90-91			Exp. 1991	Imp. 1991	Part.% sobre o total da Am.Latina	
		1981 %	1985 %	1988 %	1991 %	1981 US\$ de	1991 US\$ de	Tot.p/cap			US\$ de 1988		Exp.	Imp.
Argentina	91.534	12,2	11,0	10,0	10,3	3.286	2.798	6,0 4,7	14.172	9.075	9,9	6,8		
Brasil	336.880	36,3	38,2	39,2	37,8	2.252	2.197	1,1 -0,8	36.370	24.628	25,4	18,5		
Paraguai	6.818	0,7	0,7	0,7	0,8	1.575	1.551	2,4 -0,4	1.762	1.762	1,0	1,3		
Uruguai	8.688	1,2	0,9	1,0	1,0	3.093	2.792	1,7 1,2	1.896	1.646	1,3	1,2		
Peru	443.920	50,4	50,8	51,6	49,8	2.440	2.294	2,12 0,28	53.807	37.211	37,6	27,8		
Colômbia	6.822	0,8	0,8	0,7	0,8	1.112	907	4,5 1,7	891	1.099	0,6	0,8		
Chile	13.720	1,5	1,5	1,5	1,5	1.384	1.264	2,9 0,4	2.876	2.365	2,0	1,8		
Ecuador	30.061	4,2	4,0	4,1	3,4	1.846	1.367	3,4 1,3	4.204	4.172	2,9	3,1		
Venezuela	71.180	7,4	7,3	7,9	8,0	3.691	3.519	9,5 6,8	13.219	14.554	9,2	10,9		
Costa Rica	169.782	18,4	18,3	19,4	19,0	1.893	1.806	5,48 3,42	29.875	28.439	20,9	21,3		
El Salvador	35.297	3,4	3,1	3,5	4,0	2.325	2.637	6,0 4,3	11.610	9.093	8,1	6,8		
Guatemala	190.818	21,3	21,8	19,8	21,4	2.269	2.299	3,7 1,5	32.404	41.918	22,7	31,4		
Honduras	226.115	24,7	24,9	23,3	25,4	2.277	2.346	4,02 1,91	44.014	51.011	30,8	38,2		
Paraguai	839.817	93,5	94,0	94,3	94,2	2.268	2.187	3,29 1,33	127.696	116.561	89,3	87,3		
Paraguai	5.138	0,5	0,5	0,5	0,6	1.678	1.664	1,1 -1,3	2.186	2.057	1,5	1,5		
Salvador	5.688	0,7	0,6	0,6	0,6	1.177	1.058	3,9 1,5	1.174	1.435	0,8	1,1		
Temala	8.559	1,0	0,9	0,9	1,0	1.061	904	3,2 0,3	1.544	1.874	1,1	1,4		
Paraguai	3.994	0,5	0,4	0,4	0,4	991	754	2,1 -1,0	1.039	1.143	0,7	0,9		
Paraguai	1.939	0,3	0,3	0,2	0,2	922	485	-1,1 -4,3	334	540	0,2	0,4		
Paraguai	25.319	3,0	2,8	2,7	2,8	1.125	930	2,41-0,4	6.277	7.049	4,4	5,3		
Paraguai	2.604	0,2	0,3	0,3	0,3	8.668	10.025	-2,0 -3,9	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.		
Paraguai	1.470	0,2	0,2	0,2	0,2	5.506	5.764	-3,0 -3,0	596	701	0,4	0,5		
Paraguai	428	0,1	0,1	0,1	0,0	768	565	8,9 8,3	294	323	0,2	0,2		
Paraguai	3.598	0,4	0,4	0,4	0,4	1.352	1.411	-0,1 -1,3	1.996	2.109	1,4	1,6		
Paraguai	5.132	0,9	0,7	0,6	0,6	6.526	4.158	3,6 2,0	1.825	1.927	1,3	1,4		
Paraguai	13.232	1,8	1,6	1,5	1,5	3.067	2.616	0,85-0,3	4.711	5.060	3,3	3,8		
Paraguai	1.636	0,3	0,2	0,2	0,2	415	246	-4,0 -5,9	308	586	0,2	0,4		
Paraguai	5.140	0,6	0,6	0,5	0,6	2.335	2.084	8,4 6,3	1.602	1.943	1,1	1,5		
Paraguai	4.816	0,6	0,6	0,6	0,5	771	658	-0,8 -2,9	2.043	2.017	1,4	1,5		
Paraguai	1.306	0,2	0,2	0,2	0,1	4.401	3.529	-2,6 -4,1	299	254	0,2	0,2		
Paraguai	12.898	1,7	1,6	1,5	1,4	951	768	2,02 0,0	4.252	4.252	3,0	3,6		
Paraguai	891.266	100,0	100,0	100,0	100,0	2.161	2.058	3,21 1,2	142.936	133.470	100	100		

Fonte: INTAL - Unidad de Estadística e Informática sobre la base de datos de: Progreso Económico y Social en América Latina. Informe de 1992, del Banco Interamericano de Desarrollo. Integración latinoamericana, julio de 1993.

Nota: (1) Não inclui Antilhas, Belize, Dominicana, Granada, São Cristóvão, São Vicente e Santa Lúcia. s.d.: sem data.

Tabela 2
Dados do Comércio Mundial e da América Latina
(medido pelas exportações)

Anos	Comércio Mundial	Países Desen- volvi- dos	Países em Desenvol- mento	América Latina e Caribe	ALADI	Grupo Andino	Mercosul	MCCA	CARICOM e resto América Latina Caribe
I. Em mais de milhões de dólares:									
1985	1.822,0	1.272,4	549,5	99,4	85,36	24,5	34,9	3,5	10,54
1986	2.005,4	1.485,3	520,2	82,5	69,9	18,9	30,4	3,8	8,8
1987	2.360,7	1.735,8	624,9	93,6	80,48	20,5	34,1	3,6	9,52
1988	2.697,3	1.986,0	711,3	106,4	92,91	20,2	45,0	3,9	9,59
1989	2.908,6	2.126,8	781,9	117,8	103,83	25,3	47,3	4,2	9,77
1990	3.330,9	2.453,4	877,5	129,2	113,41	31,3	46,4	4,5	11,29
1991	3.441,7	2.501,5	939,3	127,7	111,56	29,3	45,9	4,6	11,54
II. Em Porcentagens sobre o Comércio Mundial									
1985	100	69,84	30,16	5,46	4,68	1,34	1,92	0,19	0,58
1986	100	74,07	25,94	4,11	3,49	0,94	1,52	0,19	0,44
1987	100	73,53	26,47	3,96	3,41	0,87	1,44	0,15	0,40
1988	100	73,63	26,37	3,94	3,44	0,75	1,67	0,14	0,36
1989	100	73,12	26,88	4,05	3,57	0,87	1,63	0,14	0,34
1990	100	73,66	26,34	3,88	3,40	0,94	1,39	0,14	0,34
1991	100	72,71	27,29	3,71	3,24	0,85	1,33	0,13	0,34

Fonte: DATAINTAL e Estadística Financieras Internacionales - Anuario 1992, Fondo Monetário Internacional (FMI).

Obs: Integración latinoamericana, Estadísticas, julio de 1993, p. 81.

Tabela 3
Saldos Acumulados da Balança Comercial
Intra-regional sem Petróleo do Grupo
Andino (US\$ milhões)

Países	Acum. 1970-1983
Bolívia	-129,6
Colômbia	1675,1
Equador	-149,1
Peru	688,3
Venezuela	-2143,5

Fonte: Revista "Comércio Exterior",
publicação do Sistema
Subregional de Información
Estadística del Grupo Andino.

Tabela 4
PIB (1992) dos países do Grupo Andino

Bloco/Países	PIB (em US\$ bilhões)
Grupo Andino	146,7
Bolívia	5,1
Colômbia	44,6
Equador	11,8
Venezuela	58,9
Peru ⁽¹⁾	26,3

Fonte: "A Divisão do Mundo em Blocos no fim do Milênio".

Folha de S. Paulo, São Paulo, 23/01/94. Encarte especial.

Nota: Os PIBs são de 1992, segundo relatório do Banco Mundial ainda inédito.

(1) participação suspensa.

Tabela 5

Esquemas de trocas do comércio regional dentro das exportações intraregional e dentro das exportações mundiais.

Esquema/Anos	1960	1970	1975	1980	1985	1990
Comunidade Européia						
Exportação intra-regional	34,5	51,0	50,0	54,0	54,5	60,4
Dentro do total das export. mundiais	24,9	39,0	35,9	34,9	35,6	41,4
Canadá-Estados Unidos (1989)						
Exportação intra-regional	26,5	32,8	30,6	26,5	38,0	34,0
Dentro do total das export. mundiais	21,9	20,5	16,8	15,1	16,7	15,8
ALALC e ALADI (1960-1980)						
Exportação intra-regional	7,9	9,9	13,6	13,7	8,3	10,6
Dentro do total das export. mundiais	6,0	4,4	3,5	4,2	4,7	3,4

Fonte: DE MELO, Jaime, PANAGARIYA, Arvind. *The New Regionalism in Trade Policy*. Washington : The World Bank, 1992. 281 p.

Nota: Dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), Direction of Trade Statistics Washington D.C.).

Tabela 6

Indicadores Básicos dos Grandes Blocos Mundiais

Bloco	População (em milhões)	PIB (em US\$ bilhões)
Espaço Econômico Europeu	372,6	7.385,8
União Européia	346,4	6.744,8
EFTA	33,2	889,7
NAFTA	363,0	6.765,4
APEC	2.066,3	12.098,5

Fonte: "A Divisão do Mundo em Blocos no fim do Milênio". In *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23/01/94. Encarte especial.

Nota: Dados do Relatório sobre Comércio e Desenvolvimento das Nações Unidas - 1993; Relatório Competitividade Mundial - 1992, "The Economist"-The World in 1994; Relatório do Banco Mundial - 1993; Relatório da OCDE - 1993. Os PIBs são de 1992, segundo relatório do Banco Mundial ainda inédito.

Tabela 7
PIB (1992) dos países do Espaço Econômico Europeu

Bloco/Países	PIB (em US\$ bilhões)
Espaço Econômico Europeu	7.385,8
União Européia	6.744,8
Alemanha	1.846,1
França	1.278,7
Itália	1.186,6
Reino Unido	1.024,8
Espanha	547,9
Holanda	312,3
Bélgica	209,6
Dinamarca	133,9
Portugal	73,3
Grécia	75,1
Irlanda	42,8
Luxemburgo	13,7
EFTA	889,7
Áustria	174,8
Suíça	248,7
Noruega	110,5
Suécia	233,2
Finlândia	116,3
Islândia	6,2
Liechtenstein	n/d

Fonte: "A Divisão do Mundo em Blocos no fim do Milênio".
 In *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23/01/94. Encarte especial.

Nota: Os PIBs são de 1992, segundo relatório do Banco Mundial ainda inédito.

Tabela 8
Comércio Externo - CE
Exportações (bilhões ECUS)

	1988	1989	1990
Mundo	907	1043	1077
Intra CE	540	626	656
Extra CE	363	413	415
América Latina	13	15	15
Brasil (dentro do valor da AL)	3	4	4

Fonte: THORSTENSEN, Vera. Tudo sobre a Comunidade Européia, p. 236

Nota: Dados fornecidos CEE-EUROSTAT.

Tabela 9
Comércio Externo - CE
Importações (bilhões ECUS)

	1988	1989	1990
Mundo	930	1074	1128
Intra CE	541	624	664
Extra CE	388	447	461
América Latina	23	26	25
Brasil (dentro do valor da AL)	9	10	9

Fonte: THORSTENSEN, Vera. Tudo sobre a Comunidade
Econômica Européia. p. 236.

Nota: Dados fornecidos CEE-EUROSTAT.

Tabela 10
Importações da CE de Países Terceiros (%)

	1980	1989	1990
Países Industrializados	48	61	52
Países em Desenvolvimento	46	31	36
América Latina	6	6	5
Bloco do Leste	8	9	7

Fonte: THORSTENSEN, Vera. Tudo sobre a Comunidade
Européia. p.237.

Nota: Dados fornecidos pela CEE-EUROSTAT.

Tabela 11
Exportações da CE de Países Terceiros (%)

	1980	1989	1990
Países Industrializados	50	60	51
Países em Desenvolvimento	41	32	35
América Latina	6	4	4
Bloco do Leste	9	8	6

Fonte: THORSTENSEN, Vera. Tudo sobre a Comunidade
Européia. p. 237.

Nota: Dados fornecidos pela CEE-EUROSTAT.

Tabela 12
PIB (1992) dos países do NAFTA

Bloco/Países	PIB (em US\$ bilhões)
NAFTA	
Estados Unidos	6.765,4
Canadá	5.904,8
México	565,8
	294,8

Fonte: "A Divisão do Mundo em Blocos no fim do Milênio".
In *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23/01/94. Encarte especial.

Nota: Os PIBs são de 1992, segundo relatório do Banco Mundial ainda inédito.

Tabela 13
PIB (1992) dos países do APEC

Bloco/Países	PIB (em US\$ bilhões)
APEC	
Estados Unidos	12.098,5
Japão	5.904,8
China	3.507,8
Coreia do Sul	442,3
Hong Kong	296,3
Cingapura	89,2
Taiwan	44,3
Canadá	241,0
Austrália	565,8
Indonésia	299,3
Nova Zelândia	122,8
Malásia	41,2
Tailândia	51,9
Brunei	106,6
Filipinas	n/d
México	49,5
Papua-Nova Guiné	294,8
Chile	3,8
	37,1

Fonte: "A Divisão do Mundo em Blocos no fim do Milênio".
In *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23/01/94. Encarte especial.

Nota: Os PIBs são de 1992, segundo relatório do Banco Mundial ainda inédito.

Tabela 14

Indicadores Físicos e Sócioeconômicos do Mercosul - 1992

Indic.	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
Área/km ²	2.766.889	8.512.000	406.752	176.215
População	34.264.000	165.083.000	4.863.000	3.186.000
Cresc. Pop. (1)	1,1%	1,8%	2,9%	0,6%
Densid. Pop. (2)	12/km ²	18/km ²	12/km ²	18/km ²
Anaf. %	4,5%	18%	11,8%	4,7%
R. per cap.	US\$ 2.520	US\$ 2.540	US\$ 1.180	US\$ 2.057
Exp. vida	67	65	64	67
Rodovia Km ²	57.070	133.900	1.922	2.580
Ferrovia Km ²	34.509	30.000	441	2.991
PIB US\$bi (3)	200,3	425,4	6,0	10,4
Capital	Buenos Aires	Brasília	Assunção	Montevideo

Elaboração: MERCOJUR

Fonte: SOUZA, Carlos Alberto Diniz de. Mercosul: Análise e Perspectivas. KSP: Foreign Trade. (Mimeo). s/data.

Nota: Dados do MRE/SCIE/NAT

(1) Dados de 1991. PC Globe 1992 Inc. Tempe, AZ, USA.

(2) Dados de 1991. PC Globe 1992 Inc. Tempe, AZ, USA.

(3) "A divisão do Mundo em Blocos no fim do Milênio". In Folha de S. Paulo, 23/01/94. Dados do Relatório do Banco Mundial.

Tabela 15
Estrutura da Pauta de Importações dos Países do
Mercosul por Mercado de Origem
(%)

Países	Países Desenvolvidos			Países em Desenvolvimento		
	Estados Unidos	CEE	Total	Mercosul	Outros	Total
Argentina						
1978	18,6	30,0	67,5	10,8	18,8	29,6
1985	18,2	28,0	60,5	18,3	19,7	38,0
1990	21,5	27,4	58,9	21,5	19,2	40,7
Brasil						
1978	21,1	18,7	56,1	5,1	37,4	42,5
1985	19,7	14,7	45,3	6,9	46,6	53,5
1990	21,1	20,5	54,8	5,6	38,6	44,2
Paraguai						
1978	11,2	22,1	44,9	40,0	13,4	53,4
1985	7,9	16,0	31,0	54,3	14,4	68,8
1990	12,3	15,0	44,0	36,8	4,5	35,3
Uruguai						
1978	8,7	20,5	36,8	35,7	31,3	57,0
1985	7,6	16,7	30,6	31,2	32,1	63,3
1990	10,4	18,2	34,9	40,9	20,8	61,7

Fonte: PEREIRA, Lia Valls. *Mercosul: Uma Resposta aos Desafios do Novo Quadro Mundial?*. São Paulo, s.n.t. (mimeo - CUT).

Nota: Dados do Direction of Trade Statistics, FMI (Fundo Monetário Internacional).

Obs: O somatório dos países desenvolvidos e em desenvolvimento não somam 100, por estarem excluídas as economias planificadas.

Tabela 16

Estrutura da Pauta de Exportações por Destino dos
Países do Mercosul
(%)

Países Origem	Destino	Países Industrializados			Países em Desenvolvimento			
		Estados Unidos	CEE	Japão	Total	Mercosul	Outros	Total
Argentina								
1978		8,6	3,9	6,0	55,8	12,9	21,0	33,9
1985		12,2	24,5	3,2	43,0	8,0	30,3	38,3
1990		13,8	30,4	3,2	49,4	14,9	29,7	44,6
Brasil								
1978		22,6	31,9	5,1	65,2	5,9	22,8	28,7
1985		27,2	26,9	5,5	64,5	3,9	27,6	31,5
1990		23,4	30,5	8,3	67,8	3,9	26,7	30,6
Paraguai								
1978		8,8	42,7	12,6	70,5	20,0	8,4	28,4
1985		1,3	50,0	1,0	59,0	27,0	13,8	40,8
1990		4,1	28,1	0,3	37,7	39,0	0,6	49,6
Uruguai								
1978		17,7	34,3	1,7	55,3	25,7	12,3	38,0
1985		15,1	22,6	2,2	42,5	24,5	26,8	51,3
1990		9,8	24,1	1,2	36,8	35,4	20,3	55,7

Fonte: PEREIRA, Lia Valls. *Mercosul: Uma Resposta aos Desafios do Novo Quadro Mundial?*. São Paulo, s.n.t. (mimeo - CUT).

Nota: Dados do Direction of Trade Statistics, FMI (Fundo Monetário Internacional).

Obs: O total dos países desenvolvidos e em desenvolvimento não somam 100, pois não estão incluídas as economias planificadas.

Tabela 17.1 - Intercâmbio Comercial do Mercosul - 1989 - 1º Trimestre de 1993

Países	Intercâmbio Comercial de					
	Argentina US\$ mil	Variação %	Brasil US\$ mil	Variação %	Paraguai US\$ mil	Variação %
Argentina						
1989	0		1.949.365		116.734	
1990	0		2.057.560	5.55	206.642	77.02
1991	0		3.090.160	50.19	197.379	-4.48
1992	0		4.756.778	53.93	264.803	34.16
1992 1º trim	0		848.767		57.827	
1993 1º trim	0		1.298.947	53.04	79.700	37.82
Brasil						
1989	1.845.624		0		505.631	
1990	2.140.860	16.00	0		519.595	2.76
1991	3.015.100	40.84	0		437.338	-15.83
1992	5.010.100	66.17	0		434.690	-0.61
1992 1º trim	961.100		0		107.775	
1993 1º trim	1.177.300	22.50	0		299.270	177.68
Paraguai						
1989	145.492		681.760		0	
1990	188.961	29.88	708.379	3.90	0	
1991	220.600	16.74	715.707	1.03	0	
1992	336.600	52.58	725.642	1.39	0	
1992 1º trim	71.500		196.852		0	
1993 1º trim	81.200	13.57	299.270	52.03	0	
Uruguai						
1989	306.456		930.731		16.771	
1990	378.720	23.58	879.268	-5.53	20.407	21.68
1991	545.600	44.06	771.173	-12.29	21.616	5.92
1992	734.800	34.68	860.142	11.54	21.918	1.40
1992 1º trim	151.500		148.443		4.768	
1993 1º trim	197.000	30.03	269.478	81.54	4.329	-9.22
Mercosul						
1989	2.297.572		3.561.856		639.136	
1990	2.708.541	17.89	3.645.207	2.34	746.644	16.82
1991	3.781.300	39.61	4.577.040	25.56	656.333	-12.10
1992	6.081.500	60.83	6.342.562	38.57	721.411	9.92
1992 1º trim	1.184.100		1.194.062		170.370	
1993 1º trim	1.455.500	22.92	1.867.695	56.42	383.299	124.98
Total Mundial						
1989	14.519.413		52.639.610		1.769.133	
1990	16.431.270	13.17	52.052.758	-1.11	2.310.699	30.61
1991	20.239.400	23.18	52.677.819	1.20	2.197.408	-4.90
1992	27.106.700	33.93	56.706.959	7.65	2.078.156	-5.43
1992 1º trim	5.449.800		12.513.947		445.940	
1993 1º trim	5.883.400	7.96	14.195.245	13.44	s.d	

Fonte: vide Tabela 17.2

Tabela 17.2 (continuação)
Intercâmbio Comercial do Mercosul 1989 - 1º Trimestre de 1993

Países	Uruguai US\$ mil	Intercâmbio Comercial de Variação %	Mercosul US\$ mil	Variação %
Argentina				
1989	265.604		2.331.703	
1990	303.900	14.42	2.568.102	10.14
1991	454.200	49.46	3.741.739	45.70
1992	703.900	54.98	5.725.481	53.02
1992 1º trim	133.300		1.039.894	
1993 1º trim	150.000	12.53	1.528.647	47.00
Brasil				
1989	761.677		3.112.932	
1990	804.500	5.62	3.464.955	11.31
1991	739.100	-8.13	4.191.538	20.97
1992	779.500	5.47	6.224.290	48.50
1992 1º trim	143.900		1.212.775	
1993 1º trim	183.600	26.89	1.659.170	36.81
Paraguai				
1989	19.411		846.663	
1990	17.587	-9.40	914.927	8.06
1991	20.800	18.27	957.107	4.61
1992	21.100	1.44	1.083.342	13.19
1992 1º trim	4.500		272.852	
1993 1º trim	4.500	0.00	384.970	41.09
Uruguai				
1989	0		1.253.958	
1990	0		1.278.395	1.95
1991	0		1.338.389	4.69
1992	0		1.616.860	20.81
1992 1º trim	0		304.711	
1993 1º trim	0		470.807	54.51
Mercosul				
1989	1.046.692		7.545.256	
1990	1.125.987	7.58	8.226.379	9.03
1991	1.214.100	7.83	10.228.773	24.34
1992	1.504.500	23.92	14.649.973	43.22
1992 1º trim	281.700		2.830.232	
1993 1º trim	337.100	19.67	4.043.594	42.87
Total Mundial				
1989	2.798.882		71.727.038	
1990	3.035.800	8.46	73.830.527	2.93
1991	3.241.100	6.76	78.355.727	6.13
1992	3.747.600	15.63	89.639.415	14.40
1992 1º trim	748.700		19.158.387	
1993 1º trim	801.600	7.07	s.d.	

Ponte: INTAL.

Notas: As expectativas do Paraguai do trimestre de 1993 são obitidas a partir das cifras de exportações dos outros países-membros do Mercosul. In Integração latinoamericana, Estadísticas, julho de 1993, p. 84.

Tabela 17.3 - Intercâmbio Comercial do Mercosul - 1^o Trimestre de 1993
1989

Particip. % s/T mundial	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Mercosul
1989	15,8	6,8	36,1	37,4	10,5
1990	16,5	7,0	32,3	37,1	11,1
1991	18,7	8,7	29,9	37,5	13,1
1992	22,4	11,2	34,7	40,1	16,3
1992 1 ^o trim	21,7	9,5	38,2	37,6	14,8
1993 1 ^o trim	24,7	13,2	s.d	42,1	s.d

Fonte: INTAL - Unidad de Estadística e Informática con datos provenientes DATAINTAL, y de Argentina: INDEC. Brasil: Banco Central do Brasil (DE-ORI): Paraguay: Banco Central de Paraguay excepto los dados de 1993 (véase nota): Uruguay: Banco Central del Uruguay publicados en la revista Búsqueda.

Notas: As expectativas do Paraguai do trimestre de 1993 estão obtendo a partir das cifras de exportações dos outros países-membros do Mercosul.

Integración latinoamericana, jul. de 1993, p. 84.

Tabela 18
Exportações Intra-Mercosul
(Em mil dólares)

Destino	Países Exportadores				Subtotal Mercosul		
	Anos	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Mil dólares	Variação % Ano anterior
Argentina							
1988			983.997	33.588	100.094	1.117.679	
1989			710.380	48.983	77.704	837.067	
1990			645.140	55.485	82.100	782.725	-25,11
1991			1.475.480	45.050	172.400	1.692.930	-6.49
1992			3.069.680	45.231	328.900	3.443.811	116.29
							103.42
Brasil							
1988		607.819		117.121	228.499	953.439	
1989		1.124.224		328.480	441.377	1.894.081	
1990		1.422.960		312.343	501.900	2.237.203	98.66
1991		1.486.100		203.082	369.200	2.058.382	18.12
1992		1.589.700		168.042	282.900	2.040.642	-7.99
							-0.86
Paraguai							
1988		79.744	339.315		7.342	426.401	
1989		96.692	322.932		6.621	426.245	
1990		147.361	378.699		6.787	532.847	-0.04
1991		177.800	496.120		9.900	683.820	25.01
1992		256.100	541.100		10.400	807.600	28.33
							18.10
Uruguai							
1988		187.541	318.740	4.430		510.711	
1989		207.556	334.670	10.594		552.820	
1990		262.620	294.628	11.553		568.801	8.25
1991		310.400	337.070	11.319		658.789	2.89
1992		380.000	517.250	8.903		906.153	15.82
							37.55
Mercosul							
1988		875.104	1.642.052	155.139	335.935	3.008.230	
1989		1.428.472	1.367.982	388.057	525.702	3.710.213	
1990		1.832.941	1.318.467	379.381	590.787	4.121.576	23.34
1991		1.974.300	2.308.670	259.451	551.500	5.093.921	11.09
1992		2.225.800	4.128.030	222.176	622.200	7.198.206	23.59
							41.31
Mundo							
1988		9.132.665	33.948.692	509.860	1.395.509	44.986.726	
1989		10.316.218	34.382.600	1009.445	1.596.082	47.304.345	
1990		12.352.691	31.391.396	958.681	1.692.900	46.395.668	5.15
1991		11.977.800	31.636.360	737.096	1.540.900	45.892.156	-1.92
1992		12.234.200	36.207.076	595.850	1.702.500	50.739.626	-1.09
							10.56

Fonte: DATAINTAL sobre a base de informação ministrada por organismos de cada país
(INDEC de: Argentina, Banco Central do Paraguai e Câmaras de Indústrias do Uruguai)
Nota: Dados disponíveis de 30 de março de 1993.
Revista Integración latinoamericana, Estadísticas, marzo-abril de 1993, p.73.

Tabela 19
Importações e Exportações
Brasil (1990)

Principais Importações

- . Minerais
- . Petróleo
- . Químicos
- . Fertilizantes
- . Maquinário
- . Vegetais
- . Produtos Animais
- . Cereais
- . Produtos Elétricos
- . Eletrônicos
- . Veículos
- . Metais
- . Aparelhos Fotográficos
- . Produtos Cirúrgicos
- . Equipamento Científico

Principais Exportações

- . Alimentos Processados
- . Cacau
- . Sementes
- . Sucos
- . Produtos de Frutas
- . Carne
- . Produtos Animais
- . Vegetais
- . Metais
- . Veículos
- . Maquinário
- . Alimentos para Animais
- . Têxteis
- . Calçados
- . Produtos de Petróleo

Balança Comercial: US\$16.112.000,00

Fonte: PC Globe 1992 Inc. Tempe, AZ, USA.

Tabela 20
Importações e Exportações
Argentina (1990)

Principais Importações

- . Maquinário
- . Veículos
- . Produtos Elétricos
- . Químicos
- . Produtos de Petróleo
- . Produtos de Ferro e Aço Iron & Steel Products
- . Plásticos
- . Lubrificantes
- . Madeira

Principais Exportações

- . Cereais
- . Ração de Animais
- . Óleos comestíveis
- . Maquinário
- . Veículos
- . Ferro e Aço
- . Carne
- . Cereais

Balança Comercial: US\$ 8.596.000,00

Fonte: PC Globe 1992 Inc. Tempe, AZ, USA.

Tabela 21
Importações e Exportações
Paraguai (1989)

Principais Importações

- . Maquinaria
- . Veículos
- . Combustíveis
- . Lubrificantes
- . Tabaco
- . Bebidas
- . Químicos
- . Farmacêuticos
- . Ferro e Aço
- . Alimentos

Principais Exportações

- . Algodão
- . Soja
- . Produtos de Carne
- . Madeira
- . Óleo Vegetal
- . Tabaco
- . Óleo de Perfume
- . Soja
- . Café

Balança Comercial: US \$ 74.000.000

Fonte: PC Globe 1992 Inc. Tempe, AZ, USA.

Tabela 22
Importações e Exportações
Uruguai (1989)

Principais Importações

- . Maquinaria
- . Eletrodomésticos
- . Químicos
- . Minerais
- . Veículos
- . Plásticos
- . Resinas
- . Borracha
- . Produtos Metálicos
- . Vegetais
- . Combustíveis

Principais Exportações

- . Têxteis
- . Produtos pecuários
- . Peles
- . Vegetais
- . Produtos comestíveis
- . Bebidas
- . Tabaco
- . Plásticos
- . Resinas
- . Borracha
- . Lã
- . Bens de Couros
- . Peixe
- . Arroz

Balança Comercial: US \$ 463.000.000

Fonte: PC Globe 1992 Inc. Tempe, AZ, USA.

abela 23
e Comércio Exterior dos Países do Mercosul
bilhões e composição em %
00

	PIB			Exportações				Importações			
	Total	Indústria		Total	Distrib. %			Total	Distrib. %		
	US\$bi	Alim.e Têxt.	Ou- tras	US\$bi	Agrop.	Min.	Ind.	US\$bi	Agrop.	Min.	Ind
Brasil	414,1	6	33	31,4	31	16	53	20,4	9	34	57
Argentina	93,3	11	31	12,4	59	6	36	3,7	4	20	77
Paraguai	5,3	11	12	1,4	90	0	10	1,4	9	28	63
Uruguai	8,2	14	20	1,7	60	0	39	1,3	7	24	69

Fonte: SAMPAIO, Fernando. Mercosul - desempenho e perspectivas. In: Fator S.A. Corretora de Valores e Câmbio/Departamento de Análise. Fator - Caderno de Mercado de Capitais. São Paulo: Fator S.A., fev. 1993. Ano 1, n. 10, p.7.
a: Dados fornecidos pelo Banco Mundial, World Development Report 1992.

abela 24
es do Mercosul
lução do PIB e do Comércio Exterior
as Acumuladas de Crescimento
0-89

	PIB		Exportações	Importações
	Total	Ind	Totais	Totais
Brasil	31	23	48	-3
Argentina	-4	-10	15	-58
Paraguai	28	-5	176	16
Uruguai	3	-2	37	-10

Fonte: SAMPAIO, Fernando. Mercosul - desempenho e perspectivas. In: Fator S.A. Corretora de Valores e Câmbio/Departamento de Análise. Fator - Caderno de Mercado de Capitais. São Paulo: Fator S.A., fev. 1993. Ano 1, n. 10, p.7.
a: Dados fornecidos pelo Banco Mundial, World Development Report 1992.

Tabela 25 - Argentina, Paraguai e Uruguai
Evolução dos Fluxos de Comércio com o Mercosul e o Brasil (US\$ Milhões CIF)

	Exportações		Importações	
	Mercosul/ Total (%)	Brasil/ Mercosul(%)	Mercosul/ Total (%)	Brasil/ Mercosul(%)
Argentina				
1980-82	11,5	67,4	12,8	82,2
1983-85	7,6	72,2	19,2	85,3
1986-88	11,4	72,7	18,9	82,6
1989-1990	14,9	78,1	21,1	82,5
1991	16,2	79,3	12,7	77,5
Paraguai				
1980-82	42,4	45,5	48,9	54,8
1983-85	30,7	66,4	51,6	62,4
1986-88	36,9	72,4	44,4	69,2
1989-1990	39,1	83,5	33,4	62,2
1991	35,2	78,3	27,2	65,4
Uruguai				
1980-82	29,4	55,0	25,4	59,8
1983-85	22,2	61,1	24,1	54,4
1986-88	29,1	72,3	41,8	61,2
1989-1990	34,3	83,9	42,5	58,8
1991	35,2	68,8	36,0	56,3

Fonte: SAMPAIO, Fernando. Mercosul - desempenho e perspectivas.

In: Fator - Caderno de Mercado de Capitais. n. 10, p.7

Nota: Dados fornecidos pelo Banco Mundial, *World Development Report* 1992.

Tabela 26
Brasil e Mercosul
Evolução dos Fluxos de Comércio entre Brasil e Países do Mercosul (US\$ bilhões)

	Argentina		Paraguai		Uruguai		Mercosul		Mercosul % Total	
	Exp	Imp	Exp	Imp	Exp	Imp	Exp	Imp	Exp	Imp
1980-82	0,9	0,6	0,4	0,2	0,3	0,2	1,5	1,0	7,5	4,6
1983-85	0,7	0,4	0,3	0,1	0,1	0,1	1,1	0,6	4,7	4,4
1986-88	0,8	0,7	0,3	0,1	0,3	0,3	1,4	1,1	5,0	7,5
1989-1990	0,7	1,2	0,4	0,3	0,3	0,6	1,3	2,2	4,1	11,2
1991	1,5	1,6	0,5	0,2	0,3	0,4	2,3	2,3	7,3	10,8
1992e	2,5	1,3	0,4	0,2	0,3	0,3	3,3	1,8	9,7	9,6

(e) Estimava.

Fonte: SAMPAIO, Fernando. Mercosul - desempenho e perspectivas.

In: Fator - Caderno de Mercado de Capitais. n. 10, p.7.

Nota: Paraguai e Uruguai, 1980-86, *Direction of Trade* - FMI;

Argentina, 1980-86, Cacex; demais dados extraídos dos Indicadores IESP.

abela 27
população Economicamente Ativa (1.000 hab.)
arcosul

Países	1970	1980	1993
Argentina	9.318,2	10.217,8	13.883,5
Brasil	30.248,1	44.060,3	56.652,0
Paraguai	748,9	1.035,5	1.439,1
Uruguai	1.095,0	1.133,7	1.371,8

aboração: MERCOJUR

nte: KSP-Foreign Trade. p. 6

ta: Dados fornecidos pela CEPAL - Boletim maio 1993.

abela 28
xa Média Anual do Desemprego Urbano
rcosul

Países	1970	1980	1993
Argentina	4,9% [^]	2,6%	7,2%
Brasil	6,5%	6,2%	5,3%
Paraguai	3,9%	5,1%	6,6%
Uruguai	7,5%	7,4%	9,3%

aboração: MERCOJUR

nte: KSP-Foreign Trade. p. 8

ta: Dados fornecidos pela CEPAL - Boletim maio 1993.

Tabela 29
Intercâmbio Comercial Brasileiro com o Mercosul
US\$ 1.000 F.O.B.

Anos	Export. (A)	var. %	Part. % Total Geral	Import. (B)	var. %	Part. % Total Geral	Saldo (A-b)	Volume de Comércio (A+B)
1980	1.811.440	-	9,00	1.044.323	-	4,55	767.117	2.855.763
1981	1.702.988	-5,99	7,31	956.379	-8,42	4,33	746.609	2.659.367
1982	1.128.596	-33,73	5,59	868.422	-9,20	4,48	260.174	1.997.018
1983	992.059	-12,10	4,53	521.056	-40,00	3,38	471.003	1.513.115
1984	1.321.640	33,22	4,89	674.065	29,37	4,85	647.575	1.995.705
1985	990.300	-25,07	3,86	683.752	1,44	5,19	306.548	1.674.052
1986	1.170.297	18,18	5,24	1.188.110	73,76	7,40	-17.813	2.358.407
1987	1.387.545	18,56	5,29	888.021	-25,26	5,90	499.524	2.275.566
1988	1.642.946	18,41	4,86	1.138.387	28,19	7,80	504.559	2.781.333
1989	1.379.717	-16,02	4,01	2.193.874	92,72	12,02	-814.517	3.573.591
1990	1.320.244	-4,31	4,20	2.319.551	5,73	11,23	-999.307	3.639.795
1991	2.309.352	74,92	7,30	2.268.369	-2,21	10,78	40.983	4.577.721
1992	4.128.018	78,75	11,40	2.214.539	-2,37	28,67	1.913.479	6.342.557

Elaboração: MERCOJUR

Fonte: KSP-Foreign Trade. p.16

Nota: Dados fornecidos pela CEPAL - Boletim maio 1993.

Tabela 30
Brasil: Exportação, Importação e Saldo Comercial
Intercâmbio Comercial - Totais Gerais
(US\$ Milhões)

Anos	Exportação (A)	Importação (B)	Saldo (A-B)
1980	20,132.4	22,936.0	(2,804.2)
1981	23,293.0	22,090.6	1,202.5
1982	20,175.1	19,395.4	779.7
1983	21,899.3	15,428.9	6,470.4
1984	27,005.3	13,908.3	13,098.0
1985	25,639.0	13,167.2	12,471.8
1986	22,348.6	16,053.9	6,294.7
1987	26,223.9	16,049.7	11,174.3
1988	33,789.4	14,603.1	19,186.2
1989	34,382.6	18,257.0	16,125.6
1990	31,413.8	20,661.4	10,762.4
1991	31,620.5	21,041.5	10,579.0
1992	36,207.1	20,499.9	15,707.2

Elaboração: Projeto Economia Paulista
nos Anos 90

Fonte: SECEX

a 31.1 - Brasil: Importação por Blocos (US\$ milhões - FOB)

s/Blocos	1980	1981	1982	1983	1984	1985
anha	1669,0	1143,3	950,3	783,4	728,8	950,7
a	664,0	596,7	560,5	456,2	371,2	301,9
a	374,1	605,3	479,3	213,4	202,9	187,6
o Unido	437,4	333,2	242,8	228,9	277,7	251,1
s Baixos	236,6	205,4	134,6	159,7	141,5	163,7
marca	28,8	23,3	18,6	17,8	14,7	16,2
ca-Luxemburgo	158,2	129,8	140,0	74,0	78,1	74,6
ha	197,7	93,5	88,4	68,8	36,0	54,0
gal	37,8	43,3	20,5	13,1	9,5	13,1
da	12,4	8,1	7,2	8,0	9,9	10,1
a	1,4	0,5	0,2	0,0	0,1	0,2
CE	3817,4	3182,4	2642,5	2023,5	1870,4	2023,4
EFTA	650,2	628,1	646,2	460,2	318,7	396,3
EEE	4467,6	3810,5	3288,7	2483,7	2189,1	2419,7
os Unidos	4071,1	3480,1	2837,1	2381,5	2254,1	2589,9
á	813,1	533,8	452,5	493,4	509,3	397,9
o	418,1	783,8	788,9	708,5	629,4	380,5
Nafta	5302,2	4797,7	4078,5	3583,4	3392,8	3368,3
América do Sul	2256,5	2342,2	2497,5	1495,5	1510,5	1233,1
ntina	756,5	586,6	550,2	358,1	510,9	468,9
uai	91,5	191,5	167,0	32,2	40,0	74,9
uai	196,1	178,3	151,2	130,8	123,0	140,0
Mercosul	1044,0	956,4	868,4	521,1	673,9	683,8
o	1065,2	1240,0	880,5	560,7	553,3	549,9
pplica da Coréia	2,9	1,7	3,2	3,5	1,9	7,6
osa	11,2	9,4	12,4	15,7	7,1	17,6
apura	83,2	51,8	32,4	22,2	37,4	36,8
Kong	14,6	11,6	17,2	17,5	7,8	14,3
sia	6,6	6,1	4,5	30,3	85,6	34,6
pinas	12,9	13,6	0,0	4,4	1,7	1,3
nésia	71,9	276,9	12,3	0,1	0,9	3,1
ândia	9,6	30,9	0,5	23,6	0,3	28,7
ei	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
a	244,1	349,8	312,2	505,5	365,3	418,6
l Bloco Asiático	1522,2	1991,7	1275,2	1183,5	1061,3	1112,3
o do Mundo	10432,1	10104,7	9124,0	7203,9	6427,5	5717,6
l M's Bras	22936,6	22090,6	19395,4	15428,9	13907,3	13167,2

e: SECEX (Elaboração: Projeto: Economia Paulista nos Anos 90).

Tabela 31.2 - Brasil: Importação por Blocos (US\$ milhões - FOB)

Países/Blocos	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992*
Alemanha	1363,9	1544,0	1517,5	1584,9	1866,2	1905,8	1893,4
França	568,9	603,7	574,3	528,8	573,7	607,2	583,1
Itália	348,6	333,4	289,5	436,4	650,5	792,1	823,5
Reino Unido	346,2	378,5	402,6	441,1	416,8	455,8	406,9
Países Baixos	253,0	287,2	244,0	358,7	336,1	351,0	356,3
Dinamarca	41,2	34,8	25,1	64,9	34,9	35,7	58,4
Bélgica-Luxemburgo	101,7	127,5	128,2	206,7	161,7	213,5	209,9
Espanha	81,9	107,1	87,7	115,7	210,6	223,0	156,4
Portugal	94,9	26,6	25,0	42,8	40,1	40,0	34,5
Irlanda	51,1	17,4	14,3	60,8	48,6	53,8	38,9
Grécia	0,3	0,4	0,2	0,5	1,2	8,4	6,5
Total CE	3251,7	3460,7	3308,2	3841,4	4340,3	4686,4	4566,8
Total EFTA	643,6	651,4	741,5	938,0	952,1	966,1	896,4
Total EEE	3895,3	4112,0	4049,7	4779,4	5292,4	5652,5	5463,3
Estados Unidos	3186,7	3145,2	3086,3	3870,9	4393,0	4938,2	4877,5
Canadá	2445,2	409,0	418,9	456,3	407,1	511,1	470,8
México	151,5	213,6	115,6	193,5	189,9	203,5	341,0
Total Nafta	5783,4	3767,8	3620,8	4520,7	4989,9	5652,8	5689,3
Total América do Sul	1671,9	1560,1	1741,2	3139,1	3374,9	3464,1	3237,9
Argentina	737,0	574,7	707,1	1239,0	1399,7	1614,7	1687,1
Paraguai	150,1	65,9	117,4	358,8	332,8	219,6	184,5
Uruguai	301,0	247,5	313,9	596,1	587,1	434,1	342,9
Total Mercosul	1188,1	888,0	1138,4	2193,9	2319,6	2268,4	2214,5
Japão	881,6	843,4	960,0	1204,0	1246,3	1219,6	1140,6
República da Coréia	17,3	16,5	22,0	52,6	59,6	130,8	0,1
Formosa	36,8	22,5	27,3	57,5	81,8	116,7	109,4
Cingapura	43,0	53,5	80,1	77,8	53,7	84,8	98,8
Hong Kong	24,9	23,5	29,1	80,4	88,5	96,8	90,4
Malásia	21,9	32,8	46,6	21,4	36,7	45,7	32,1
Filipinas	0,7	1,4	0,9	4,1	2,3	2,9	4,6
Indonésia	6,6	0,1	1,6	2,0	8,2	16,2	9,8
Tailândia	59,2	5,2	1,0	1,3	7,2	36,4	13,4
Brunei	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
China	289,0	297,5	82,9	96,5	119,8	62,1	49,5
Total Bloco Asiático	1381,0	1296,4	1251,3	1597,6	1704,2	1812,2	1548,7
Resto do Mundo	4510,5	5201,4	5078,6	6414,1	7619,4	6728,3	6775,3
Total M's Brasil	16053,9	15049,7	14603,1	18257,0	20661,4	21041,5	20499,9

Fonte: SECEX (Elaboração: Projeto: Economia Paulista nos Anos 90). * estimativa.

Tabela 32
Brasil
Importações por Blocos (condensada)
(US\$ milhões - FOB)

Blocos	1980	1981	1982	1983	1984	1985
EEE	4467,6	3810,5	3288,7	2483,7	2189,1	2419,7
Nafta	5302,2	4797,7	4078,5	3583,4	3392,8	3368,3
Bloco Asiático	1522,2	1991,7	1275,2	1183,5	1061,3	1112,3
América do Sul	2256,5	2342,2	2497,5	1495,5	1510,5	1233,1
Mercosul	1044,0	956,4	868,4	521,1	673,9	683,8
Resto do Mundo	9388,1	9148,3	8255,5	6682,9	5753,6	5033,9
Total M's Bras,	22936,6	22090,6	19395,4	15428,9	13907,3	13167,2

Blocos	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
EEE	3895,3	4112,0	4049,7	4779,4	5292,4	5652,5	5463,3
Nafta	5783,4	3767,8	3620,8	4520,7	4989,9	5652,8	5689,3
Bloco Asiático	1381,0	1296,4	1251,3	1597,6	1704,2	1812,2	1548,7
América do Sul	1671,9	1560,1	1741,2	3139,1	3374,9	3464,1	3237,9
Mercosul	1188,1	888,0	1138,4	2193,9	2319,6	2268,4	2214,5
Resto do Mundo	3322,4	4313,4	3940,2	4220,3	5299,9	4459,9	4560,7
Total M's Bras,	16053,9	15049,7	14603,1	18257,0	20661,4	21041,5	20499,9

Fonte: SECEX (Elaboração: Projeto: Economia Paulista nos Anos 90).
Obs: 1992: Dados preliminares.

Tabela 33
 Brasil: Importação
 Importação por Blocos (condensada)
 (%)

Blocos	1980	1981	1982	1983	1984	1985
EEE	19,5	17,2	17,0	16,1	15,7	18,4
Nafta	23,1	21,7	21,0	23,2	24,4	25,6
Bloco Asiático	6,6	9,0	6,6	7,7	7,6	8,4
América do Sul	9,8	10,6	12,9	9,7	10,9	9,4
Mercosul	4,6	4,3	4,5	3,4	4,8	5,2
Resto do Mundo	40,9	41,4	42,6	43,3	41,4	38,2
Total M's Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Blocos	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
EEE	24,3	27,3	27,7	26,2	25,6	26,9	26,7
Nafta	36,0	25,0	24,8	24,8	24,2	26,9	27,8
Bloco Asiático	8,6	8,6	8,6	8,8	8,2	8,6	7,6
América do Sul	10,4	10,4	11,9	17,2	16,3	16,5	15,8
Mercosul	7,4	5,9	7,8	12,0	11,2	10,8	10,8
Resto do Mundo	20,7	28,7	27,0	23,1	25,7	21,2	22,2
Total do Mundo	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SECEX (Elaboração: Projeto Economia Paulista nos Anos 90).

Tabela 34 - Brasil: Exportações por Blocos (US\$ milhões - FOB)

Países/Blocos	1980	1981	1982	1983	1984	1985
Alemanha	1.423	1.457	1.337	1.295	1.462	1.423
Frância	822	851	883	891	837	800
Itália	979	961	992	977	1.115	1.150
Reino Unido	550	735	675	719	708	632
Países Baixos	1.150	1.470	1.142	1.254	1.359	1.558
Canadá	131	93	91	103	123	120
Bélgica-Luxemburgo	356	413	414	503	638	577
Espanha	521	372	371	527	495	533
Portugal	154	104	68	106	162	136
Irlanda	21	30	40	30	34	20
Grécia	120	63	61	79	85	61
Total CE	6.227	6.549	6.072	6.484	7.021	7.010
Total EFTA	577	499	491	544	679	661
Total EEE	6.804	7.048	6.563	7.028	7.700	7.671
Estados Unidos	3.440	4.040	3.980	4.990	7.603	6.845
Canadá	243	290	231	312	408	428
México	470	643	324	173	285	222
Total Nafta	4.153	4.973	4.536	5.475	8.296	7.494
Argentina	1.092	880	666	655	853	548
Paraguai	409	450	324	233	333	302
Uruguai	311	373	138	104	136	140
Total Mercosul	1.811	1.703	1.129	992	1.322	990
Total América do Sul	2.988	3.565	2.538	1.884	2.544	2.009
Japão	1.232	1.220	1.294	1.433	1.515	1.398
República da Coreia	37	82	115	163	159	125
Malásia	32	78	96	152	96	92
Singapura	50	69	72	64	72	55
Hong Kong	33	88	83	106	137	123
Indonésia	12	17	19	26	43	35
Filipinas	86	86	100	91	37	34
Indonésia	41	122	87	59	56	62
Ilândia	21	46	52	65	64	55
Guiné	0	0	0	0	0	0
China	72	104	92	270	453	818
Total Bloco Asiático	1.616	1.910	2.010	2.431	2.633	2.797
Total do Mundo	4.572	5.796	4.529	5.082	5.832	5.669
Total M's Brasil	20.132	23.293	20.175	21.899	27.005	25.639

Fonte: SECEX (Projeto: Economia Paulista nos Anos 90).

Tabela 35 - Brasil: Exportação por Blocos (US\$ milhões - FOB)

Países/Blocos	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
Alemanha	1.241	1.499	1.727	1.850	1.844	2.158	2.078
França	718	678	893	982	902	865	849
Itália	910	1.270	1.442	1.771	1.615	1.353	1.626
Reino Unido	646	756	1.091	1.060	945	1.057	1.294
Países Baixos	1.299	1.608	2.616	2.722	2.494	2.147	2.347
Dinamarca	109	94	106	94	76	74	83
Bélgica-Luxemburgo	484	611	937	1.028	979	1.085	1.184
Espanha	447	444	780	754	705	707	753
Portugal	64	126	174	188	218	224	259
Irlanda	16	20	28	37	32	37	113
Grécia	77	105	109	159	117	144	143
Total CE	6.011	7.212	9.903	10.645	9.925	9.850	10.730
Total EFTA	546	593	648	720	622	532	432
Total EEE	6.557	7.805	10.551	11.365	10.547	10.382	11.162
Estados Unidos	6.174	7.192	8.836	8.231	7.594	6.264	7.001
Canadá	436	562	896	921	522	464	402
México	156	171	274	431	505	758	1.111
Total Nafta	6.766	7.925	10.006	9.583	8.621	7.487	8.514
Argentina	678	832	979	722	645	1.476	3.070
Paraguai	289	288	342	323	380	496	541
Uruguai	203	268	322	335	295	337	517
Total Mercosul	1.170	1.388	1.643	1.380	1.320	2.309	4.128
Total América do Sul	2.366	2.802	3.439	3.060	2.688	4.181	6.517
Japão	1.514	1.676	2.336	2.436	2.349	2.557	2.324
República da Coréia	142	240	320	478	543	671	572
Formosa	160	216	406	438	432	611	550
Cingapura	53	91	179	237	250	235	203
Hong Kong	85	184	349	302	271	276	312
Malásia	39	58	110	175	219	230	220
Filipinas	73	91	134	223	146	136	182
Indonésia	74	80	96	158	171	199	137
Tailândia	41	68	196	237	251	269	353
Brunei	0	0	0	1	0	0	0
China	517	362	718	628	382	226	461
Total Bloco Asiático	2.698	3.066	4.845	5.314	5.013	5.410	5.314
Resto do Mundo	3.962	4.627	4.948	5.060	4.544	4.161	4.700
Total M's Brasil	22.349	26.224	33.789	34.383	31.414	31.620	36.207

Fonte: SECEX (Projeto: Economia Paulista nos Anos 90).

Tabela 36

Brasil

Exportação Totais por Blocos (condensada)
(US\$ milhões)

Blocos	1980	1981	1982	1983	1984	1985
EEE	6.804	7.048	6.563	7.028	7.700	7.671
Nafta	4.153	4.973	4.536	5.475	8.296	7.494
Bloco Asiático	1.616	1.910	2.010	2.431	2.633	2.797
América do Sul	2.988	3.565	2.538	1.884	2.544	2.009
Mercosul	1.811	1.703	1.129	992	1.322	990
Resto do Mundo	4.572	5.796	4.529	5.082	5.832	5.669
Total Mundo	20.132	23.293	20.175	21.899	27.005	25.639

Blocos	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
EEE	6.657	7.805	10.551	11.365	10.547	10.382	11.162
Nafta	6.766	7.925	10.006	9.583	8.621	7.487	8.514
Bloco Asiático	2.698	3.066	4.845	5.314	5.013	5.410	5.314
América do Sul	2.366	2.802	3.439	3.060	2.688	4.181	6.517
Mercosul	1.170	1.388	1.643	1.380	1.320	2.309	4.128
Resto do Mundo	3.862	4.627	4.948	5.060	4.544	4.161	4.700
Total do Mundo	22.349	26.224	33.789	34.383	31.414	31.620	36.207

Fonte: SECEX (Elaboração: Projeto Economia Paulista nos Anos 90).

Tabela 37
Brasil
Exportação por Blocos: Participação (condensada)
(%)

Blocos	1980	1981	1982	1983	1984	1985
EE	33,8	30,3	32,5	32,1	28,5	29,9
Nafta	20,6	21,4	22,5	25,0	30,7	29,2
Bloco Asiático	8,0	8,2	10,0	11,1	9,8	10,9
América do Sul	14,8	15,3	12,6	8,6	9,4	7,8
Mercosul	9,0	7,3	5,6	4,5	4,9	3,9
Resto do Mundo	22,7	24,9	22,4	23,2	21,6	22,1
Total Mundo	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Blocos	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
EE	29,8	29,8	31,2	33,1	33,6	32,8	30,8
Nafta	30,3	30,2	29,6	27,9	27,4	23,7	23,5
Bloco Asiático	12,1	11,7	14,3	15,5	16,0	17,1	14,7
América do Sul	10,6	10,7	10,2	8,9	8,6	13,2	18,0
Mercosul	5,2	5,3	4,9	4,0	4,2	7,3	11,4
Resto do Mundo	17,3	17,6	14,6	14,7	14,5	13,2	13,0
Total do Mundo	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SECEX (Elaboração: Projeto Economia Paulista nos Anos 90).

Tabela 38
Brasil
Exportação por Blocos e por Fatores Agregados
Produtos Básicos
(%)

Blocos	1980	1981	1982	1983	1984	1985
EE	49,9	46,3	46,9	50,7	51,7	54,3
América do Norte	17,5	16,0	16,0	13,3	17,2	16,2
Bloco Asiático	11,8	12,0	14,6	13,6	11,7	12,6
América do Sul	3,1	3,7	3,8	3,0	3,2	2,5
Mercosul	2,7	2,2	2,2	1,6	1,9	1,8
Resto do Mundo	17,6	22,0	18,8	19,5	16,7	14,4
Total Mundo	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Blocos	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
EE	51,6	48,8	53,4	54,4	52,1	52,1	55,2
América do Norte	14,7	13,6	13,1	10,7	12,7	12,1	11,0
Bloco Asiático	20,4	14,5	14,0	17,2	18,2	19,2	17,9
América do Sul	3,7	3,3	3,3	2,9	2,8	3,8	4,3
Mercosul	2,7	2,2	1,8	2,0	2,0	2,7	3,5
Resto do Mundo	9,7	19,7	16,2	14,9	14,2	12,8	11,6
Total do Mundo	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SECEX (Elaboração: Projeto Economia Paulista nos Anos 90).

Tabela 39
 Brasil
 Exportações por Blocos e por Fatores Agregados
 Produtos Industrializados
 (%)

Blocos	1980	1981	1982	1983	1984	1985
EEE	22,6	20,9	23,1	20,7	18,0	18,0
Nafta	23,4	25,3	27,6	33,2	37,8	36,3
Bloco Asiático	5,4	6,0	6,9	9,7	9,0	10,2
América do Sul	23,9	23,1	19,0	12,5	12,6	10,6
Mercosul	13,9	10,7	8,1	6,5	6,4	5,0
Resto do Mundo	24,7	24,7	23,4	23,8	22,7	24,8
Total Mundo	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Blocos	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
EEE	19,5	21,0	23,0	25,2	26,9	25,7	23,0
Nafta	38,3	37,9	36,4	34,9	33,7	28,5	27,9
Bloco Asiático	11,4	10,5	14,6	15,0	15,3	16,5	13,8
América do Sul	14,0	14,0	13,0	11,3	11,0	17,1	22,7
Mercosul	6,5	6,7	6,1	4,8	5,1	9,2	14,1
Resto do Mundo	16,9	16,5	13,0	13,6	13,1	12,2	12,6
Total do Mundo	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SECEX (Elaboração: Projeto Economia Paulista nos Anos 90).

Tabela 40
 Brasil
 Importações por Blocos e por Fatores Agregados
 Produtos Manufaturados
 (%)

Blocos	1980	1981	1982	1983	1984	1985
Estados Unidos	21,1	19,7	21,8	19,9	17,6	16,4
Europa Ocidental	24,4	26,8	28,9	34,6	40,4	38,1
Bloco Asiático	4,5	5,3	5,8	7,3	7,3	8,3
América do Sul	28,2	25,9	20,5	13,4	13,2	11,9
Países do Leste Europeu	16,1	12,0	8,4	6,9	6,7	5,6
Resto do Mundo	21,7	22,4	22,9	24,6	21,5	25,3
Total Mundo	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Blocos	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
Estados Unidos	18,2	20,7	21,2	23,7	26,2	25,2	21,5
Europa Ocidental	39,8	40,0	38,8	39,4	38,4	32,0	30,8
Bloco Asiático	8,2	6,8	10,9	9,0	8,6	9,5	7,8
América do Sul	16,1	16,3	15,1	13,7	13,5	20,8	27,2
Países do Leste Europeu	7,4	7,7	6,8	5,8	6,3	11,3	16,9
Resto do Mundo	17,7	16,2	14,0	14,2	13,2	12,5	12,6
Total do Mundo	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SECEX (Elaboração: Projeto Economia Paulista nos Anos 90).

Tabela 41
 Brasil
 Exportações por Blocos e por Fatores Agregados
 Produtos Semimanufaturados
 (%)

Blocos	1980	1981	1982	1983	1984	1985
EEE	28,1	27,7	32,1	25,4	20,0	26,2
Nafta	19,7	17,3	18,0	24,4	24,0	27,0
Bloco Asiático	8,7	10,0	14,8	24,9	17,9	20,1
América do Sul	7,3	7,3	8,5	6,4	9,1	4,5
Mercosul	5,3	3,9	6,0	4,1	5,1	1,6
Resto do Mundo	36,2	37,8	26,5	18,9	28,9	22,2
Total Mundo	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Blocos	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
EEE	25,7	22,4	29,8	29,9	29,0	27,3	28,3
Nafta	30,7	28,2	27,1	20,4	17,7	17,5	17,1
Bloco Asiático	27,2	28,1	29,5	34,1	37,9	39,0	35,6
América do Sul	3,6	3,7	4,7	3,7	2,5	5,0	6,3
Mercosul	2,2	2,1	3,3	1,5	1,3	2,6	4,1
Resto do Mundo	12,8	17,6	8,8	11,9	12,8	11,1	12,7
Total do Mundo	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SECEX (Elaboração: Projeto Economia Paulista nos Anos 90).

Tabela 42

Exportações Brasileiras - Mercados de Destino
1988-1993

(Participação (%) no total)

Período	1988	1989	1990	1991	1992	1993		
						Janeiro-Outubro		
						% Total	Var %	Particip Crescim. (%)a
Aladi	11,0	10,2	10,2	15,5	21,1	23,3	24,2	47,3
Mercosul	4,9	4,0	4,1	7,4	11,4	13,6	35,4	37,2
Argentina	2,9	2,1	2,0	4,7	8,5	9,1	18,9	15,1
Paraguai	1,0	0,9	1,2	1,6	1,5	2,5	81,3	11,9
Uruguai	1,0	1,0	0,9	1,1	1,4	2,0	97,8	10,2
México	0,8	1,3	1,6	2,4	3,1	2,6	-9,2	-2,7
Chile	1,6	2,0	1,5	2,1	2,6	2,9	28,0	6,6
Colômbia	0,7	0,6	0,5	0,5	1,0	1,0	28,2	2,2
Demais ^b	3,1	2,3	2,4	3,2	3,1	2,8	12,6	3,3
Estados Unidos ^c	26,7	24,3	24,6	19,9	19,3	20,6	13,5	25,5
Canadá	2,7	2,7	1,7	1,5	1,1	1,2	12,9	1,4
CE	28,7	30,6	30,9	30,9	29,6	25,9	-3,4	-9,4
Europa Oriental	3,2	3,2	2,3	1,3	1,0	1,2	42,2	3,8
Ásia	15,1	16,4	16,9	18,0	15,5	16,3	16,1	23,6
Oriente Médio	3,9	3,5	3,4	3,6	3,6	3,3	-2,3	-0,8
África	3,3	2,8	3,2	3,3	3,2	2,7	-5,1	-1,5
Demais Países ^d	5,4	6,4	6,8	6,1	4,1	4,3	16,4	6,4

(a) O total difere de 100% por desconsiderar os efeitos dos não declarados e da provisão para navios e aeronaves. (b) Bolívia, Equador, Peru e Venezuela. Para 1993, excluiu-se o Equador. (c) Inclui Porto Rico. (d) América Central, Caribe, demais Países da América do Sul e Europa e Oceania.

Fonte: Indicadores IESP (Instituto de Economia de São Paulo), n.23, dezembro 1993, setor externo, p. 33.

Nota: Dados fornecidos por DTIC.

ANEXO 2: A União Européia ou ex-Comunidade Européia (CE)

A Comunidade Econômica Européia (CEE) foi criada em 25 de março de 1957. Nesta época até mesmo os Estados Unidos apoiaram esta criação, pois, via neste bloco uma possibilidade de contrapor ao poderio da ex-União Soviética que estava crescendo e se fortificando.

Modificada em 1986 pelo Ato Único Europeu e começando sua nova fase com a entrada em vigor do Tratado de União Européia, conhecido como o Tratado de Maastricht, em 1º de novembro de 1993, onde deixa de ser apenas uma união aduaneira iniciar a união política da CE.

Neste sentido deixa de ser a Comunidade Econômica Européia para um conceito mais amplo, primeiramente Comunidade Européia para atualmente, com o Tratado de Maastricht, União Européia por "incluir além da área econômica, política, a cidadania européia, as áreas social e de educação, cultural, defesa do consumidor e a área monetária."⁸⁰ A Comunidade Européia passou por um processo de "renúncia dos Estados ao exercício de seus direitos de soberania"⁸¹ para que um organismo autônomo dotado de competências próprias (inclusive legislativa e judiciária) tomasse conta da organização.

80 Thorstensen, Vera. *Tudo sobre Comunidade Européia*. São Paulo : Editora Brasiliense, 1992.

81 FARIA, José Ângelo Estrella. *O Mercosul: Princípios, Finalidade e Alcance do Tratado de Assunção*. Brasília : Ministério das Relações Exteriores/Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior/ Núcleo de Assessoramento Técnico (MRE/SGIE/NAT), 1993. p. xiii.

Atualmente é formada pelos seguintes países:

França, Alemanha, Itália, Bélgica, Holanda, Luxemburgo (núcleo inicial dos 6 primeiros membros que começou em 1957 - Tratado de Roma), Reino Unido, Irlanda, Dinamarca (ingresso dos países do norte da Europa em 1972 - Tratado de Egmont), Grécia (em 1979), Portugal, Espanha (englobando os "primos pobres" do Atlântico em 1985).

Hoje são 12 países com aproximadamente 342 milhões de habitantes que se iniciaram suas uniões através do Tratado de Roma.

Mercado Interno de 92

Se a construção da CEE em 1957 não sofreu fortes ataques dos EUA, o mesmo não aconteceu com relação à construção do Mercado Interno, ou a chamada "Fortaleza Européia". Esta ameaça diretamente o poder de mercado dos EUA.

O Mercado Interno pode ser considerado apenas como uma outra denominação para o mercado comum europeu, ele salienta a idéia de que, com ele, todas as nações envolvidas passam a constituir um único espaço econômico. "Esta denominação ganhou uso depois do Ato Único Europeu, de 1986. Em decorrência do Tratado de Maastricht, talvez tenda a difundir-se a expressão "união européia", a qual, contudo,

abrange áreas inicialmente não compreendidas pela integração econômica.⁸²

Face à esta nova realidade, o que se viu foram inúmeras empresas americanas investindo no território da CE, formando joint ventures e acordos de forma a não perder para a concorrência.

Em 1985, a Comissão publicou o "Livro Branco", o qual com 279 medidas tentava remover os entraves para a efetivação do Mercado Interno, ou "Europa sem fronteiras".

Esta "Fortaleza" é hoje o maior mercado do mundo em exportações e importações. O seu poderio é tamanho que consegue influenciar na formação de regras gerais do comércio internacional a ponto de influenciar os dois outros blocos, América e Pacífico, no geral e mais especificamente, EUA e Japão.

Através de um breve histórico dos tratados procuramos mostrar como evoluíram os acordos de integração, passando de uma zona de livre comércio, para um aprofundamento da cooperação econômica e chegando a uma união política.

82 FARIA, José Ângelo Estrella. *O Mercosul: Princípios, Finalidade e Alcance do Tratado de Assunção*. Brasília : Ministério das Relações Exteriores/Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior/ Núcleo de Assessoramento Técnico (MRE/SGIE/NAT), 1993. p. xii.

Tratado de Roma

Este tratado assinado em 1957, entrando em vigor em 1958, estipulava uma zona de livre comércio entre os seis países membros.

Ato Único Europeu

Através deste ato que entrou em vigor em 1986 aprofundava-se a cooperação econômica e facilitava a relação entre os países. A primeira grande reforma do Tratado de Roma, deu maior poder aos órgãos comunitários e facilitou a aprovação de várias resoluções por maioria qualificada e não mais por unanimidade.

Tratado de Maastricht

O último tratado que entrou em vigor em 1º de novembro de 1993, inicia a união política da CE com um poder supranacional que tomará agora decisões comunitárias e não mais nacionais que pretende aprofundar o processo de unificação européia.

"Medidas:

1. Políticas externa e de segurança

Os 12 países-membros devem procurar alinhar suas posições em relação à política externa. Dá mais poderes à União da Europa Ocidental, braço militar da CE.

2. Justiça, Interior e Imigração

Unifica normas de asilo, imigração, combate às drogas, controle de fronteiras etc. Estimula a cooperação nas áreas de polícia e Justiça.

3. Política social

A CE passa a atuar nas áreas de saúde, condições e relações de trabalho, assistência social e combate ao desemprego. O Reino Unido se recusou a participar da política social comum.

4. União econômica e monetária

Unificação gradual das políticas econômicas e monetárias dos países-membros, em três estágios: em 1994 será criado o Instituto Monetário Europeu; em 1998 passa a funcionar o Banco Central Europeu;⁸³ em janeiro de 1999 o ecu deve começar a circular como a moeda única (surgiu em 1979). O Reino Unido pode não participar do terceiro estágio.

5. Parlamento Europeu

Terá mais poderes. Muitas das decisões do Conselho de Ministros, principal órgão executivo da CE, terão que passar pelo Parlamento sediado em Estrasburgo.

Atualmente é apenas um órgão consultivo, muito fragmentado, dificultando a tomada de decisões de maioria.

Achando interessante conhecer de forma concisa de que maneira as instituições se organizam na Comunidade Européia descrevemo-nas abaixo.

Instituições

⁸³ Entenda o Tratado de Maastricht. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 10 de nov. 1993. Mundo, p. 2-7.

A Comunidade Européia é composta das seguintes instituições, as quais com a União Política e formação do Mercado Interno, ganharão maior poder de decisão:

a) Assembléia ou Parlamento Europeu: órgão de controle e de deliberação. O peso de cada país é determinado segundo a população que lhes dará um determinado número de deputados que o representarão. Num total de 536 deputados eleitos pelos cidadãos comunitários temos a seguinte divisão: Alemanha (99 devido à unificação, antes era 81), França (81), Itália (81), Reino Unido (81), Espanha (60), Holanda (25), Grécia (24), Bélgica (24), Portugal (24), Dinamarca (16), Irlanda (15) e Luxemburgo (6).

O Parlamento Europeu, com a entrada em vigor do Tratado de Maastricht, saiu fortalecido com poder de veto sobre determinadas decisões da Comunidade.

b) Conselhos: órgãos de direção que definem as orientações políticas gerais.

b1) Conselho de Ministros: agricultura, transporte, indústria, finanças, etc

É importante observar que existem votações de maioria simples (51% dos votos), maioria qualificada (é necessário 2/3 dos votos) e unanimidade (que dá ao país membro o direito de veto em questões importantíssimas ao seu país), decisões de menor importância às fundamentais. Num maioria qualificada temos dentro dos 76 votos possíveis a seguinte divisão: Alemanha (10), França (10), Itália (10), Reino Unido (10), Espanha (8), Grécia (5), Bélgica (5), Holanda

(5), Portugal (5), Dinamarca (3), Irlanda (3) e Luxemburgo (2).

Para totalizarem os 2/3 grandes precisam se aliar a pequenos ou pequenos a pelo um grande para verem suas propostas aceitas.

Dados: THORSTENSEN, Vera. *Tudo sobre Comunidade Européia*. São Paulo : Editora Brasiliense, 1992. p. 285.

b2) Conselho Europeu: é uma instituição comunitária criada em 1986, à quem cabem as questões de difícil negociação.

c) Comissão: órgão de direção, função executiva.

Composta por 12 membros representados os 12 Estados Membros. Este número deverá se alterar com o aumento de adesões de novos Estados Membros.

d) Tribunal de Justiça: órgão de controle, funções judiciária e consultiva. Colabora com os tribunais nacionais, porém, suas decisões estão acima destes.

Órgão Auxiliares

. Comitê Econômico e Social: órgão consultivo. Representação também depende da população.

. Tribunal de Contas: fiscaliza as contas da Comunidade Européia.

. Banco Europeu de Investimentos: é uma instituição monetária e um banco com intuito de fazer investimentos de desenvolvimento.

. Conselho Europeu

Segundo Vera Thorstensen com o Tratado de Maastricht a Comunidade Européia assume a seguinte missão:

"A Comunidade tem por missão, pelo estabelecimento de um mercado comum, de uma união econômica e monetária e pela construção de políticas e de ações comuns, promover um desenvolvimento harmonioso e equilibrado das atividades econômicas dentro do conjunto da Comunidade, um crescimento durável e não inflacionário, respeitando o ambiente, um alto grau de convergência de desempenhos econômicos, um nível de emprego e proteção social elevado, o aumento do nível e qualidade de vida, a coesão econômica e social e a solidariedade entre os Estados Membros."⁸⁴

⁸⁴ Thorstensen, Vera. *Tudo sobre Comunidade Européia*. São Paulo : Editora Brasiliense, 1992. p. 259.

ANEXO 3: TRATADO DE INTEGRAÇÃO BRASIL E ARGENTINA

TRATADO DE INTEGRAÇÃO, COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O
GOVERNO DA REPÚBLICA ARGENTINA

O Governo da República Federativa do Brasil e

O Governo da República Argentina (doravante
denominados "Estados-Parte"), considerando

O fato histórico que representa a Declaração de
Iguaçu de 30 de novembro de 1985;

A Ata para Integração Brasileiro-Argentina e os
progressos do Programa de Integração e Cooperação Econômica,
de 29 de julho de 1986;

A Ata de Amizade Argentino-Brasileira: Democracia,
Paz e Desenvolvimento;

A necessidade de consolidar definitivamente o
processo de integração econômica entre as duas Nações, em
que um marco de renovado impulso à integração da América
Latina;

A decisão de ambos os Governos de preparar as duas
Nações para os desafios do Século XXI, e

Os compromisso assumidos pelos dois Estados no
Tratado de Montevideu, de 1980, acordam o seguinte:

I - Objetivos e Princípios

Artigo 1 - O objetivo final do presente Tratado é a
consolidação do processo de integração e cooperação
econômica, entre a República Federativa do Brasil e a
República Argentina.

Os territórios dos dois países integrarão um espaço econômico comum, de acordo com os procedimentos e os prazos estabelecidos no presente Tratado.

Artigo 2 - O presente Tratado e os Acordos específicos dele decorrentes serão aplicados segundo os princípios de gradualismo, flexibilidade, equilíbrio e simetria, para permitir progressiva adaptação dos habitantes das empresas de cada Estado-Parte às novas condições de concorrência e de legislação econômica.

II - Primeira Etapa

Artigo 3 - A remoção de todos os obstáculos tarifários e não-tarifários ao comércio de bens e serviços nos territórios dos dois Estados-Parte será alcançada gradualmente, no prazo máximo de dez anos, através da negociação de Protocolos Adicionais ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no Período 1962-1980 (Acordo nº 01).

Os Protocolos Adicionais, através da convergência dos níveis tarifários então vigentes, consolidarão progressivamente os níveis tarifários comuns, da Nomenclatura Aduaneira da ALADI.

Artigo 4 - A harmonização das políticas aduaneiras de comércio interno e externo, agrícola, industrial, de transportes e comunicações, científica e tecnológica e outras que os Estados-Parte acordarem, assim com a coordenação das políticas em matérias monetária, fiscal, cambial e de capitais serão realizadas, gradualmente, através de Acordos específicos, que, nos casos correspondentes, deverão ser aprovados pelo Poder Legislativo da República Federativa do Brasil e pelo Poder Legislativo da República Argentina.

III - Segunda Etapa

Artigo 5 - Concluída a Primeira Etapa, proceder-se-á à harmonização gradual das demais políticas necessárias à formação do mercado comum entre os Estados-Parte, incluindo, entre outras, as relativas a recursos humanos, através da negociação de Acordos específicos, que serão aprovados pelo Poder Legislativo da República Federativa do Brasil e pelo Poder Legislativo da República Argentina.

IV - Mecanismo

Artigo 6 - A execução do presente Tratado e de seus Acordos específicos estará a cargo da Comissão de Execução do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento.

A Comissão de Execução será co-presidida pelo Presidente da República Federativa do Brasil e pelo Presidente da República Argentina.

Será integrada por quatro Ministros de Estado brasileiros e por quatro Ministros de Estado argentinos. Seus trabalhos serão coordenados pelos Ministros das Relações Exteriores, que designarão um alto funcionário em cada país como Secretário Nacional da Comissão.

A Comissão enviará à Comissão Parlamentar Conjunta de Integração o projetos de Acordos específicos, para os fins do disposto no artigo 8.

Artigo 7 - A Comissão poderá formar, para cada Acordo específico, Comissões Técnicas Conjuntas de Estudo e de Implementação, compostas por funcionários pertencentes aos órgãos administrativos competentes de cada Estado-Parte e cuja coordenação política estará a cargo das Chancelarias.

Ademais, proporá as instâncias e mecanismos para assegurar o cumprimento dos Acordos decorrentes do presente Tratado, assim como para a solução das eventuais controvérsias.

Artigo 8 - Os projetos dos Acordos específicos negociados pelos Governos dos Estados-Parte, antes de seu envio aos respectivos Poderes Legislativos, serão apreciados por uma Comissão Parlamentar Conjunta de Integração, de caráter consultivo, que será composta por doze parlamentares de cada país, designados pelos respectivos Poderes Legislativos, com mandato de dois anos.

A referida Comissão transmitirá à Comissão de Execução do Tratado suas recomendações.

V - Disposições Gerais

Artigo 9 - O presente Tratado se aplicará sem prejuízo dos compromissos internacionais, bilaterais ou multilaterais, assumidos por qualquer dos dois Estados-Parte.

Artigo 10 - A solicitação de associação por parte de Estado-membro da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) a este Tratado, ou a um Acordo específico dele decorrente, poderá ser examinada pelos dois Estados-Parte após cinco anos de vigência deste Tratado ou do Acordo específico a que o Estado-membro da ALADI solicite sua associação.

A associação se realizará através de um Tratado ou de um Acordo específico, em conformidade com os procedimentos dispostos nos artigos 6 e 8 acima.

Artigo 11 - O presente Tratado entrará em vigor na data da troca, dos Instrumentos de Ratificação.

Artigo 12 - O presente Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina terá vigência indefinida.

O Estados-Parte que desejar denunciar o presente Tratado deverá comunicar essa intenção ao outro Estados-Parte, efetuando entrega formal do documento de denúncia um ano após a realização da comunicação. Formalizada a denúncia, cessarão automaticamente, para os dois Estados-Parte, os direitos, e obrigações decorrentes deste Tratado.

A denúncia de Acordos específicos decorrentes deste Tratado obedecerá às normas específicas neles fixadas. Caso não existam essas disposições, será aplicada a norma geral do parágrafo anterior do presente artigo.

Feito em Buenos Aires, aos vinte e nove dias do mês de novembro de 1988, em dois exemplares originais, nas línguas portuguesa e espanhola, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Governo da República Federativa do Brasil.

Governo da República Argentina.

ANEXO 4: TRATADO DO MERCOSUL**TRATADO PARA A CONSTITUIÇÃO DE UM MERCADO COMUM
ENTRE A REPÚBLICA ARGENTINA, A REPÚBLICA FEDERATIVA DO
BRASIL, A REPÚBLICA DO PARAGUAI E A REPÚBLICA ORIENTAL DO
URUGUAI**

A República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, doravante denominados "Estados Partes";

Considerando que a ampliação das atuais dimensões de seus mercados nacionais, através da integração, constitui condição fundamental para acelerar seu processo de desenvolvimento econômico com justiça social;

Entendendo que esse objetivo deve ser alcançado mediante o aproveitamento mais eficaz dos recursos disponíveis, a preservação do meio ambiente, o melhoramento das interconexões físicas, a coordenação de políticas macroeconômicas e a complementação dos diferentes setores da economia, com base nos princípios de gradualidade, flexibilidade e equilíbrio;

Tendo em conta a evolução dos acontecimentos internacionais, em especial a consolidação de grandes espaços econômicos, e a importância de lograr uma adequada inserção internacional para seus países;

Expressando que este processo de integração constitui uma resposta adequada a tais acontecimentos;

Conscientes de que o presente Tratado deve ser considerado como um novo avanço no esforço tendente ao desenvolvimento progressivo da integração da América Latina, conforme o objetivo do Tratado de Montevideu de 1980;

Convencidos da necessidade de promover o desenvolvimento científico e tecnológico dos Estados Partes e de modernizar suas economias para ampliar a oferta e a qualidade dos bens de serviços disponíveis, a fim de melhorar as condições de vida de seus habitantes;

Reafirmando sua vontade política de deixar estabelecidas as bases para uma união cada vez mais estreita entre seus povos, com a finalidade de alcançar os objetivos supra mencionados; acordam:

CAPÍTULO I

Propósitos, Princípios e Instrumentos

Artigo 1 - Os Estados Partes decidem constituir um Mercado Comum, que deverá estar estabelecido a 31 de dezembro de 1994, e que se denominará "Mercado Comum do Sul" (MERCOSUL).

Este Mercado Comum implica:

A livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, através, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários e restrições não tarifárias à circulação de mercadorias e de qualquer outra medida de efeito equivalente;

O estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum em relação terceiros Estados ou agrupamentos de Estados e a coordenação de posições em foro econômico-comerciais regionais e internacionais;

A coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Partes - de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetário, cambial e de capitais, de serviços, alfandegária, de transportes e comunicações e outras que se acordem-, a fim de assegurar condições adequadas de concorrência entre os Estados Partes, e

O compromisso dos Estados Partes de harmonizar suas legislações, nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração.

Artigo 2 - O Mercado Comum estará fundado na reciprocidade de direitos e obrigações entre os Estados Partes.

Artigo 3 - Durante o período de transição, que se estenderá desde a entrada em vigor do presente Tratado até 31 de dezembro de 1994, e a fim de facilitar a constituição do Mercado Comum, os Estados Partes adotam um Regime Geral de Origem, um Sistema de Solução de Controvérsias e Cláusulas de Salvaguarda, que constam como Anexos II, III e IV ao presente Tratado.

Artigo 4 - Nas relações com terceiros países, os Estados Partes assegurarão condições eqüitativas de comércio. Para tal fim, aplicarão suas legislações nacionais para inibir importações cujos preços estejam influenciados por subsídios *dumping* ou qualquer outra prática desleal. Paralelamente, os Estados Partes coordenarão suas respectivas políticas nacionais com o objetivo de elaborar normas comuns sobre concorrência comercial.

Artigo 5 - Durante o período de transição, os principais instrumentos para a constituição do Mercado Comum são:

- a) Um Programa de Liberação Comercial, que consistirá em reduções tarifárias progressivas, lineares e automáticas, acompanhadas da eliminação de restrições não tarifárias ou medidas de efeito equivalente, assim como de outras restrições do comércio entre os Estados Partes, para chegar a 31 de dezembro de 1994 com tarifa zero, sem barreiras não tarifárias sobre a totalidade do universo tarifário (Anexo I);
- b) A coordenação de políticas macroeconômicas que se realizará gradualmente e de forma convergente com os programas de desgravação tarifária e eliminação de restrições não tarifárias, indicadas na letra anterior;
- c) Uma tarifa externa comum, que incentive a competitividade externa dos Estados Partes;
- d) A adoção de acordos setoriais, com o fim de otimizar a utilização e mobilidade dos fatores de produção e alcançar escalas operativas eficientes.

Artigo 6 - Os Estados Partes reconhecem diferenças pontuais de ritmo para a República do Paraguai e para a República Oriental do Uruguai, que constam no Programa de Liberação Comercial (ANEXO I).

Artigo 7 - Em matéria de impostos, taxas e outros gravames internos, os produtos originários do território de um Estado Parte gozarão, nos outros Estados Partes, do mesmo tratamento que se aplique ao produto nacional.

Artigo 8 - Os Estados Partes se comprometem a preservar os compromissos assumidos até a data de celebração do presente Tratado, inclusive os Acordos firmados, no

âmbito da Associação Latino-Americana de Integração, e a coordenar suas posições nas negociações comerciais externas que empreendam durante o período de transição. Para tanto:

- a) Evitarão afetar os interesses dos Estados Partes nas negociações comerciais que realizem entre si até 31 de dezembro de 1994;
- b) Evitarão afetar os interesses dos demais Estados Partes ou os objetivos do Mercado Comum nos Acordos que celebrarem com outros países membros da Associação-Latino Americana de Integração durante o período de transição;
- c) Realizarão consultas entre si sempre que negociem esquemas amplos de desgravação tarifária, tendentes à formação de zonas de livre comércio com os demais países membros da Associação Latino-Americana de Integração;
- d) Estenderão automaticamente aos demais Estados Partes qualquer vantagem, favor, franquia, imunidade ou privilégio que concedam a um produto originário de ou destinado a terceiros países não membros da Associação Latino-Americana de Integração.

CAPÍTULO II

Estrutura Orgânica

Artigo 9 - A administração e execução de presente Tratado e dos Acordos específicos e decisões que se adotem no quadro jurídico que o mesmo estabelece durante o período de transição estarão a cargo dos seguintes órgãos:

- a) Conselho do Mercado Comum;
- b) Grupo Mercado Comum.

Artigo 10 - O Conselho é órgão superior do Mercado Comum, correspondendo-lhe a condução política do mesmo e a tomada de decisões para assegurar o cumprimento dos objetivos e prazos estabelecidos para a constituição definitiva do Mercado Comum.

Artigo 11 - O Conselho estará integrado pelos Ministros de Relações Exteriores e os Ministros de Economia dos Estados Partes.

Reunir-se-á quantas vezes estime oportunidade, e, pelo menos uma vez ao ano, o fará com a participação dos Presidentes dos Estados Partes.

Artigo 12 - A Presidência do Conselho se exercerá por rotação dos Estados Partes e em ordem alfabética, por períodos de seis meses.

As reuniões do Conselho serão coordenadas pelos Ministros de Relações Exteriores e poderão ser convidados a delas participarem outros Ministros ou autoridades de nível ministerial.

Artigo 13 - O Grupo Mercado Comum é o órgão executivo do Mercado Comum e será coordenado pelos Ministros das Relações Exteriores.

O Grupo Mercado Comum terá faculdade de iniciativa. Suas funções serão as seguintes:

- velar pelo cumprimento do Tratado;
- tomar as providências necessárias ao cumprimento das decisões adotadas pelo Conselho;
- propor medidas concretas tendentes à aplicação do Programa de Liberação Comercial, à coordenação de políticas macroeconômicas e à negociação de Acordos frente a terceiros;
- fixar programas de trabalho que assegurem avanços para o estabelecimento do Mercado Comum.

O Grupo Mercado Comum poderá constituir os Subgrupos de Trabalho que forem necessários para o cumprimento de seus objetivos. Contará inicialmente com os Subgrupos mencionados no Anexo V.

O Grupo Mercado Comum estabelecerá seu regime interno no prazo de 60 dias a partir de sua instalação.

Artigo 14 - O Grupo Mercado Comum estará integrado por quatro membros titulares e quatro membros alternos por país, que representem os seguintes órgãos públicos:

- Ministério das Relações Exteriores;

- Ministério da Economia ou seus equivalentes (áreas de indústria, comércio exterior e ou coordenação econômica);

- Banco Central.

Ao elaborar e propor medidas concretas no desenvolvimento de seus trabalhos, até 31 de dezembro de 1994, o Grupo Mercado Comum poderá convocar, quando julgar conveniente, representantes de outros órgãos da Administração Pública e do setor privado.

Artigo 15 - O Grupo Mercado Comum contará com uma Secretaria Administrativa cujas principais funções consistirão na guarda de documentos e comunicações de atividades do mesmo. Terá sua sede na cidade de Montevidéu.

Artigo 16 - Durante o período de transição, as decisões do Conselho do Mercado Comum e do Grupo Mercado Comum serão tomadas por consenso e com a presença de todos os Estados Partes.

Artigo 17 - Os idiomas oficiais do Mercado Comum serão o português e o espanhol e a versão oficial dos documentos de trabalho será o do idioma do país sede de cada reunião.

Artigo 18 - Antes do estabelecimento do Mercado Comum, a 31 de dezembro de 1994, os Estados Partes convocarão uma reunião extraordinária com o objetivo de determinar a estrutura institucional definitiva dos órgãos de administração do Mercado Comum, assim como as atribuições específicas de cada um deles e seu sistema de tomada de decisões.

CAPÍTULO III

Vigência

Artigo 19 - O presente Tratado terá duração indefinida e entrará em vigor 30 dias após a data do depósito do terceiro instrumento de ratificação. Os instrumentos de ratificação serão depositados ante o Governo da República do Paraguai, que comunicará a data do depósito aos Governos dos demais Estados Partes.

O Governo da República do Paraguai notificará ao Governo de cada um dos demais Estados Partes a data de entrada em vigor do presente Tratado.

CAPÍTULO IV

Adesão

Artigo 20 - O presente Tratado estará aberto à adesão, mediante negociação, dos demais países membros da Associação Latino-Americana de Integração, cujas solicitações poderão ser examinadas pelos Estados Partes depois de cinco anos de vigência deste Tratado.

Não obstante, poderão ser considerados antes do referido prazo as solicitações apresentadas por países membros da Associação Latino-Americana de Integração que não façam parte de esquemas de integração Sub-regional ou de uma associação extra-regional.

A aprovação das solicitações será objeto de decisão unânime dos Estados Partes.

CAPÍTULO V

Denúncia

Artigo 21 - O Estado Parte que desejar desvincular-se do presente Tratado deverá comunicar essa intenção aos demais Estados Partes de maneira expressa e formal, efetuando no prazo de sessenta (60) dias a entrega do documento de denúncia ao Ministério das Relações Exteriores da República do Paraguai, que o distribuirá aos demais Estados Partes.

Artigo 22 - Formalizada a denúncia, cessarão para o Estado denunciante os direitos e obrigações que correspondam a sua condição de Estado Parte, mantendo-se os referentes ao programa de liberação do presente Tratado e outros aspectos que os Estados Partes, juntos com o Estado denunciante, acordem no prazo de sessenta (60) dias após a formalização da denúncia. Esses direitos e obrigações do Estado denunciante continuarão em vigor por um período de dois (2) anos a partir da data da mencionada formalização.

CAPÍTULO VI

Disposições Gerais

Artigo 23 - O presente Tratado se chamará "Tratado de Assunção".

Artigo 24 - Com o objetivo de facilitar a implementação do Mercado Comum, estabelecer-se-á uma Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL. Os Poderes Executivos dos Estados Partes manterão seus respectivos Poderes Legislativos informados sobre a evolução do Mercado Comum objeto do presente Tratado.

Feito na cidade de Assunção; aos 26 dias do mês de março de mil novecentos e noventa e um, em um original, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos. O Governo da República do Paraguai será o depositário do presente Tratado e enviará cópia devidamente autenticada do mesmo aos Governos dos demais Estados Partes signatários e aderentes.

Governo da República Argentina

Governo da República Federativa do Brasil

Governo da República do Paraguai

Governo da República Oriental do Uruguai

Cópia Fiel do Original que está no Departamento de Tratados do Ministério de Relações Exteriores da República do Uruguai.

Sub-Secretário de Estado de Relações Exteriores

ANEXO I

Programa de Liberação Comercial

Artigo Primeiro - Os Estados acordam eliminar, o mais tardar a 31 de dezembro de 1994, os gravames e demais restrições aplicadas ao seu comércio recíproco.

No que se refere às Listas de Exceções apresentadas pela República do Paraguai e pela República Oriental do Uruguai, o prazo para sua eliminação se estenderá até 31 de dezembro de 1995, nos termos do Artigo Sétimo do presente Anexo.

Artigo Segundo - Para efeito do disposto no Artigo anterior, se entenderá:

- a) por "gravames", os direitos aduaneiros e quaisquer outras medidas de efeito equivalente, sejam de caráter fiscal, monetário, cambial ou de qualquer natureza, que incidam sobre o comércio exterior. Não estão compreendidas neste conceito taxas e medidas análogas quando respondam ao custo aproximado dos serviços prestados; e
- b) por "restrições", qualquer medida de caráter administrativo, financeiro, cambial ou de qualquer natureza, mediante a qual um Estado Parte impeça ou dificulte, por decisão unilateral, o comércio recíproco. Não estão compreendidas no mencionado conceito as medidas adotadas em virtude das situações previstas no Artigo 50 do Tratado de Montevidéu de 1980.

Artigo Terceiro - A a partir da data de entrada em vigor do Tratado, os Estados Partes iniciarão um programa de desgravação progressivo, linear e automático, que beneficiará os produtos compreendidos no universo tarifário, classificados em conformidade com a nomenclatura tarifária utilizada pela Associação Latino-Americana de Integração, de acordo com o cronograma que se estabelece a seguir:

DATA/PERCENTUAL DE DESGRAVAÇÃO

30/VI/91	31/XII/91	30/VI/92	31/XII/92	30/VI/93
47	54	61	68	75
31/XII/93	30/VI/94	31/XII/94		
82	89	100		

As preferências serão aplicadas sobre a tarifa vigente no momento de sua aplicação e consistem em uma redução percentual dos gravames mais favoráveis aplicados à importação dos produtos procedentes de terceiros países não membros da Associação Latino-Americana de Integração.

No caso de algum dos Estados Partes elevar essa tarifa para a importação de terceiros países, o cronograma estabelecido continuará a ser aplicado sobre o nível tarifário vigente a 1 de janeiro de 1991.

Se se reduzirem as tarifas, a preferência correspondente será aplicada automaticamente sobre a nova tarifa na data de entrada em vigência da mesma.

Para tal efeito, os Estados Partes intercambiarão entre si e remeterão à Associação Latino-Americana de Integração, dentro de trinta dias a partir da entrada em vigor do Tratado, cópias atualizadas de suas tarifas aduaneiras, assim como das vigentes em 1 de janeiro de 1991.

Artigo Quarto - As preferências negociadas nos Acordos de Alcance Parcial, celebrados no marco da Associação Latino-Americana de Integração pelos Estados Partes entre si, serão aprofundadas dentro do presente Programa de Desgravação de acordo com o seguinte cronograma:

DATA/PERCENTUAL DE DESGRAVAÇÃO

	31/XII/90	30/VI/91	31/XII/91	30/VI/92	30/XII/92
00 a 40	47	54	61	68	
41 a 45	52	59	66	73	
46 a 50	57	64	71	78	
51 a 55	61	67	73	79	
56 a 60	67	74	81	88	
61 a 65	71	77	73	89	
66 a 70	75	80	85	90	
71 a 75	80	85	90	95	
76 a 80	85	90	95	100	
81 a 85	89	93	97	100	
86 a 90	95	100			

91 a 95	100			
96 a 100				
00 a 40	75	82	89	100
41 a 45	80	87	94	100
46 a 50	85	92	100	
51 a 55	86	93	100	
56 a 60	95	100		
61 a 65	96	100		
66 a 70	95	100		
71 a 75	100			
76 a 80				
81 a 85				
86 a 90				
91 a 95				
96 a 100				

Estas desgravações se aplicarão exclusivamente no âmbito dos respectivos Acordos de Alcance Parcial, não beneficiando os demais integrantes do Mercado Comum, e, não alcançarão os produtos incluídos nas respectivas Listas de Exceções.

Artigo Quinto - Sem prejuízo do mecanismo descrito nos Artigos Terceiro e Quarto, os Estados Partes poderão aprofundar adicionalmente as preferências, mediante negociações a efetuarem-se no âmbito dos Acordos previstos no Tratado de Montevideu 1980.

Artigo Sexto - Estarão excluídos do cronograma de desgravação a que se referem os Artigos Terceiros e Quarto do presente Anexo os produtos compreendidos nas Listas da ALADI:

República Argentina	394
República Federativa do Brasil	324
República do Paraguai	439
República Oriental do Uruguai	960

Artigo Sétimo - As Listas de Exceções serão reduzidas no vencimento de cada ano calendário de acordo com o cronograma que se detalha a seguir:

- a) Para a República Argentina e a República Federativa do Brasil na razão de vinte por cento (20%) anuais dos itens que a compõe, redução que se aplica desde 31 de dezembro de 1990;
- b) Para a República do Paraguai e para a República Oriental do Uruguai, a redução se fará na razão de:

10% na data de entrada em vigor do Tratado,

10% em 31 de dezembro de 1991,

20% em 31 de dezembro de 1992,

20% em 31 de dezembro de 1993,

20% em 31 de dezembro de 1994,

20% em 31 de dezembro de 1995

Artigo Oitavo - As listas de Exceções incorporadas nos pêndices I, II, III e IV incluem a primeira redução contemplada no Artigo anterior.

Artigo Nono - Os produtos que forem retirados das listas de Exceções nos termos revistos no Artigo Sétimo se beneficiarão automaticamente das preferências que resultem do Programa de Desgravação estabelecido no Artigo Terceiro

do presente Anexo com, pelo menos, o percentual de desgravação mínimo previsto na data em que se opere sua retirada dessas Listas.

Artigo Décimo - Os Estados Partes somente poderão aplicar até 31 de dezembro de 1994, aos produtos compreendidos no programa de desgravação, as restrições não tarifárias expressamente declaradas nas Notas Complementares ao Acordo de Complementação que os Estados Partes celebrem no marco do Tratado de Montevideu 1980.

A 31 de dezembro de 1994 e no âmbito do Mercado Comum, ficarão eliminadas todas as restrições não tarifárias.

Artigo Décimo Primeiro - A fim de assegurar o cumprimento do cronograma de desgravação estabelecido nos Artigos Terceiro e Quarto, assim como o Estabelecimento do Mercado Comum, os Estados Partes coordenarão as políticas macroeconômicas e as setoriais que se acordem, a que se refere o Tratado para a constituição do Mercado Comum, começando por aquelas relacionadas aos fluxos de comércio e à configuração dos setores produtivos dos Estados Partes.

Artigo Décimo Segundo - As normas contidas no presente Anexo não se aplicarão aos Acordos de Alcance Parcial, de Complementação Econômica Números 1, 2, 13, 14, nem aos comerciais e agropecuários, subscritos no âmbito do Tratado de Montevideu 1980, os quais se regerão exclusivamente pelas disposições nele estabelecidas.

ANEXO II

Regime Geral de Origem

CAPÍTULO I

Regime Geral de Qualificação de Origem

Artigo Primeiro - Serão considerados originários dos Estados Partes:

- a) Os produtos elaborados integralmente no território de qualquer um deles, quando em sua elaboração forem utilizados exclusivamente materiais originários dos Estados Partes;

- b) Os produtos compreendidos nos capítulos ou posições da Nomenclatura Tarifária da Associação Latino-Americana de Integração que se identificam no Anexo 1 da Resolução 78 do Comitê de Representantes da citada Associação, pelo simples fato de serem produzidos em seus respectivos territórios.

Considerar-se-ão produzidos no território de um Estado Parte:

i) Os produtos dos reinos mineral, vegetal ou animal, incluindo os da caça e da pesca, extraídos, colhidos ou apanhados, nascidos e criados em seu território ou em suas Águas Territoriais ou Zona Econômica Exclusiva;

ii) Os produtos do mar extraídos fora de suas Águas Territoriais e Zona Econômica Exclusiva por barcos de sua bandeira ou arrendados por empresas estabelecidas em seu território; e

iii) Os produtos que resultem de operações ou processos efetuados em seu território pelos quais adquiram a forma final em que serão comercializados, exceto quando esses processos ou operações consistam somente em simples montagens ou ensamblagens, embalagem, fracionamento em lotes ou volumes, seleção e classificação, marcação, composição de sortimentos de mercadorias ou outras operações ou processos equivalentes;

c) Os produtos em cuja elaboração se utilizem materiais não originários dos Estados Partes, quando resultem de um processo de transformação, realizado no território de algum deles, que lhes confira uma nova individualidade, caracterizada pelo fato de estarem classificados na Nomenclatura Aduaneira da Associação Latino-Americana de Integração em posição diferente à dos mencionados materiais, exceto nos casos em que os Estados Partes determinem que, ademais, se cumpra com o requisito previsto no Artigo Segundo do presente Anexo.

Não obstante, não serão considerados originários os produtos resultantes de operações ou processos efetuados no território de um Estado Parte pelos quais adquiram a forma final em que serão comercializados, quando nessas operações ou processos forem utilizados exclusivamente materiais ou insumos não originários de seus respectivos países e consistam apenas em montagens ou ensamblagens, fracionamento

em lotes ou volumes, seleção, classificação, marcação, composição de sortimentos de mercadorias ou outras operações ou processos semelhantes;

d) Até 31 de dezembro de 1994 os produtos resultantes de operações de montagem e montagem realizadas no território de um Estado Parte utilizando materiais originários dos Estados Partes e de terceiros países, quando o valor dos materiais originários não for inferior a 40% do valor FOB de exportação do produto final, e

e) Os produtos que, além de serem produzidos em seu território, cumpram com os requisitos específicos estabelecidos no Anexo 2 da Resolução 78 do Comitê de Representantes da Associação Latino-Americana de Integração.

Artigo Segundo - Nos casos em que o requisito estabelecido na letra c) do Artigo Primeiro não possa ser cumprido porque o processo de transformação operado não implica mudança de posição na nomenclatura, bastará que o valor CIF porto de destino ou ~~CIF~~ porto marítimo dos materiais de terceiros países não exceda a 50 (cinquenta) por cento do valor FOB de exportação das mercadorias de que se trata.

Na ponderação dos materiais originários de terceiros países para os Estados Partes sem litoral marítimo, ter-se-ão em conta, como porto de destino, os depósitos e zonas francas concedidos pelos demais Estados Partes, quando os materiais chegarem por via marítima.

Artigo Terceiro - Os Estados Partes poderão estabelecer, de comum acordo, requisitos específicos de origem, que prevalecerão sobre os critérios gerais de qualificação.

Artigo Quarto - Na determinação dos requisitos específicos de origem a que se refere o Artigo Terceiro, assim como na revisão dos que tiverem sido estabelecidos, os Estados Partes, tomarão como base, individual ou conjuntamente, os seguintes elementos:

I) Materiais e outros insumos empregados na produção:

a) Matérias-primas:

i) Matéria-prima preponderante ou que confira ao produto sua característica essencial; e

ii) Matérias-primas principais.

b) Partes ou peças:

i) Parte ou peça que confira ao produto sua característica essencial;

ii) Partes ou peças principais; e

iii) Percentual das partes ou peças em relação ao peso total.

c) Outros insumos.

II) Processo de transformação ou elaboração utilizado.

III) Proporção máxima do valor dos materiais importados de terceiros países em relação ao valor total do produto, que resulte do procedimento de valorização acordado em cada caso.

Artigo Quinto - Em casos excepcionais, quando os requisitos específicos não puderem ser cumpridos porque, correm problemas circunstanciais de abastecimento: disponibilidades, especificações técnicas, prazo de entrega, preço, tendo em conta o disposto no Artigo 4 do Tratado, poderão ser utilizados materiais não originários dos Estados partes.

Dada a situação prevista no parágrafo anterior, o país exportador emitirá o certificado correspondente informando ao Estado Parte importador e ao Grupo Mercado Comum, acompanhando os antecedentes e constâncias que justifiquem a expedição do referido documento.

Caso se produza uma contínua reiteração desses casos, o Estado Parte exportador ou o Estado Parte importador comunicará esta situação ao Grupo Mercado Comum, para fins de revisão do requisito específico.

Este Artigo não compreende os produtos que resultem de operações de ensamblagem ou montagem, e será aplicável até a entrada em vigor da Tarifa Externa Comum para os

produtos objeto de requisitos específicos de origem e seus materiais ou insumos.

Artigo Sexto - Qualquer dos Estados Partes poderá solicitar a revisão dos requisitos de origem estabelecidos de conformidade com o Artigo Primeiro. Em sua solicitação, deverá propor e fundamentar os requisitos aplicável ao produto ou produtos de que se trate.

Artigo Sétimo - Para fins do cumprimento dos requisitos de origem, os materiais e outros insumos, originários do território de qualquer dos Estados Partes, incorporados por Estado Parte na elaboração de determinado produto, serão considerados originários do território deste último.

Artigo Oitavo - O critério de máxima utilização de materiais ou outros insumos originários dos Estados Partes não poderá ser considerado para fixar requisitos que impliquem a imposição de materiais ou outros insumos dos referidos Estados Partes quando, a juízo dos mesmos, estes não cumpram condições adequadas de abastecimento, qualidade e preço, ou que não se adaptem os processos industriais ou tecnologias aplicadas.

Artigo Nono - Para que as mercadorias originárias se beneficiem dos tratamentos preferenciais, as mesmas deverão ter sido expedidas diretamente do país exportador ao país importador. Para tal fim, se considera expedição direta:

a) As mercadorias transportadas sem passar pelo território de algum país não participante do Tratado.

b) As mercadorias transportadas em trânsito por um mais países participantes, com ou sem transbordo ou armazenamento temporário, sob a vigilância de autoridade alfandegária competente em tais países, sempre que:

i) o trânsito estiver justificado por razões geográficas ou por considerações relativas a requerimentos do transporte;

ii) não estiverem destinadas ao comércio, uso ou emprego no país de trânsito, e

iii) não sofram, durante o transporte e depósito, nenhuma operação distinta às de carga e descarga ou manuseio

para mantê-las em boas condições ou assegurar sua conservação.

Artigo Décimo - Para os efeitos do presente Regime Geral se entenderá:

a) que os produtos procedentes das zonas francas situadas nos limites geográficos de qualquer dos Estados Partes deverão cumprir os requisitos previstos no presente Regime Geral;

b) que a expressão "materiais" compreende as matérias-primas, os produtos intermediários e as partes e peças utilizadas na elaboração das mercadorias.

CAPÍTULO II

Declaração, Certificação e Comprovação

Artigo Décimo Primeiro - Para que a importação dos produtos originários dos Estados Partes possa beneficiar-se das reduções de agravantes e restrições outorgadas entre si, na documentação correspondente às exportações de tais produtos deverá constar uma declaração que certifique o cumprimento dos requisitos de origem estabelecidos de acordo com o disposto no Capítulo anterior.

Artigo Décimo Segundo - A declaração a que se refere o Artigo precedente será expedida pelo produtor final ou pelo exportador da mercadoria, e certificada por uma repartição oficial ou entidade de classe com personalidade jurídica, credenciada pelo Governo do Estado Parte exportador.

Ao credenciar entidades de classe, os Estados Partes velarão para que se trate de organizações que atuem com jurisdição nacional, podendo delegar atribuições a entidades regionais ou locais, conservando sempre a responsabilidade direta pela veracidade das certificações que forem expedidas.

Os Estados Partes se comprometem, no prazo de 90 dias a partir da entrada em vigor do Tratado, a estabelecer um regime harmonizado de sanções administrativas para casos de falsidade nos certificados, sem prejuízo das ações penais correspondentes.

Artigo Décimo Terceiro - Os certificados de origem emitidos para os fins do presente Tratado terão prazo de validade de 180 dias, a contar da data de sua expedição.

Artigo Décimo Quarto - Em todos os casos, se utilizará o formulário-padrão que figura anexo ao Acordo 25 do Comitê de Representantes da Associação Latino-Americana de Integração, enquanto não entrar em vigor outro formulário aprovado pelos Estados Partes.

Artigo Décimo Quinto - Os Estados Partes comunicarão à Associação Latino-Americana de Integração a relação das repartições oficiais e entidades de classe credenciadas a expedir a certificação a que se refere o Artigo anterior, com o registro e fac-simile das assinaturas autorizadas.

Artigo Décimo Sexto - Sempre que um Estado Parte considerar que os certificados emitidos por uma repartição oficial ou entidade de classe credenciada de outro Estado Parte não se ajustam às disposições contidas no presente Regime Geral, comunicará o fato ao outro Estado Parte para que este adote as medidas que estime necessárias para solucionar os problemas apresentados.

Em nenhum caso o país importador deterá o trâmite da importação dos produtos amparados nos certificados a que se refere o parágrafo anterior, mas poderá, além de solicitar as informações adicionais que correspondam às autoridades governamentais do país exportador, adotar as medidas que considere necessárias para resguardar o interesse fiscal.

Artigo Décimo Sétimo - Para fins de um controle posterior, as cópias dos certificados e os documentos respectivos deverão ser conservados durante dois anos a partir de sua emissão.

Artigo Décimo Oitavo - As disposições do presente Regime Geral e as modificações que lhe forem introduzidas não afetarão as mercadorias embarcadas na data de sua adoção.

Artigo Décimo Nono - As normas contidas no presente Anexo não se aplicam aos Acordos de Alcance Parcial, de Complementação Econômica nr. 1, 2, 13 e 14 nem os comerciais e agropecuários subscritos no âmbito do Tratado de Montevideu 1980, os quais se referirão exclusivamente pelas disposições neles estabelecidas.

ANEXO III

Solução de Controvérsias

1. As controvérsias que possam surgir entre os Estados Partes como consequência da aplicação do Tratado serão resolvidas mediante negociações diretas.

No caso de não lograrem uma solução, os Estados Partes submeterão a controvérsia à consideração do Grupo Mercado Comum que, após avaliar a situação, formulará no lapso de sessenta (60) dias as recomendações pertinentes às Partes para a solução do diferendo. Para grupos de peritos com o objetivo de contar com assessoramento técnico.

Se no âmbito do Grupo Mercado Comum tampouco for alcançada uma solução, a controvérsia será elevada ao Conselho do Mercado Comum para que este adote as recomendações pertinentes.

2. Dentro de cento e vinte (120) dias a partir da entrada em vigor do Tratado, o Grupo Mercado Comum levará aos Governos dos Estados Partes uma proposta de Sistema de Solução de Controvérsias, que vigerá durante o período de transição.

3. Até 31 de dezembro de 1994, os Estados Partes adotarão um Sistema Permanente de Solução de Controvérsias para o Mercado Comum.

ANEXO IV

Cláusulas de Salvaguarda

Artigo 1 - Cada Estado Parte poderá aplicar, até 31 de dezembro de 1994, Cláusulas de salvaguarda à importação dos produtos que se beneficiem do Programa de Liberação Comercial estabelecido no âmbito do Tratado.

Os Estados Partes acordam que somente deverão recorrer ao presente Regime em casos excepcionais.

Artigo 2 - Se as importações de determinado produto causarem dano ou ameaça de dano grave a seu mercado, como consequência de um sensível aumento, em um curto período, das importações desse produto provenientes dos outros Estados Partes, o país importador solicitará ao Grupo Mercado Comum a realização de consultas com vistas a eliminar essa situação.

O pedido do país importador estará acompanhado de uma declaração pormenorizada dos fatos, razões e justificativas do mesmo.

O Grupo Mercado Comum deverá iniciar as consultas no prazo máximo de dez (10) dias corridos a partir da apresentação do pedido do país importador e deverá concluí-las, havendo tomado uma decisão a respeito, dentro de vinte (20) dias corridos após seu início.

Artigo 3 - A determinação do dano ou ameaça de dano grave no sentido do presente Regime será analisada por cada país, levando em conta a evolução, entre outros, dos seguintes aspectos relacionados com o produto em questão:

a) Nível de produção e capacidade utilizada;

b) Nível de emprego;

c) Participação no mercado;

d) Nível de comércio entre as Partes envolvidas ou participantes de consulta;

e) Desempenho das importações e exportações com relação a terceiros países.

Nenhum dos fatores acima mencionados constitui, por si só, um critério decisivo para a determinação do dano ou ameaça de dano grave.

Não serão considerados, na determinação do dano ou ameaça de dano grave, fatores tais como: as mudanças tecnológicas ou mudanças nas preferências dos consumidores em favor de produtos similares e/ou diretamente competitivos dentro do mesmo setor.

A aplicação da cláusula de salvaguarda dependerá, em cada país, da aprovação final da seção nacional do Grupo Mercado Comum.

Artigo 4 - Com o objetivo de não interromper as correntes de comércio que tiverem sido geradas, o país importador negociará uma quota para a importação do produto objeto de salvaguarda, que se regerá pelas mesmas preferências e demais condições estabelecidas no Programa de Liberação Comercial.

A mencionada quota será negociada com o Estado Parte de onde se originam as importações, durante o período de consulta a que se refere o Artigo 2. Vencido o prazo de consulta e não havendo acordo, o país importador que se considerar afetado poderá fixar uma quota, que será mantida pelo prazo de um ano.

Em nenhum caso a quota fixada unilateralmente pelo país importador será menor que a média dos volumes físicos importados nos últimos três anos calendário.

Artigo 5 - As cláusulas de salvaguarda terão um ano de duração e poderão ser prorrogadas por um novo período anual e consecutivo, aplicando-se-lhes os termos e condições estabelecidas no presente Anexo. Estas medidas apenas poderão ser adotadas uma vez para cada produto. Em nenhum caso a aplicação de cláusulas de salvaguarda poderá estender-se além de 31 de dezembro de 1994.

Artigo 6 - A aplicação das cláusulas de salvaguarda não afetará as mercadorias embarcadas na data de sua adoção, as quais serão computadas na quota prevista no Artigo 4.

Artigo 7 - Durante o período de transição, no caso de algum Estado Parte se considerar afetado por graves dificuldades em suas atividades econômicas, solicitará ao Grupo Mercado Comum a realização de consultas, a fim de que se tomem as medidas corretivas que forem necessárias.

O Grupo Mercado Comum, dentro dos prazos estabelecidos no Artigo 2 do presente Anexo, avaliará a situação e se pronunciará sobre as medidas a serem adotadas, em função das circunstâncias.

ANEXO V

Subgrupos de Trabalho do Grupo Mercado Comum

O Grupo Mercado Comum, para fins de coordenação das políticas macroeconômicas e setoriais, constituirá, no prazo de 30 dias após sua instalação de Trabalho:

- Subgrupo 1: Assuntos Comerciais
- Subgrupo 2: Assuntos Aduaneiros
- Subgrupo 3: Normas Técnicas
- Subgrupo 4: Polít. Fiscal e Monetária Relac. ao Comérc.
- Subgrupo 5: Transporte Terrestre
- Subgrupo 6: Transporte Marítimo
- Subgrupo 7: Política Industrial e Tecnológica
- Subgrupo 8: Política Agrícola
- Subgrupo 9: Política Energética
- Subgrupo 10: Coordenação de Políticas Macroeconômicas

ANEXO 5: TRATADO DA INICIATIVA PARA AS AMÉRICAS**CONSELHO SOBRE COMÉRCIO E INVESTIMENTO**

ACORDO ENTRE OS GOVERNOS DA REPÚBLICA DA ARGENTINA, DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, DA REPÚBLICA DO PARAGUAI, DA REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI E O GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA RELATIVO A UM CONSELHO SOBRE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Os Governos da República da Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai, da República Oriental do Uruguai de um lado (as "Partes Sul-Americanas") e, de outro lado, o Governo dos Estados Unidos da América; coletivamente as "Partes".

1. Desejosos de fortalecer a amizade e o espírito de cooperação entre as Partes Sul Americanas e os Estados Unidos da América;

2. Desejosos de incrementar as relações de comércio internacional e de investimento entre as Partes;

3. Reconhecendo as oportunidades criadas com o lançamento da Iniciativa para as Américas pelo Presidente Bush, em especial no que diz respeito ao estímulo às políticas governamentais voltadas para o mercado, que irão resultar no desenvolvimento do comércio e do investimento entre as Partes Sul-Americanas e os Estados Unidos da América;

4. Reconhecendo os êxitos alcançados pelas Partes Sul-Americanas nos seus esforços de integração econômica e a prioridade por elas conferida à crescente integração econômica por meio da criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) até o final de 1994;

5. Reconhecendo o desejo dos Estados Unidos da América de estimar a criação de um mercado comum que propicie níveis mais altos de comércio, investimento e crescimento econômico em bases competitivas e que seja compatível com as obrigações e procedimentos, inclusive notificação e consulta, do sistema do GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio);

6. Reconhecendo as crescentes oportunidades de comércio e de investimento entre as Partes que deverão resultar da criação desse mercado comum;

7. Reconhecendo o papel de apoio que a Iniciativa para as Américas está destinada a exercer nas Américas ao encorajar a integração econômica regional e a ampla redução das barreiras intra-regionais ao comércio e ao investimento.

8. Reconhecendo que um objetivo de longo prazo da Iniciativa para as Américas é a implantação de um sistema de livre comércio nas Américas; reconhecendo a relevante contribuição que o MERCOSUL trará ao reduzir barreiras ao comércio e ao investimento nas Américas;

9. Reconhecendo o desejo dos Estados Unidos da América de manter uma relação produtiva com as quatro Partes Sul-Americanas em seus esforços para criar o mercado comum;

10. Reconhecendo o desejo das Partes Sul-Americanas e dos Estados Unidos da América de reduzir as barreiras ao comércio e ao investimento, inclusive aquelas que limitam o fluxo comercial de tecnologia.

11. Levando em consideração a participação da Argentina, do Brasil, do Uruguai e dos Estados Unidos da América no GATT e ressaltando que o presente Acordo não afeta os direitos e as obrigações das Partes tanto no GATT quanto nos seus convênios, arranjos e demais instrumentos;

12. Reconhecendo o papel fundamental do GATT na geração de maiores volumes de comércio, investimento e crescimento econômico em escala mundial e a necessidade de apoiar e fortalecer o GATT, com esse propósito;

13. Levando em consideração o compromisso das Partes com a exitosa conclusão e implementação da Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais;

14. Reconhecendo a importância de promover um clima de abertura e previsibilidade para o comércio e o investimento internacionais e o papel primordial que esse conjunto de fatores exerce como estímulo ao crescimento econômico e ao desenvolvimento.

15. Reconhecendo os benefícios que resultarão para cada Parte de maiores volumes de comércio e investimento internacionais e concordando que o protecionismo e as medidas de investimento com efeito distorsivo sobre o comércio privariam as Partes de tais benefícios;

16. Reconhecendo o papel essencial do investimento privado, tanto interno quanto externo, para promover o crescimento, criar empregos, expandir o comércio, aperfeiçoar e adquirir tecnologia, e estimular o desenvolvimento econômico;

17. Reconhecendo que o investimento estrangeiro direto traz resultados positivos para cada uma das Partes;

18. Reconhecendo a crescente importância dos serviços para as economias das Partes e nas suas relações mútuas;

19. Levando em consideração a necessidade de eliminar barreiras não-tarifárias de modo a facilitar maior acesso aos mercados das Partes;

20. Reconhecendo a importância de prover adequada proteção aos direitos de propriedade intelectual e meios efetivos para a observância dos direitos de propriedade intelectual relacionados ao comércio, levando em consideração as diferenças nos sistemas jurídicos nacionais;

21. Reconhecendo a importância da liberalização do comércio agrícola em escala mundial e de uma reforma básica nas políticas agrícolas, inclusive para evitar a prática de subsídios à exportação entre as Partes e em terceiros mercados;

22. Reconhecendo a importância para o bem-estar econômico das Partes de envidar esforços para assegurar a observância e a promoção dos direitos do trabalhador, incluindo aqueles definidos pelas convenções internacionais das quais os países são Partes;

23. Reconhecendo a conveniência de se resolverem os problemas de comércio e investimento com a brevidade possível;

24. Considerando que seria do mútuo interesse das Partes estabelecer um mecanismo de intensificadas consultas e estímulo à liberalização do comércio e do investimento entre elas;

Para esses fins, as Partes acordam o seguinte:

ARTIGO I

Será estabelecido um Conselho Consultivo sobre Comércio e Investimento (o "Conselho").

ARTIGO II

O Conselho será composto de representantes das Partes. Quando as Partes se reunirem nos Estados Unidos da América, a Presidência das Partes Sul-Americanas será rotativa entre os Governos da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. A delegação será presidida por representantes dos Ministérios das Relações Exteriores e os Estados Unidos da América serão representados pelo Escritório do Representante Comercial (USTR).

ARTIGO III

ARTIGO III

1. O Conselho se reunirá com a participação dos cinco países quando acordado pelas Partes.

2. A primeira reunião do Conselho se realizará nos Estados Unidos da América. A sede das reuniões subseqüentes será rotativa entre as Partes, se julgado conveniente, e o país anfitrião ocupará a Presidência para as finalidades da reunião.

ARTIGO IV

As Partes podem valer-se do assessoramento do setor privado em seus respectivos países sobre matérias relacionadas com a atividade do Conselho. Os representantes do setor privado podem ser convidados a participar de reuniões do Conselho, sempre que todas as Partes considerarem apropriado.

ARTIGO V

1. Perseguir a meta de uma crescente abertura de mercados entre os Estados Unidos da América e as Partes Sul-Americanas.

2. Acompanhar o desenvolvimento das relações de comércio e investimentos, identificar oportunidades para sua liberação e negociar minutas de acordo quando couber.

3. Temas de comércio e de investimento de interesse das Partes.

4. Identificar e envidar esforços no sentido de remover os entraves aos fluxos de comércio e de investimento.

ARTIGO VI

1. As Partes podem solicitar consultas sobre qualquer tema relacionado com comércio ou investimento. As solicitações de consultas deverão ser acompanhadas de uma explicação por escrito do assunto a ser discutido e as consultas deverão ocorrer dentro de 30 dias a partir do pedido, salvo quando a Parte solicitante concordar com uma data posterior.

2. As consultas terão lugar, inicialmente, no país cuja medida ou prática seja objeto de discussão. Se medidas ou práticas de mais de um país forem objeto de discussão, as consultas poderão dar-se, inicialmente, em qualquer um desses países.

3. Este artigo aplica-se sem prejuízo dos direitos de qualquer Parte no âmbito do GATT, seus códigos, ou quaisquer outros instrumentos internacionais dos quais o país seja parte.

ARTIGO VII

1. O Conselho iniciará seus trabalhos examinando a "Agenda de Ação Imediata" relativa a temas de comércio e de investimento, anexada a este Acordo.
2. O Conselho pode estabelecer grupos de trabalho "ad hoc" que poderão reunir-se simultânea ou separadamente para desincumbir-se de suas atribuições.

ARTIGO VIII

Este Acordo entrará imediatamente em vigor sem prejuízo dos procedimentos internos de cada Parte.

ARTIGO IX

1. Este Acordo permanecerá em vigor a não ser que seja denunciado por mútuo consentimento das Partes. Qualquer Parte pode denunciar este Acordo desde que notifique por escrito todas as outras Partes com seis meses de antecedência.
2. Em qualquer momento depois que o mercado comum, em processo de formação pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, ou órgão por ele constituído, adquirir capacidade jurídica para celebrar acordos internacionais, em representação do mercado comum, este Acordo poderá ser substituído por um outro assinado pelos Estados Unidos da América e pelo referido mercado comum, através de representantes devidamente autorizados para esta finalidade.

Em testemunho do que, os abaixo-assinados firmaram este Acordo.

Feito em Washington, aos 19 dias do mês de junho de 1991, em cinco cópias em português, inglês, e espanhol, sendo todos os textos igualmente autênticos.

Governo da República Federativa do Brasil
Governo dos Estados Unidos da América
Governo da República do Paraguai
Governo da República Oriental do Uruguai
(Assinado com Reserva)
Governo da República da Argentina

ANEXO

Agenda de Ação Imediata

Com referência ao Acordo que cria um Conselho sobre Comércio e Investimento, estabelecendo princípios e procedimentos para consultas sobre os temas de comércio e investimento, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai e os Estados Unidos da América confirmam o seguinte:

1. As Partes estão preparadas para dar início aos trabalhos do Conselho imediatamente, com uma "Agenda de Ação Imediata" composta dos seguintes tópicos para consultas:

a) Cooperação na Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais, no âmbito do GATT, para alcançar um conjunto de resultados abrangentes, equilibrado e ambicioso;

b) Meios para facilitar a ampla redução de barreiras ao comércio e ao investimento nas Américas, incluindo um intercâmbio de opiniões no que se refere aos processos para facilitar a integração econômico-comercial entre os países da região; esse intercâmbio incluirá, mas não será limitado a, tarifas, barreiras não-tarifárias e reformas das políticas de investimento.

c) Considerações políticas, especificamente nas áreas de comércio e investimentos, relativas ao acesso à tecnologia;

d) Aspectos dos direitos de propriedades intelectual relacionados com o comércio;

e) Políticas de investimento orientadas para o mercado e medidas de investimento relacionadas com o comércio;

f) Práticas de subsídios à exportação de produtos agrícolas;

g) Acesso de mercado para bens e serviços, incluindo, mas não limitado a, tarifas e barreiras não-tarifárias nos setores agrícola e têxtil;

h) Exigências sanitárias e fitossanitárias no setor agrícola;

i) Necessidade de implementar um regime transparente de salvaguarda, em conformidade com os princípios do GATT; e

j) Medidas contra o *dumping* e contra a prática de subsídios.

2. A inclusão de tópicos nesta "Agenda de Ação Imediata" não limita a faculdade de qualquer das Partes de solicitar consultar, nos termos do Artigo 6 do Acordo, para qualquer outro tema relacionado com comércio ou investimento que possa surgir em futuro próximo e requeira consultas imediatas, nem exclui a apresentação de novos temas no futuro. A discussão de itens desta agenda não envolverá matérias relacionadas com o controle de exportações ligadas à segurança nacional.

RESERVA APRESENTADA PELA REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI

Ao assinar o presente Acordo relativo à criação de um Conselho sobre Comércio e Investimento entre os Governos da

República Federativa do Brasil, da República do Paraguai, da República Oriental do Uruguai e o Governo dos Estados Unidos da América, o Ministro das Relações Exteriores da República Oriental do Uruguai, em nome de seu Governo, declara que, com relação ao Artigo VII deste Acordo, a República Oriental do Uruguai se considerará obrigada pelo mencionado instrumento internacional logo após o cumprimento das disposições constitucionais pertinentes (Artigo 85, número 7; e Artigo 168, número 20, da Constituição uruguaia).

ANEXO 6: MEMBROS DO GATT

Partes Contratantes do Acordo Geral (1994)

- . África do Sul, República da (1948)
- . Alemanha, República Federal da (1951)
- . Antígua e Barbuda (1987)
- . Argentina (1967)
- . Austrália (1948)
- . Áustria (1951)
- . Bangladesh (1971)
- . Barbados (1966)
- . Bélgica (1948)
- . Belize (1983)
- . Benin (1963)
- . Birmânia (1948)
- . Brasil (1948)
- . Burkina Fasso (ex-Alto Volta) (1963)
- . Burundi (1965)
- . Camarões (1963)
- . Canadá (1948)
- . Chade (1963)
- . Chile (1949)
- . Chipre (1963)
- . Cingapura (1965-1973)
- . Colômbia (1981)
- . Congo (1963)
- . Coreia, República da (1967)
- . Costa do Marfim (1963)
- . Cote d'Ivoire (1963)
- . Cuba (1948)
- . Dinamarca (1950)
- . Egito (1970)
- . Espanha (1963)
- . Estados Unidos (1948)
- . Filipinas (1979)
- . Finlândia (1950)
- . França (1948)
- . Gabão (1963)
- . Gâmbia (1965)
- . Gana (1957)
- . Grécia (1950)
- . Guiana (1966)
- . Haiti (1950)
- . Hong Kong (1986)
- . Hungria (1973)
- . Índia (1948)
- . Indonésia (1950)
- . Irlanda (1948)
- . Islândia (1968)
- . Israel (1962)

- . Itália (1950)
- . Iugoslávia (1966)
- . Jamaica (1963)
- . Japão (1955)
- . Luxemburgo (1948)
- . Madagascar (1963)
- . Malásia (1957)
- . Málavi (1964)
- . Maldivas, Ilhas (1983)
- . Malta (1964)
- . Marrocos (1987)
- . Maurício (1968-1970)
- . Maurítânia (1960)
- . México (1986)
- . Nicarágua (1950)
- . Niger (1963)
- . Nigéria (1960)
- . Noruega (1948)
- . Nova Zelândia (1948)
- . Paquistão (1948)
- . Países Baixos (1948)
- . Peru (1951)
- . Polônia (1967)
- . Portugal (1962)
- . Quênia (1964)
- . Reino Unido (1948)
- . República Centro-Africana (1963)
- . República Dominicana (1950)
- . Romênia (1971)
- . Ruanda (1965-1973)
- . Senegal (1963)
- . Serra Leoa (1961)
- . Sri Lanka (ex-Ceilão) (1948)
- . Suécia (1950)
- . Suíça (1966)
- . Suriname (1975)
- . Tailândia (1982)
- . Tanzânia (1961)
- . Tchecoslováquia (1948)
- . Togo (1960)
- . Trinidad-Tobago (1962)
- . Turquia (1951)
- . Uganda (1962)
- . Uruguai (1953)
- . Zaire (1971)
- . Zâmbia (1981)
- . Zimbábue (1980)

Obs: Os seguintes países abandonaram o GATT: China (1948-1950), Líbano (1948-1951), Libéria (1950-53) e Síria (1948-1950).

Acesso Provisório (3)

- . Guatemala
- . Honduras
- . São Salvador

Em Curso de Negociação (6)

- . Argélia
- . Bulgária
- . China
- . Costa Rica
- . Paraguai
- . Tunísia

Países que Aplicavam o GATT antes da Independência e que continuam a Aplicá-lo de Fato, Aguardando Definir suas Políticas Comerciais (29)

Destes, Botsuana, Fiji e Lesoto anunciaram sua intenção de ingressar no GATT:

- . Angola
- . Bahamas
- . Bahrein
- . Botsuana
- . Brunei
- . Brunei
- . Cabo Verde
- . Dominica
- . Emirados Árabes Unidos
- . Fiji
- . Granada
- . Guiné-Bissau
- . Guiné Equatorial
- . Iêmen Democrático
- . Kampuchea (Camboja)
- . Kiribati (Ilhas Gilbert)
- . Lesoto
- . Mali
- . Moçambique
- . Papua-Nova Guiné
- . Qatar
- . Salomão, Ilhas
- . Santa Lúcia
- . São Cristóvão e Nevis
- . São Tomé e Príncipe
- . São Vicente e Grenadinas
- . Seicheles
- . Suazilândia
- . Tonga
- . Tuvalu (Ilhas Ellice)

ANEXO 7: RESUMO DOS ARTIGOS DO GATT

O Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio foi inicialmente incorporado à legislação da Lei nº 313, de 30 de julho de 1948. A propósito, todo o levantamento de compilação dos textos do GATT em português vem sendo preparado pelo Departamento de Direito Internacional da USP. No conjunto, o Acordo Geral é composto por 39 artigos, distribuídos em 4 partes (a última delas incorporada no Brasil pelo Decreto 76.032, de 25-7-1975), sendo as versões originais nas línguas espanhola, francesa e inglesa.

PARTE I**Artigo I**

"Tratamento Geral de Nação mais Favorecida" - assegura a não-discriminação de forma incondicional.

Artigo II

"Listas de Concessões" - ao reafirmar a cláusula NMF, trata da consolidação de reduções tarifárias negociadas entre as partes contratantes.

PARTE II**Artigo III**

"Tratamento Nacional" - veta a discriminação na incidência de tributos e regulamentos quantitativos domésticos em detrimento de mercadorias importadas.

Artigo IV

"Películas Cinematográficas" - trata das quotas de projeção de filmes nacionais e estrangeiros.

Artigo V

"Liberdade de Trânsito" - trata do tráfego aéreo, marítimo e terrestre de mercadorias entre as partes.

Artigo VI

"Direitos Antidumping e Direitos Compensatórios" - condena o subsídio e o dumping na exportação, causadores de sério dano à produção do país importador.

Artigo VII

"Valoração Aduaneira" - conceitua o valor real de uma mercadoria.

Artigo VIII

"Comissões e Formalidades" - refere-se aos custos dos procedimentos administrativos no comércio.

Artigo IX

"Marcas de Origem" - trata da contratação de mercadorias e dos respectivos direitos das partes.

Artigo X

"Publicação de Regulamentos" - refere-se à transparência da legislação comercial, exceção feita às informações tidas por confidenciais.

Artigo XI

"Eliminação de Restrições Quantitativas" - veta restrições outras que não tarifas aduaneiras.

Artigo XII

"Restrições por Motivo do Balanço de Pagamentos" - exceção do Artigo XI, para resguardar posição financeira do país em desequilíbrio.

Artigo XIII

"Aplicação Não-Discriminatória das RQs" - reúne os conceitos de tratamento nacional e transparência e delinea formas de contingenciamento.

Artigo XIV

"Exceções à Não-Discriminação" - trata de exceções ao Artigo XIII, para países nas situações descritas nos artigos XII e XVIII.

Artigo XV

"Questões Cambiais" - trata da colaboração entre o GATT e o FMI e da abstinência por parte dos membros de aplicarem medidas cambiais contrárias ao Fundo.

Artigo XVI

"Subsídios" - a Parte A convoca os membros a tornarem transparentes os subsídios relacionados à exportação ou à restrição às importações. A Parte B reconhece a possibilidade de ocorrerem perturbações de mercado. O parágrafo 4 chegou a estabelecer a data de 1-1-1958 para o fim dos subsídios (exceto para produtos de base).

Artigo XVII

"Comércio Estatal" - rege que as partes que disponham de empresas pertencentes ao Estado se comprometem a manter o princípio geral de não-discriminação.

Artigo XVIII

"Assistência Governamental ao Desenvolvimento Econômico" - sob aprovação das PARTES CONTRATANTES, excetua os países em desenvolvimento de determinadas obrigações do Acordo, o qual deverá facilitar o progresso daquelas economias. É o artigo mais longo do GATT, dividido em 23 parágrafos.

Artigo XIX

"Medidas de Urgência para Determinados Produtos" - trata das salvaguardas para as concessões consolidadas e estabelece as condições de retaliação.

Artigos XX e XXI

"Exceções Gerais" e "Exceções por Razões de Segurança".

Artigos XXII

"Consultas" - dispõe que cada membro acatará pedidos dessa ordem.

Artigo XXIII

"Proteção de Concessões" - trata da solução de controvérsias.

PARTE III**Artigo XXIV**

"Aplicação Territorial - Tráfego de Fronteiras - Uniões Aduaneiras e Áreas de Livre Comércio" - trata das condições de derrogação da NMF para associações regionais.

Artigo XXV

"Ação Coletiva" - trata do papel das PARTES CONTRATANTES.

O funcionamento do Acordo Geral é regido pelos seguintes artigos:

Artigo XXV

"Aceitação, Vigência e Registro".

Artigo XXVII

"Suspensão ou Retirada de Concessões".

Artigo XXVIII

"Modificações das Listas".

Artigo XVIII bis

"Negociações Tarifárias".

Artigo XXIX

"Relações com a Carta de Havana" - mantém a observância à Carta de Havana e à Organização Internacional do Comércio.

Artigo XXX

"Emendas" - dispõe da vigência de alterações após a aceitação de dois terços de votos.

Artigo XXXI

"Retirada" - refere-se à autonomia de novos territórios.

Artigo XXXII

"Partes Contratantes" - dispõe sobre a condição dos membros.

Artigo XXXIII

"Acesso" - trata das condições preliminares para novos membros.

Artigo XXXIV

"Anexos" - dispõe que as listas de concessões são parte do Acordo.

Artigo XXXV

Condições da "Não-Aplicação do Acordo".

PARTE IV

Adicionada ao Acordo Geral em 1965, os três artigos da Parte IV referem-se às necessidades especiais dos países em

desenvolvimento, introduzindo a cláusula de habilitação (*enabling cause*), que derroga a NMF em favor desses países.

Artigo XXXVI

"Princípios e Objetivos".

Artigo XXXVII

"Compromissos".

Artigo XXXVIII

"Ação Coletiva".

Obs: Retirado da Revista CACEX, novembro de 1987.